

Ética

Gleison Rosa Sena



FASBAMPRESS

Ética

Faculdade São Basílio Magno

R. Carmelo Rangel, 1200
Curitiba/PR 80.440-050

Fone: (41) 3243-9800
www.fasbam.edu.br
comunicacao@fasbam.edu.br

Conselho Editorial

Dr. Irineu Letenski (Presidente)
Dr. Teodoro Hanicz
Dr. Rogério Miranda de Almeida
Dr. Germano Rigacci Júnior

Projeto gráfico, diagramação e capa

Marco Antônio Pensak

Bibliotecária

Sirlene Maria Marcinek Mazur
CRB PR 001937/0

Editor-chefe

Dr. Irineu Letenski

Preparação e revisão

Dr. Edilson da Costa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Faculdade São Basílio Magno (FASBAM)

S474e Sena, Gleison Rosa

Ética / Gleison Rosa Sena - Curitiba: FASBAMPRESS, 2021.

130 p.; 15 x 21 cm.

ISBN: 978-65-994307-0-1

ISBN Digital: 978-65-993041-9-4

1. Ética. 2. Filosofia.

I. Título.

CDD 170

Índice para catálogo sistemático
1. Ética - 170

Gleison Rosa Sena

Ética



FASBAMPRESS

APRESENTAÇÃO

A Ética está em todos os lugares: organizações privadas possuem seus próprios códigos de ética; os órgãos públicos e os seus servidores também; o mesmo vale para as profissões regulamentadas, para os poderes públicos (a Câmara e o Senado Federal possuem cada qual seu código) e até mesmo para facções criminosas; há ainda a chamada Ética Aplicada, que se faz presente nos mais variados âmbitos da vida social (ética profissional, empresarial, animal, ambiental, científica, bioética, etc.). Assim surge a seguinte questão: o que é a Ética?

Outro termo onipresente na atualidade é moral: comportamentos são classificados segundo a sua adequação ou inadequação à moral e aos bons costumes; pessoas e instituições se consideram moralmente superiores umas às outras; juízes, juristas, advogados, políticos e jornalistas questionam a todo momento se determinado ato legal é também moral; a moralidade é apresentada na Constituição Federal do Brasil como um dos princípios explícitos que regem a administração pública no país. Deste modo outra questão se faz presente: o que é a Moral?

Normalmente Ética e Moral caminham juntas. Algumas vezes aparecem como sinônimas, sendo utilizadas indistintamente; outras vezes são utilizadas com nuances diferentes, com a Ética referindo-se à práxis social e a Moral à práxis individual; outras vezes a Ética é entendida como uma reflexão sobre o comportamento prático humano (moral reflexa), enquanto a Moral é entendida como o próprio comportamento prático (moral vivida). Assim sendo, temos mais um questionamento: qual a relação entre Ética e Moral?

O objetivo deste caderno de estudos é ajudar você a responder a essas questões e servir como um manual de introdução e de orientação para a investigação do pensamento ético e do seu desenvolvimento no mundo ocidental. Por isso, não se limite à leitura deste material; recorra sempre à leitura dos próprios autores e das obras indicadas nas referências e na ementa da disciplina.

Vamos juntos nesta caminhada?

SUMÁRIO

1 A questão da ética e da moral	9
1.1 A etimologia do termo ética.....	10
1.2 A etimologia do termo moral.....	14
1.3 Ética e moral	18
1.4 Concepções morais e classificações éticas	22
1.5 Ética, moral, ciências e comportamento	26
 2 A ética na Antiguidade	 33
2.1 Os pré-socráticos.....	34
2.2 Sócrates e Platão	39
2.3 Aristóteles	43
2.4 O estoicismo	47
2.5 O epicurismo.....	51
 3 A ética na Idade Média.....	 57
3.1 A ética cristã antes de Santo Agostinho.....	58
3.2 A ética de Santo Agostinho	63
3.3 A ética de Santo Tomás de Aquino	67
3.4 A ética após Santo Tomás de Aquino.....	71
3.5 A questão da natureza e da lei natural	75
 4 A ética no Renascimento e na Modernidade	 83
4.1 A ética renascentista	84
4.3 Descartes.....	93
4.4 Hobbes	96
4.5 Kant.....	100

5 A ética contemporânea e pós-moderna.....	108
5.1 A ética no século XIX.....	109
5.2 A desconstrução da ética tradicional	113
5.3 A ética no século XX.....	117
5.4 A ética pós-moderna	121
5.5 A ética aplicada e os direitos humanos.....	124

UNIDADE 01 – A QUESTÃO DA ÉTICA E DA MORAL

01

Objetivo da unidade: analisar a etimologia dos termos ética e moral bem como as suas relações com outras áreas do conhecimento humano.

Conteúdos da unidade:

- 1) A etimologia do termo ética.
- 2) A etimologia do termo moral.
- 3) Ética e moral.
- 4) Concepções morais e classificações éticas.
- 5) Ética, moral, ciências e comportamento.

Indicações científico-culturais:

Livro: ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os Pensadores).

Filme: EFEITO BORBOLETA. Direção: Eric Bress; J. Mackye Gruber. EUA: New Line Cinema, 2004. (113 min).

Na atualidade percebemos uma grande confusão na utilização dos termos ética e moral: ora eles são empregados como sinônimos e utilizados indistintamente, ora se referem a um objeto distinto e específico. Para iniciarmos nosso percurso pelo estudo da Ética, portanto, é importante fazermos algumas considerações sobre tais conceitos, analisando as suas etimologias, as suas relações e alguns de seus usos ao longo da história do pensamento ocidental. Para alcançar este objetivo esta unidade foi dividida em cinco seções.

A primeira seção aborda a etimologia do termo ética, que é um vocábulo originado do substantivo grego *ethos*, o qual possuía uma dupla grafia: *êthos*, com a vogal longa inicial *eta* (η), e *éthos*, com a vogal breve inicial *épsilon* (ϵ). Portanto, veremos o significado de cada um destes termos e a contribuição de cada um deles para a construção do pensamento ético.

A segunda seção busca elucidar a etimologia do termo moral, que provém do vocábulo latino *moralis*, o qual passou a ser utilizado para traduzir os termos gregos *êthos* e *éthos*. Veremos também a variedade de usos que o termo moral possui no nosso idioma, sendo empregado às vezes como substantivo, às vezes como adjetivo.

A terceira seção trata sobre as relações entre os termos ética e moral e a forma como eles são aplicados na atualidade: a ética, para se referir à teoria, à investigação, à reflexão sobre um tipo de comportamento humano; a moral, para se referir a esse comportamento, que é o comportamento prático da vida cotidiana, ou seja, o objeto de análise da Ética.

A quarta seção faz a indicação de algumas das principais concepções morais e classificações éticas do pensamento moral no ocidente, apresentando brevemente suas características mais relevantes e, em determinados casos, o pensador ou escola de pensamento mais relevante.

Por fim, a quinta seção apresenta as relações entre a Ética e algumas ciências afins, como a Psicologia, a Antropologia Social, a Sociologia, a Teoria do Direito e a Economia Política, indicando os pontos de convergência entre elas. Apresenta ainda as relações entre a moral e outras formas de comportamento humano, como o religioso, o político, o jurídico, as normas de convivência social e o científico.

Iniciemos, pois, o nosso percurso!

1.1 A ETIMOLOGIA DO TERMO ÉTICA

Como já sabemos, a origem da palavra ética é a língua grega. Portanto como ponto de partida do nosso estudo do pensamento ético escolhemos conhecer as origens etimológicas do termo, o que também nos possibilitará perceber mais claramente as ambiguidades e as imprecisões acerca do seu uso.

O vocábulo “ética” é a tradução do adjetivo grego *ethike* para a língua portuguesa. A partir de Aristóteles (384-322 a.C.) *ethike* passa a ser

empregado para qualificar um determinado tipo de saber, dando origem a expressões como *ethike pragmateia* e *praktike philosophia*, as quais se referem, respectivamente, ao exercício das virtudes morais e ao exercício da reflexão crítica e metódica sobre os costumes (*ethea*). Com o passar do tempo o adjetivo *ethike* gradativamente foi se substantivando e, provavelmente a partir da Primeira Academia (séc. IV a.C.), passou a identificar uma das três partes da filosofia concebida enquanto ciência (*epistheme*): lógica (*logike*), física (*physike*) e ética (*ethike*). Essa tríplice divisão da filosofia perdurou até o século XVIII. Etimologicamente, *ethike* provém do substantivo *ethos*, o qual é grafado de duas formas distintas: *êthos* (*ἦθος*), com a vogal longa inicial *eta* (*η*), e *éthos* (*εῖθος*), com a vogal breve inicial *épsilon* (*ε*).¹

O primeiro significado do termo *êthos* (*ἦθος*) é residência, morada, lugar onde se habita referindo-se, na poesia, aos lugares onde os animais habitavam e se criavam.² É nesse sentido que, modernamente, se deu o nome de *etologia* ao “estudo do comportamento social dos animais, dos seus hábitos individuais e de sua adaptação às condições do meio onde habitam.”³

Posteriormente *êthos* (*ἦθος*) passou a se aplicar aos povos e aos homens no sentido de seu país e, mais tarde, à morada do próprio homem. É esse o sentido utilizado por Heidegger (1889-1976), um dos filósofos mais conhecidos do século XX, para quem a ética é o pensar que afirma a morada do homem no ser. Nessa mesma direção, sua discípula Helene Weiss (1898-1943) afirmava que o *êthos* (*ἦθος*) se refere ao mundo interior, ao lugar que o homem traz em si mesmo e do qual brotam os atos humanos.⁴

Portanto:

A transposição metafórica de *ethos* para o mundo humano dos costumes é extremamente significativa e é fruto de uma intuição profunda sobre a natureza e sobre as condições de nosso agir (*praxis*), ao qual ficam confiadas a edificação e preservação de nossa verdadeira residência no mundo como

¹ Cf. VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica* 1. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2015, p. 12-13.

² Cf. ARANGUREN, JLL. *Ética*. 5. ed. Barcelona: Altaya, 1998, p. 21.

³ ETOLOGIA. In: *Michaelis – Dicionário brasileiro da língua portuguesa*. Melhoramentos, 2020. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/etologia>. Acesso em: 10 set. 2020.

⁴ Cf. ARANGUREN. *Op. cit.*, p. 21.

12 Unidade 01 – A questão da ética e da moral

seres inteligentes e livres: a morada do *ethos* cuja destruição significaria o fim de todo sentido para a vida propriamente humana.⁵

Assim, de morada do animal *êthos* (ἦθος) passou a se referir à morada do homem, mas não à casa material e sim à simbólica, o local onde é possível perceber seus hábitos, comportamentos e características. Ou seja:

A primeira acepção de *ethos* (com *eta* inicial) designa a morada do homem (e do animal em geral). O *ethos* é a casa do homem. O homem habita sobre a terra, acolhendo-se ao recesso seguro do *ethos*. Este sentido de um lugar de estada permanente e habitual, de um abrigo protetor, constitui a raiz semântica que dá origem à significação do *ethos* como costume, esquema praxeológico durável, estilo de vida e ação. A metáfora da morada e do abrigo indica justamente que, a partir do *ethos*, o espaço do mundo torna-se habitável para o homem. O domínio da *physis* ou o reino da necessidade é rompido pela abertura do espaço humano do *ethos* no qual irão inscrever-se os costumes, os hábitos, as normas e os interditos, os valores e as ações. Por conseguinte, o espaço do *ethos* enquanto espaço humano, não é dado ao homem, mas por ele construído ou incessantemente reconstruído. Nunca a casa do *ethos* está pronta e acabada para o homem, e esse seu essencial inacabamento é o signo de uma presença a um tempo próxima e infinitamente distante, e que Platão designou como a presença exigente do Bem, que está além de todo ser (*ousia*) ou para além do que se mostra acabado e completo.⁶

Já o segundo significado do termo *êthos* (ἦθος) assumiu uma concepção histórica a partir de Aristóteles, representando o sentido mais comumente utilizado na tradição filosófica ocidental. Aqui *êthos* (ἦθος) significa modo de ser ou caráter (*kharaktér*), compreendendo as disposições do homem na vida e seus costumes, ou seja, seu modo de vida. Assim, caráter é entendido como modo de ser ou forma de vida que se vai adquirindo, apropriando, incorporando ao longo da existência. Nesse sentido, *êthos* (ἦθος) deriva do termo *éthos* (εθος).

⁵ VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica* 1. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2015, p. 13.

⁶ VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia II: ética e cultura*. São Paulo, Loyola, 1988, p. 12-13.

O vocábulo *éthos* (ἦθος) significa, pois, hábitos ou costumes, equivalendo ao termo grego *hexis*, o qual pode ser traduzido por hábito, que é uma disposição constante ou relativamente constante para ser ou agir de certo modo. Aristóteles entendia o hábito como uma espécie de mecanismo no qual a repetição uniforme dos fatos, atos ou comportamentos, torna-os agradáveis, uma vez que a repetição elimina ou reduz o esforço e o trabalho.⁷

Dessa forma, o *éthos* (ἦθος) se adquire mediante o hábito; por sua vez, os hábitos nascem pela repetição de atos iguais; por fim, os hábitos constituem o princípio intrínseco dos atos. Portanto, existe uma relação circular entre *ethos*-hábitos-atos que engloba as duas acepções usuais de *ethos*, a que o considera como princípio dos atos e a que o considera como seu resultado. Deste modo, *ethos* é caráter, impresso na alma pelo hábito, mas, ao mesmo tempo, *ethos* é também, através do hábito, fonte dos atos. E esta tensão sem contradição entre *éthos* (ἦθος) como caráter e *éthos* (ἦθος) como hábitos é o que vai definir a ideia central da ética. Por este motivo, ao longo do seu desenvolvimento, a ética se ocupará constantemente dos atos morais e dos hábitos no sentido de virtudes e vícios.⁸

Assim sendo:

A segunda acepção de *ethos* (com *épsilon* inicial) diz respeito ao comportamento que resulta de um constante repetir-se dos mesmos atos. É, portanto, o que ocorre frequentemente ou quase sempre (*pollakis*), mas não sempre (*aei*), nem em virtude de uma necessidade natural. Daqui a oposição entre *ethei* e *physei*, o habitual e o natural. O *ethos*, nesse caso, denota uma constância no agir que se contrapõe ao impulso do desejo (*orexis*). Essa constância do *ethos* como disposição permanente é a manifestação e como que o vinco profundo do *ethos* como costume, seu fortalecimento e o relevo dado às suas peculiaridades. O modo de agir (*tropos*) do indivíduo, expressão da sua personalidade ética, deverá traduzir, finalmente, a articulação entre o *ethos* como caráter e o *ethos* como hábito. Mas, se o *ethos* (com *épsilon* inicial) designa o processo genético do hábito ou da disposição habitual para agir de uma certa maneira, o termo dessa gênese do *ethos* – sua forma acabada e o seu fruto – é designado pelo termo *hexis*, que significa o hábito como possessão estável, como princípio próximo de uma ação posta sob o senhorio do agente e que exprime a sua *autarkeia*, o seu domínio de si mesmo, o seu bem. Entre o processo de formação do hábito e o seu termo como disposição

⁷ Cf. ARANGUREN, JLL. *Ética*. 5. ed. Barcelona: Altaya, 1998, p. 22.

⁸ Cf. *Ibid.*

permanente para agir de acordo com as exigências de realização do bem ou do melhor, o *ethos* se desdobra como espaço da realização do homem, ou ainda como lugar privilegiado de inscrição da sua *praxis*.⁹

Feitas essas considerações é possível perceber que, apesar das grafias distintas, *êthos* (ἠθος) e *éthos* (εθος) referem-se a nuances diferentes da mesma realidade, ou seja, o caráter histórico-social dos costumes e sua presença no comportamento dos indivíduos. Enquanto *êthos* com *eta* (η) designa o conjunto de costumes normativos da vida de um grupo social, ou seja, os costumes estabelecidos por uma coletividade, considerados como virtuosos e bons e transmitidos de geração a geração, *éthos* com *épsilon* (ε) refere-se à constância do comportamento do indivíduo, ao seu caráter, ou seja, ao conjunto das disposições físicas e psíquicas da pessoa, os quais a levam a respeitar ou a transgredir os costumes estabelecidos coletivamente.

1.2 A ETIMOLOGIA DO TERMO MORAL

Da mesma forma que anteriormente fizemos com o termo ética, apresentaremos agora a etimologia do termo moral, o que nos ajudará a entender as suas diferentes aplicações ao longo da história e suas relações com o termo ética.

Enquanto a palavra ética tem origem na língua grega, o termo moral provém do latim. Ele é a tradução do vocábulo *moralis*, cuja raiz é o substantivo *mos*, sendo seu plural o termo *mores*. Apesar de a etimologia do termo *mos* ser desconhecida, em seu significado mais profundo refere-se a modo de ser ou caráter, o qual se adquire por hábito, através da vivência. *Mos* ainda aparece com o significado de costume e às vezes sentimentos.¹⁰

Assim, em comparação ao termo *ethos* o vocábulo *mos* tem uma gama de significados bem mais ampla, podendo ser traduzido como comportamento, vontade, desejo, capricho, vontade, lei, regra, norma,

⁹ VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia II: ética e cultura*. São Paulo, Loyola, 1988, p. 14-15.

¹⁰ Cf. ARANGUREN, JLL. *Ética*. 5. ed. Barcelona: Altaya, 1998, p. 23-24.

preceito, entre outros.¹¹ Em alguns idiomas, como o português, o termo moral é utilizado também em oposição ao físico. É nesse sentido que as ciências morais se referem a tudo o que não é puramente físico no homem, como a história, a política e a arte, enquanto as ciências naturais se referem ao que é físico, como a medicina, a biologia e a geologia. O termo moral é aplicado ainda em oposição ao intelectual, significando aquilo que corresponde ao sentimento e não à inteligência.¹²

Eis as várias definições apresentadas pelo Dicionário Michaelis para o termo moral (*moralis*):

Relativo à moral. Relativo às regras de conduta e aos costumes estabelecidos e admitidos em determinada sociedade. Que é conforme e procede conforme os princípios da ética e da moralidade aceitos socialmente. Que procede de maneira honesta ou correta; moralidade. Que pertence ao domínio do espírito, por oposição ao físico ou a outros objetos materiais. Relativo ao estudo filosófico da moral. Diz-se de tudo que é educativo, instrutivo; edificante. Disposição de espírito, manifestado por uma pessoa para enfrentar dificuldades e adversidades; ânimo, espírito de luta. Sentimento de coragem; confiança. Conjunto de valores e princípios morais (virtude, honestidade etc.) que norteiam a conduta e o pensamento de uma pessoa e sua relação com a sociedade em que vive; moralidade. Conjunto de regras de conduta estabelecidas e admitidas por um grupo social numa época determinada. Parte da filosofia que estuda as normas de conduta humana sob os valores e juízo do bem e do mal, ciência do bem e do mal; ética. Tratado ou obra sobre a moral, sobre o bem e o mal.¹³

Apesar dessa grande quantidade de significados, o termo *mos* passou a ser utilizado para traduzir tanto *êthos* quanto *éthos*, de modo que a distinção original entre os termos gregos se perdeu ao longo da história, o que levou à confusão na utilização dos termos ética e moral. Atualmente o termo moral

¹¹ Cf. MOS. In: *Dizionario latino-italiano*. Disponível em: <https://www.dizionario-latino.com/dizionario-latino-italiano.php?lemma=MOS100/>. Acesso em: 14 out. 2020.

¹² Cf. MORAL. In: MORA, José Ferrater. *Dicionário de filosofia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978.

¹³ MORAL. In: *Michaelis – Dicionário brasileiro da língua portuguesa*. Melhoramentos, 2020. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portuguesbrasileiro/moral>. Acesso em: 10 set. 2020.

é utilizado de muitas formas e com significados diferentes, às vezes sendo empregado como substantivo, às vezes como adjetivo. Por este motivo abordaremos a seguir alguns dos sentidos e formas que o termo moral pode assumir.

O termo moral enquanto substantivo pode ser empregado das seguintes formas:¹⁴

- a) “*A moral*”: empregado com o artigo definido feminino e letra minúscula refere-se ao modelo ideal de boa conduta socialmente estabelecido, em uma determinada sociedade concreta, em uma determinada época histórica, compreendendo o conjunto de princípios, preceitos, mandamentos, proibições, valores, ideais, ou seja, o modo de ser e viver desta sociedade. É nesse sentido que podemos falar na moral da sociedade romana da época da República ou na moral da sociedade inglesa na época do reinado da rainha Vitória.
- b) “*Moral*”: empregado com letra minúscula refere-se ao código moral pessoal de alguém, ou seja, ao conjunto de convicções e pautas de conduta que determinada pessoa adota ao longo de sua vida, o qual é fruto da elaboração pessoal que ela faz a partir da moral do grupo social do qual ela participa.
- c) “*Moral*”: empregado com letra maiúscula refere-se à ciência que trata das questões morais, a qual engloba tanto as doutrinas morais concretas, como por exemplo, a Moral católica ou a Moral comunista, quanto as teorias éticas, como a Moral aristotélica ou a Moral kantiana.
- d) “*O moral*”: empregado com o artigo definido masculino e letra minúscula refere-se à disposição do espírito produzida pelo caráter e por atitudes adquiridos por uma pessoa ou um grupo, como quando falamos “fulano está com o moral elevado”. Assim, mais do que um saber ou um dever, a moral engloba a pessoa por inteiro: o cognitivo e o emotivo, as crenças e os sentimentos, a razão e a paixão.
- e) “*A moral*”: empregado em sentido genérico refere-se à dimensão da vida humana através da qual o ser humano é obrigado a tomar decisões e se responsabilizar por elas.

¹⁴ Cf. CORTINA, Adela; MARTÍNEZ, Emilio. *Ética*. São Paulo: Loyola, 2005, p. 13-16.

O termo moral enquanto adjetivo geralmente é empregado em expressões relacionadas à Ética, podendo apresentar dois significados:¹⁵

- a) *Moral x imoral*: moral pode ser utilizado como oposto a imoral, ou seja, enquanto moral é aquilo que se submete a um valor, imoral é tudo aquilo que se opõe a qualquer valor. Portanto, esse uso pressupõe a existência de algum código moral que sirva de referência para emitir o juízo entre o que é moralmente correto (moral) e o que é moralmente incorreto (imoral); assim, é imoral tudo o que contraria as regras vigentes em determinada cultura, de modo que o que é considerado moral em uma sociedade pode ser considerado imoral em outra. O dicionário Michaelis apresenta a seguinte definição para o vocábulo imoral:

Que não é moral. Contrário à moral, aos costumes vigentes em determinada época ou sociedade ou às regras que um indivíduo decide tomar como norma pessoal de conduta; indecoroso, obsceno, vergonhoso. Que tem excessiva tendência à luxúria; que se mostra contrário à decência; devasso, despuído, licencioso. Que ou aquele que desdenha das convenções morais e sociais; desaforado, desfaçado.¹⁶

- b) *Moral x amoral*: nesse sentido moral é utilizado como oposto a amoral; desta forma, é amoral tudo aquilo que é indiferente ao valor, ou seja, tudo que não tenha nenhuma relação com a moral. Portanto, quando dizemos que determinado comportamento é amoral significa que falta algum dos requisitos indispensáveis para qualificá-lo moralmente. Por exemplo, a capacidade de ser responsável pelos próprios atos é um requisito fundamental para a valoração moral de um ato; assim sendo, podemos considerar a conduta dos animais como amoral, já que se supõe que eles não são responsáveis por seus atos. O *Dicionário Michaelis* nos diz o seguinte sobre o vocábulo amoral:

¹⁵ Cf. CORTINA, Adela; MARTÍNEZ, Emilio. *Ética*. São Paulo: Loyola, 2005, p. 16-18.

¹⁶ IMORAL. In: *Michaelis – Dicionário brasileiro da língua portuguesa*. Melhoramentos, 2020. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portuguesbrasileiro/imoral>. Acesso em: 10 set. 2020.

Que não pauta sua conduta por princípios morais; estranho à moral. Que é naturalmente indiferente às ideias do bem e do mal, sendo, portanto, incompleto no desenvolvimento de sua consciência moral. Que não é suscetível de qualificação normativa do ponto de vista de certos códigos e regras morais vigentes em dado tempo e lugar; indiferente às valorizações morais. Pessoa que não tem senso moral.¹⁷

É importante apresentar ainda o termo moralidade (*moralitas*), que geralmente é utilizado para se referir a algum código moral concreto. O termo também é aplicado como sinônimo de vida moral em geral, sendo aplicado para distingui-la de outros fenômenos humanos como a legalidade ou a religiosidade, por exemplo. Por fim, há o conceito filosófico criado por Hegel (1770-1831), que faz a distinção entre moralidade (*moralität*), que se refere à moralidade interior, à vontade subjetiva, ou seja, individual e desprovida de bem, e eticidade (*sittlichkeit*), que se refere à dimensão social e política, ou seja, à moralidade objetiva ou a vida ética, que é a realização do bem em instituições históricas que o garantam.

Portanto, apesar de o termo *mos* ter uma grande diversidade de significados em relação ao seu correspondente grego *ethos*, o termo *moralis* passou a ser a tradução usual de *ethike* no latim e nas línguas dele derivadas, o que influenciou toda a concepção posterior da ética, como veremos ao longo da nossa apresentação.

1.3 ÉTICA E MORAL

Considerando o que foi apresentado até aqui, surgem-nos alguns questionamentos: ética e moral são termos sinônimos? Eles podem ser utilizados indistintamente? Eles possuem nuances diferentes de significação? A partir do que estudamos até aqui é possível afirmar que ética e moral, do ponto de vista etimológico, não têm nenhuma diferença significativa, são praticamente sinônimos e podem ser empregados indistintamente para se referirem ao mesmo objeto. Eles designam tanto o

¹⁷ AMORAL. In: *Michaelis – Dicionário brasileiro da língua portuguesa*. Melhoramentos, 2020. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portuguesbrasileiro/amoral>. Acesso em: 10 set. 2020.

costume socialmente considerado quanto o hábito do indivíduo de agir segundo o costume estabelecido e legitimado pela sociedade.¹⁸

Nesse sentido, a filósofa francesa Monique Canto-Sperber, nascida em 1954, diz o seguinte:

Vou decepcionar o leitor dizendo que em geral me sirvo dos termos ‘moral’ e ‘ética’ como sinônimos. [...] não há nenhuma dúvida sobre o fato de que os termos ‘moral’ e ‘ética’ designam o mesmo domínio de reflexão. E para nos referirmos ao tipo particular de atitude que é a reflexão sobre a ação, o bem ou o justo podemos nos servir indiferentemente de qualquer um dos dois termos [...].¹⁹

Então, por qual motivo há tanta confusão na utilização dos dois termos? Além da questão etimológica, o problema em torno das definições de ética e moral parece ter surgido na modernidade, quando também ocorreu a separação entre ética e política, indivíduo e sociedade, vida privada e vida pública. A partir desta perspectiva, ética e moral passaram a exprimir um aspecto distinto da conduta humana em suas componentes social e individual, o que se acentuou com a distinção introduzida por Hegel entre moralidade e eticidade, como vimos na seção anterior.²⁰

Sobre essa diferenciação no uso dos termos ética e moral Canto-Sperber afirma que:

Embora a origem grega do termo ética e a latina do termo moral remetam ao domínio comum dos costumes, o que não justifica nenhuma diferença de emprego, impôs-se pouco a pouco o uso de um ou do outro termo de um modo não estritamente equivalente. [...] A moral remete antes, e de modo não exclusivo, à presença de regras e de uma lei. A ética, por sua vez, é associada ao bem, às virtudes ou às práticas.²¹

¹⁸ Cf. VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica* 1. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2015, p. 14.

¹⁹ CANTO-SPERBER, Monique. *A inquietude moral e a vida humana*. São Paulo: Loyola, 2005, p. 35.

²⁰ Cf. VAZ. *Op. cit.*, p. 12.

²¹ CANTO-SPERBER, Monique. *A inquietude moral e a vida humana*. São Paulo: Loyola, 2005, p. 35.

Deste modo a ética passou a ser relacionada com a práxis social, os objetivos da sociedade política, sua ordenação, conservação, fortalecimento e progresso, enfim, com a realidade histórica e social dos costumes, ou seja, a ética está mais preocupada em detectar os princípios de uma vida conforme à sabedoria filosófica, em elaborar uma reflexão sobre as razões de se desejar a justiça e a harmonia e sobre os meios de alcançá-las. A moral, por sua vez, passou a ser relacionada com a práxis individual, o agir do indivíduo, impelido por necessidades e interesses, enfim, com a subjetividade do agir, ou seja, a moral está mais preocupada na construção de um conjunto de prescrições destinadas a assegurar uma vida em comum justa e harmoniosa.

Ainda sobre os usos dos termos ética e moral, o também filósofo francês Paul Ricoeur (1913-2005) faz a seguinte reflexão:

É preciso distinguir entre moral e ética? A dizer a verdade, nada na etimologia ou na história do uso das palavras o impõe: uma vem do grego, outra do latim, e ambas remetem à idéia dos costumes (ethos, mores); pode-se, todavia, distinguir uma nuance, segundo se ponha o acento sobre o que é estimado bom ou sobre o que se impõe como obrigatório. É por convenção que reservarei o termo ‘ética’ para a intenção da vida boa realizada sob o signo das ações estimadas boas, e o termo ‘moral’ para o lado obrigatório, marcado por normas, obrigações, interdições caracterizadas ao mesmo tempo por uma exigência de universalidade e por um efeito de constrição. Pode-se facilmente reconhecer na distinção entre intenção de vida boa e obediência às normas a oposição entre duas heranças: a herança aristotélica, na qual a ética é caracterizada por sua perspectiva teleológica (de tólos, fim); e uma herança kantiana, na qual a moral é definida pelo caráter de obrigação da norma, portanto por um ponto de vista deontológico.²²

Na atualidade é comum aplicar o termo moral como objeto de estudo e o termo ética como o estudo do objeto. Assim sendo a “*ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade.*”²³ Ou seja, a ética é a ciência da moral, é um conjunto sistemático de conhecimentos racionais e objetivos a respeito do comportamento humano moral. Ela é a parte da filosofia prática que tem por objetivo elaborar uma reflexão sobre

²² RICOEUR, P. Ética e Moral. In: *Leituras 1: em torno ao político*, São Paulo: Loyola, 1995, p. 161.

²³ SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo. *Ética*. 38. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 23.

os problemas fundamentais da moral, como a finalidade e o sentido da vida humana, os fundamentos da obrigação e do dever, a natureza do bem e do mal, o valor da consciência moral, fundada num estudo metafísico do conjunto das regras de conduta consideradas como universalmente válidas.

A moral, por sua vez, é entendida como o objeto de estudo da ética:

É um sistema de normas, princípios e valores, segundo o qual são regulamentadas as relações mútuas entre os indivíduos ou entre estes e a comunidade, de tal maneira que estas normas, dotadas de um caráter histórico e social, sejam acatadas livre e conscientemente, por uma convicção íntima, e não de uma maneira mecânica, externa ou impessoal.²⁴

Portanto, a moral é o conjunto de regras que regulam as relações entre as pessoas de uma sociedade, na busca pelo bem comum, pela felicidade e pela justiça. Estas regras são adquiridas pela educação, tradição e cotidiano, e orientam cada indivíduo nas suas ações e julgamentos sobre o que é certo ou errado, bom ou mau, moral ou imoral, sendo fruto da consciência coletiva, das experiências individuais e culturais que foram se construindo durante a história.

Ao utilizarmos o termo Ética para nos referirmos à ciência da moral, ou seja, ao conjunto sistemático de conhecimentos racionais e objetivos a respeito da moral, podemos também utilizar o termo Filosofia Moral como seu sinônimo. Nessa perspectiva, a Ética é entendida como um saber prático, segundo a visão aristotélica sobre o saber humano, que é dividido entre: os saberes teóricos (*theorein*), que são aqueles que buscam descrever o mundo, a exemplo da astronomia, a qual procura observar, descrever e entender os fenômenos celestes; os saberes poiéticos (*poiein*), que são aqueles ligados ao fazer, como a técnica e a arte, os quais buscam estabelecer quais normas e procedimentos devem ser seguidos para se atingir o fim desejado, como, por exemplo, a confecção de uma escultura; e os saberes práticos (*praxis*), que são aqueles que buscam nos orientar sobre como agir para conduzirmos nossa vida de uma maneira boa e justa, fazendo um bom governo da vida (Ética), da casa (Economia) e da *pólis* (Política).

Feitas essas considerações, é possível perceber que o significado etimológico dos dois termos não nos fornece mais o significado atual deles;

²⁴ *Ibid.*, p. 84.

no entanto, ética e moral são conceitos interrelacionados, são nuances diferentes do mesmo fenômeno. Assim, a ética se torna o estudo do objeto, sendo essencialmente especulativa, preocupando-se, sobretudo, com a fundamentação da moral, enquanto a moral se torna o objeto de estudo, sendo eminentemente prática, voltada para a ação concreta e real e para a aplicação de normas morais consideradas válidas por todos os membros de um determinado grupo social. Portanto, “é vão, particularmente, sacralizar a moral e ridicularizar a ética ou, inversamente, glorificar a ética declarando que a moral está ultrapassada, já que moral e ética têm em comum uma atitude intelectual idêntica de reflexão e de crítica.”²⁵

1.4 CONCEPÇÕES MORAIS E CLASSIFICAÇÕES ÉTICAS

Como vimos na seção anterior, a moral pode ser entendida como o objeto de estudo da Ética. Nesse sentido a moral é essencialmente social, pois ela visa regulamentar as relações entre os homens, tanto dos indivíduos entre si quanto do indivíduo com a sociedade, a fim de manter e garantir a ordem social estabelecida, de modo que os indivíduos a aceitem de forma consciente e livre. Porém, ainda que a moral possua um caráter social, a função do indivíduo é essencial, pois ela exige a interiorização das normas e deveres de forma individual. Desta forma, apresentaremos agora algumas características das principais concepções morais da história do pensamento ético ocidental.²⁶

1. *A busca pela felicidade*: esta concepção acompanha boa parte do desenvolvimento da Ética ocidental, sendo compartilhada por filósofos da Grécia Antiga, como Aristóteles, passando pelo pensamento cristão medieval, com nomes como Agostinho de Hipona (354-430), pelo pensamento moderno, com os utilitaristas, e na contemporaneidade com pensadores como Comte-Sponville. O que estes pensadores têm em comum é o fato de considerarem que o objetivo da moral é a busca pela felicidade ou pela vida plena. De acordo com essa concepção, ser moral é usar a razão

²⁵ CANTO-SPERBER, Monique. *A inquietude moral e a vida humana*. São Paulo: Loyola, 2005, p. 43-44.

²⁶ Cf. CORTINA, Adela; MARTÍNEZ, Emilio. *Ética*. São Paulo: Loyola, 2005, p. 27-39.

para escolher os meios oportunos para alcançar a vida feliz; o que variará entre eles, no entanto, é o que se entende por felicidade.

2. *A capacidade para enfrentar a vida*: esta concepção entende a felicidade como autorrealização e a moral como a formação do caráter individual. Assim, o desenvolvimento pessoal possibilita ao indivíduo enfrentar as dificuldades da vida com ânimo forte, valorizando a autoestima e a confiança em si mesmo, podendo ser aplicada tanto aos indivíduos quanto às sociedades. Um dos iniciadores dessa concepção é Ortega y Gasset (1883-1955), considerado o filósofo espanhol mais importante do século XX.

3. *O cumprimento dos deveres*: esta concepção coloca a noção de dever no centro do pensamento moral, dando destaque ao conceito de lei natural, o qual os estoicos colocaram como centro da moralidade, uma vez que consideravam-na como a obediência da intenção e da conduta aos ditames universais da razão. Embora a ética medieval também tenha dado grande destaque à categoria da lei natural, é na filosofia kantiana que a noção de dever se encontra bem definida. De acordo com Kant (1724-1804) o âmbito moral é a realização da autonomia humana, sendo a maior grandeza do homem a capacidade de agir de acordo com a lei que se impõe a si mesmo, a qual visa a conservação e a promoção da vida de todas e de cada uma das pessoas.

4. *A solução pacífica dos conflitos*: esta concepção afirma que a moralidade deve buscar a reflexão sobre o âmbito social, utilizando a racionalidade como forma de solução dos conflitos, tanto a nível individual quanto coletivo. Destaca-se aqui o filósofo estadunidense G. H. Mead (1863-1931), o qual pertence à corrente teórica do pragmatismo e considera a moralidade próxima à filosofia política.

5. *A prática solidária das virtudes comunitárias*: esta concepção é própria da ética comunitarista surgida no final do século XX. Ela busca opor-se ao individualismo através da defesa da sociedade civil, do bem comum e da solidariedade grupal, entendendo a moralidade como um ajustamento, uma identificação do indivíduo à tradição da sua própria comunidade concreta. Nesse sentido, cabe à própria comunidade se esforçar para desenvolver em todos os seus membros as virtudes que são necessárias para a boa convivência.

6. *O cumprimento de princípios universais*: esta concepção se opõe à ética comunitarista, considerando o desenvolvimento da consciência moral humana proposta pelo psicólogo estadunidense Lawrence Kohlberg (1927-

1987). Assim, essa concepção não reduz a moralidade à tradição das comunidades concretas, mas propõe o reconhecimento de princípios universais capazes de avaliar o grau de moralidade das normas de qualquer comunidade.

Tendo feito essa breve apresentação sobre as concepções morais, trataremos agora sobre algumas classificações utilizadas para agrupar as formas que o pensamento ético foi assumindo ao longo da história do ocidente.²⁷

1. *Éticas descritivas e éticas prescritivas*: as éticas descritivas são aquelas que descrevem os fenômenos morais, enquanto as éticas prescritivas ou normativas são aquelas que prescrevem o modo como as pessoas devem pensar ou se comportar.

2. *Éticas naturalistas e éticas não naturalistas*: as éticas naturalistas reduzem a moral a algum outro fenômeno, como o prazer, a felicidade etc., enquanto as éticas não naturalistas consideram a moral como uma esfera autônoma, irredutível a outros fenômenos.

3. *Éticas cognitivistas e éticas não cognitivistas*: as éticas cognitivistas consideram que os enunciados morais podem ser verdadeiros ou falsos ou que pelo menos seja possível argumentar racionalmente sobre se eles são corretos ou incorretos, enquanto as éticas não cognitivistas consideram ser impossível falar sobre a verdade ou a falsidade das normas morais.

4. *Éticas dos móveis e éticas dos fins*: as éticas dos móveis consideram a natureza humana como um comportamento empiricamente acessível, investigam de forma empírica os motivos ou causas das ações, enquanto as éticas dos fins consideram a natureza humana de forma metafísica, buscam chegar à essência do homem, a partir da qual é possível determinar o comportamento adequado para que o homem alcance o seu fim.

5. *Éticas dos bens e éticas dos fins*: as éticas dos bens consideram que o bem moral consiste na realização de um fim subjetivo, ou seja, o fim desejado pelo sujeito, enquanto para as éticas dos fins o bem moral consiste no cumprimento de um objetivo independente da vontade do sujeito.

6. *Éticas materiais e éticas formais*: as éticas materiais são heterônomas, subordinam-se a disciplinas distintas da própria ética, possuem

²⁷ Cf. CORTINA, Adela; MARTÍNEZ, Emilio. *Ética*. São Paulo: Loyola, 2005, p. 101-116.

enunciados com conteúdo, onde apresentam algo como o Bem Supremo, considerando bom tudo aquilo que permita alcançá-lo; as éticas formais são autônomas, defendem que um critério meramente formal é universalizável e nos permite dizer se uma conduta é boa ou má.

7. *Éticas procedimentais e éticas substancialistas*: as éticas procedimentais afirmam que a tarefa da ética é a descoberta dos procedimentos que permitam legitimar normas procedentes da vida cotidiana e não a recomendação de conteúdos morais concretos, enquanto as éticas substancialistas defendem o discurso sobre os fins, os bens e as virtudes vividos em comunidade, em um contexto concreto.

8. *Éticas teleológicas e éticas deontológicas*: as éticas teleológicas consideram que uma boa ação é medida pelas suas consequências, ou seja, é o fim da ação que determina todo o agir, sendo o fim último e mais importante a felicidade, enquanto as éticas deontológicas consideram que o valor das ações não reside nas suas consequências ou nos seus efeitos, mas sim na intenção e na boa vontade, isto é, no cumprimento do dever.

9. *Éticas da intenção e éticas da responsabilidade*: as éticas da intenção consideram que o mais importante na ação moral é a convicção interna, a pureza da intenção, ainda que da boa intenção decorra um mal não desejado como consequência da ação bem-intencionada, enquanto as éticas da responsabilidade consideram os efeitos das ações, pelos quais o indivíduo deve assumir a responsabilidade, o que compreende as consequências não previsíveis.

10. *Éticas de mínimos e éticas de máximos*: as éticas de mínimos ou da justiça se ocupam unicamente da dimensão universalizável do fenômeno moral, aqueles deveres que consistem em dar a cada um o que lhe corresponde, ou seja, são exigências mínimas de justiça, enquanto as éticas de máximos ou da felicidade buscam oferecer modelos de comportamento para se alcançar a maior felicidade possível.

Essas classificações que acabamos de conhecer buscam nos auxiliar na compreensão das formas que o fenômeno moral assume, demonstrando que existe uma pluralidade de teorias éticas e que cada uma explica a moral a partir de diferentes aspectos e métodos filosóficos.

1.5 ÉTICA, MORAL, CIÊNCIAS E COMPORTAMENTO

Partindo do que estudamos nas seções anteriores é possível perceber que o comportamento moral remonta às próprias origens do ser humano enquanto ser social e só posteriormente, com o início do pensamento filosófico, é que surge a reflexão sobre ele. Portanto, primeiramente surgiu a moral efetiva ou vivida e depois veio a reflexão sobre ela, que é a Ética ou moral reflexa. Deste modo, abordaremos nesta seção as relações entre a Ética e outras ciências e entre a moral e outras formas de comportamento.²⁸

A Ética pode ser considerada uma ciência pois é sistemática, metódica, objetiva e racional, sendo seu objeto de estudo os atos morais, que são os atos conscientes e voluntários dos indivíduos que afetam outros indivíduos, determinados grupos sociais ou a sociedade inteira. Enquanto moral reflexa, a Ética nasce dentro do pensamento filosófico, mas o ultrapassa ao se relacionar com outras ciências que estudam as relações e o comportamento dos homens em sociedade.

Uma das ciências que mantém uma relação especial com a Ética é a Psicologia, a ciência do psíquico. Ela auxilia a Ética ao demonstrar as leis que regem as motivações internas do comportamento do indivíduo e a estrutura do caráter e da personalidade humana. A Psicologia contribui também ao examinar os atos voluntários, a formação dos hábitos, a gênese da consciência e dos juízos morais e as condições subjetivas do ato moral. Nessa relação entre as duas ciências deve-se cuidar, porém, para não cair no psicologismo ético, que é a tendência de reduzir o moral ao psíquico, considerando a Ética apenas como um capítulo da Psicologia.

As Ciências Sociais também contribuem para a Ética enquanto ciência da moral, uma vez que estudam as leis que regem o desenvolvimento e a estrutura das sociedades. Entre elas destacam-se a Antropologia Social, a qual estuda, principalmente, as sociedades primitivas ou desaparecidas, demonstrando o caráter relativo e mutável das morais, que variam conforme a mudança e a sucessão das sociedades concretas; e a Sociologia, que investiga a sociedade humana em geral, analisando ao mesmo tempo as sociedades concretas e os fatores e condições da mudança social. Assim sendo, a Ética não pode prescindir do conhecimento objetivo das estruturas

²⁸ Cf. SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo. *Ética*. 38. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 17.

sociais, de suas relações e instituições, porém, deve evitar cair no sociologismo ético, o qual reduz os atos morais aos fatos sociais, transformando Ética em um tópico da Sociologia.

Toda ciência que trate sobre o comportamento humano pode contribuir com a Ética. Assim, a Teoria do Direito, que trata do âmbito da legalidade, se refere a um código de normas emanado pelas autoridades públicas, a fim de orientar as ações dos cidadãos, e que conta com o respaldo do monopólio do uso legítimo da força física por parte do Estado para fazer com que tais normas sejam cumpridas. Portanto, tanto a Ética quanto o Direito estudam o comportamento normativo do homem; no entanto, há diferenças importantes entre eles: enquanto o Direito trata das normas jurídicas, as quais são impostas de modo coercitivo pelos organismos estatais, tratando-se de obrigações exteriores, a Ética trata sobre as normas morais, as quais têm um caráter de obrigação interna, sendo a instância última de obrigação para a consciência pessoal.

A Ética também se relaciona com a Economia Política, pois há uma relação efetiva na vida social entre os fenômenos econômicos e o mundo moral. A Economia Política, enquanto ciência das relações econômicas, demonstra que tais relações influenciam na moral dominante numa determinada sociedade e que os próprios atos econômicos possuem uma certa conotação moral.

Deste modo, percebe-se que a Ética recebe importantes contribuições de outras ciências na tarefa de estudar a moral. O comportamento moral possui um caráter histórico, pois embora esteja presente no homem desde as sociedades mais primitivas, ele muda e se desenvolve com a mudança e o desenvolvimento das sociedades, uma vez que as mudanças histórico-sociais criam um novo tipo de relação entre o indivíduo e a comunidade. Portanto, o ser humano possui uma variedade de relações com o mundo exterior, ou seja, uma diversidade de comportamentos, sendo o moral apenas um entre eles; por isso, apresentaremos a seguir as relações entre o comportamento moral, entendido como conjunto de ideias, normas e juízos de valor, e outras formas de comportamento do ser humano.

A moral tem uma relação especial com a religião, entendida de modo geral como fé ou crença na existência de forças sobrenaturais ou em um ser transcendente e sobre humano. De acordo com Sánchez Vázquez²⁹ a moral é

²⁹ Cf. SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo. *Ética*. 38. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 91.

anterior à religião, mas o próprio comportamento religioso inclui uma moral, ou seja, uma forma de regulamentação das relações entre os homens, como os dez mandamentos, por exemplo; no entanto, a partir da visão religiosa é impossível falar em moral sem religião, pois ela considera a divindade como o fundamento absoluto dos valores morais.

Moral e política também possuem uma relação mútua. A moral regulamenta as relações entre os indivíduos e entre estes e a comunidade, enquanto a política abrange as relações entre grupos humanos (classes, povos ou nações). Desta forma, na moral o elemento pessoal desempenha um papel importante, pois, ainda que o coletivo esteja sempre presente, é o indivíduo que deve decidir livre e conscientemente, se responsabilizando pelas decisões tomadas; na política o indivíduo possui uma função coletiva e visa o interesse comum, de modo que seus atos individuais somente adquirem sentido político na medida em que se integram na ação comum ou coletiva do grupo. Portanto, existem duas formas de conceber as relações entre política e moral que devem ser evitadas, pois correspondem a uma dissociação entre a vida privada e a vida pública: o moralismo abstrato, que reduz a política à moral, levando à impotência política na ação, e o realismo político, que defende a separação absoluta entre política e moral, de modo que os atos políticos não se submetam a qualquer avaliação moral, em nome da legitimidade dos fins.

A forma de comportamento humano que mais intimamente se relaciona com a moral é o comportamento jurídico ou direito, pois ambos estão sujeitos a normas que regulamentam as relações dos homens. Eles possuem elementos comuns e diferentes, como já vimos na relação entre a Ética e o Direito, de modo que citaremos aqui os que não apareceram lá. Entre os pontos comuns temos a admissão de uma conduta obrigatória e devida, as normas imperativas (exigem que o indivíduo se comporte necessariamente de determinada maneira), a regulamentação das relações humanas em vista da coesão social e o caráter histórico. Já entre os pontos distintos temos o fato de que a moral não possui uma codificação oficial, enquanto o direito necessita obrigatoriamente de uma codificação formal e oficial (as leis); a moral alcança todos os tipos de relação e comportamento humanos, enquanto o direito regulamenta as relações humanas mais vitais para a sociedade; a moral manifesta-se historicamente desde que o homem existe como ser social, enquanto o direito surge com o aparecimento do Estado, pois depende de sua coercitividade externa; enquanto podem existir

várias morais num mesmo estado, só pode existir um direito em um mesmo Estado.

Temos ainda a relação entre a moral e o trato social ou convencionalismos sociais, os quais geralmente são propostos pela classe ou grupo social dominante. Tanto a moral quanto as normas de convivência social buscam regulamentar as relações dos indivíduos, a fim de garantir a boa convivência social dentro de uma ordem social determinada. Assim, o trato social é um tipo de comportamento humano formal e exterior, que não exige a adesão íntima, como a moral, e nem o caráter coercitivo externo, como o direito, embora haja a coação externa (opinião das pessoas).

Por fim temos a relação entre a moral e a ciência. A investigação científica como tal é moralmente neutra, mas o uso que se faz de suas descobertas não. Por isso, a moral relaciona-se por seu próprio fundamento com as ciências, uma vez que a atividade do cientista importa em uma responsabilidade moral, tanto no exercício de sua atividade, que deve possuir qualidades morais, como a busca da verdade e a honestidade intelectual, quanto pelas consequências sociais da sua atividade, que pode estar a serviço dos bens mais nobres ou dos males mais prejudiciais

CONSIDERAÇÕES

A análise da etimologia dos termos ética e moral nos ajudou a entender os diferentes usos que deles são feitos e pudemos perceber que o significado original dos dois termos já não é mais o mesmo. Também ficou evidente que ética e moral são nuances diferentes do mesmo fenômeno, sendo a Ética considerada atualmente como uma ciência especulativa – a ciência da moral – e a moral como o objeto de estudo da Ética, sendo eminentemente prática.

Já a apresentação das principais concepções morais e classificações éticas surgidas ao longo do pensamento ético ocidental nos possibilitou compreender o caráter histórico do fenômeno moral, enquanto a abordagem sobre as relações entre a Ética e algumas ciências e entre a moral e outras formas de comportamento humano nos possibilitou compreender o seu caráter social.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AMORAL. In: *Michaelis – Dicionário brasileiro da língua portuguesa*. Melhoramentos, 2020. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/modernoportugues/busca/portuguesbrasileiro/a/moral>. Acesso em: 10 set. 2020.

ARANGUREN, JLL. *Ética*. 5. ed. Barcelona: Altaya, 1998.

CANTO-SPERBER, Monique. *A inquietude moral e a vida humana*. São Paulo: Loyola, 2005.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

CORTINA, Adela; MARTÍNEZ, Emilio. *Ética*. São Paulo: Loyola, 2005.

ETOLOGIA. In: *Michaelis – Dicionário brasileiro da língua portuguesa*. Melhoramentos, 2020. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/etologia>. Acesso em: 10 set. 2020.

HEGENBERG, Leônidas. *Filosofia moral: ética*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

IMORAL. In: *Michaelis – Dicionário brasileiro da língua portuguesa*. Melhoramentos, 2020. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portuguesbrasileiro/imoral>. Acesso em: 10 set. 2020.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

MORA, José Ferrater. *Dicionário de filosofia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978.

MORAL. In: *Michaelis – Dicionário brasileiro da língua portuguesa*. Melhoramentos, 2020. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/modernoportugues/busca/portuguesbrasileiro/moral>. Acesso em: 10 set. 2020.

MOS. In: *Dizionario latino-italiano*. Disponível em: <https://www.dizionario-latino.com/dizionario-latino-italiano.php?lemma=MOS100/>. Acesso em: 14 out. 2020.

NERI, Demetrio. *Filosofia moral*: manual introdutivo. São Paulo: Loyola, 2004.

RACHELS, James; RACHELS, Stuart. *Os elementos da filosofia moral*. 7. ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2013.

RICOEUR, P. Ética e Moral. In: *Leituras I*: em torno ao político. São Paulo: Loyola, 1995.

SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo. *Ética*. 38. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

TUGENDHAT, Ernst. *Lições sobre ética*. Petrópolis. RJ: Vozes, 1996

VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia II*: ética e cultura. São Paulo, Loyola, 1988.

VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia IV*: introdução à ética filosófica 1. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2015.

VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia V*: introdução à ética filosófica 2. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

UNIDADE 02 – A ÉTICA NA ANTIGUIDADE

02

Objetivo da unidade: compreender os pontos fundamentais das principais doutrinas éticas do pensamento grego da antiguidade.

Conteúdos da unidade:

- 1) Os pré-socráticos.
- 2) Sócrates e Platão.
- 3) Aristóteles.
- 4) O estoicismo.
- 5) O epicurismo.

Indicações científico-culturais:

Livro: PLATÃO. *A República*. 15. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2017.

Filme: EDWARD MÃOS DE TESOURA. Direção: Tim Burton. EUA: 20th Century Fox, 1990. (105 min).

A Ética enquanto ciência do *ethos* surgiu na Grécia entre os séculos V e IV a.C., durante o período de democratização da vida política, sobretudo em Atenas. A partir de então diversas teorias éticas foram emergindo, com enfoques e métodos filosóficos distintos, mas com a mesma finalidade de descrever e explicar o fenômeno moral.

O primeiro modelo ético que estudaremos será o dos pré-socráticos. Inicialmente a preocupação destes pensadores era a investigação da natureza (*physis* e *cosmos*). Porém, aos poucos a reflexão filosófica dos pré-socráticos foi se dirigindo para os problemas do ser humano, principalmente os

políticos e morais, de modo que eles passaram a criticar a moral tradicionalmente estabelecida e a universalidade da verdade e das normas.

O segundo modelo é o pensamento ético de Sócrates e Platão. Sócrates é considerado o inaugurador da Ética propriamente dita; ele rejeitava o relativismo e o subjetivismo proposto pelos Sofistas e defendia o intelectualismo moral, afirmando que através do conhecimento do bem o homem torna-se dono de si mesmo e alcança a felicidade. Platão, principal discípulo de Sócrates, segue o intelectualismo do mestre, ao qual acrescenta a concepção metafísica e a doutrina da alma, chegando a uma estreita unidade entre moral e política: o homem bom é o bom cidadão.

A terceira doutrina ética a ser estudada é a de Aristóteles, que é o primeiro filósofo a elaborar um tratado sistemático de Ética. Ele segue a herança ética socrático-platônica, mas se opõe ao dualismo ontológico do seu mestre Platão, colocando em destaque o tema da felicidade e das virtudes, vinculando ética e política.

A quarta doutrina é a do estoicismo, a qual propõe a ordem do universo como meio de orientação para o comportamento humano. Para o estoicismo há uma correspondência entre bem, razão, virtude e vida ética, de modo que a vida ética ou virtuosa é a vida segundo a natureza ou a razão.

Por fim estudaremos o epicurismo, cujo pensamento ético identifica a vida feliz com a busca pelo prazer e a fuga da dor. O epicurismo propõe um naturalismo radical, pois todos os problemas, inclusive os éticos, são resolvidos à luz do conceito de natureza sensível.

Continuemos, pois, o nosso percurso!

2.1 OS PRÉ-SOCRÁTICOS

Pré-socráticos é o nome dado ao primeiro grupo de pensadores da história do pensamento grego que precederam Sócrates (470-399 a.C.) na investigação filosófica. O período de atuação deles é compreendido entre os séculos VI e V a.C., sendo dividido em dois momentos: o período naturalista e o período humanista.³⁰

³⁰ Cf. REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. *História da filosofia: Antiguidade e Idade Média*. v. 1. 3. ed. São Paulo: Paulus, 1990, p. 25-26.

O período naturalista engloba o grupo de pensadores cuja temática principal de investigação era o problema da *physis* e do *cosmos*. Como eles buscavam nos elementos da natureza as respostas sobre a origem do ser e do mundo, eram também conhecidos como *filósofos da physis* ou da *natureza*. Assim, os naturalistas foram os responsáveis pela transição da consciência mítica para a consciência filosófica, através da busca de uma explicação racional para a origem de todas as coisas. Entre as escolas de pensamento do período naturalista e seus pensadores destacam-se os seguintes: Escola Jônica (Tales de Mileto, Anaximandro de Mileto, Anaxímenes de Mileto, Heráclito), Escola Pitagórica (Pitágoras de Samos), Escola Eleata (Parmênides, Zenão), os Filósofos Pluralistas (Empédocles, Anaxágoras, Leucipo, Demócrito) e os Físicos Ecléticos (Diógenes de Apolônia, Arquelaus de Atenas).

Já o período humanista tem início no final do século V a.C. com o deslocamento do eixo de investigação filosófica da natureza para o ser humano e tudo aquilo que diz respeito à vida do homem enquanto membro de uma sociedade. Essa mudança foi motivada pela ação conjunta de dois diferentes tipos de causas: em primeiro lugar, pouco a pouco a filosofia da natureza foi chegando ao seu limite na investigação da natureza, o que motivou os pensadores na busca de outros objetivos; e, em segundo lugar, a agitação social, econômica e cultural marcada pela Guerra do Peloponeso³¹, favoreceu esse novo interesse pela vida pública e a atividade humana.³² No período humanista destacaram-se os pensadores Sofistas, entre os quais Protágoras e Górgias e Sócrates.

Desta forma nos deteremos agora no estudo do período humanista, mais especificamente no estudo do pensamento sofístico, a fim de analisarmos a sua importância para a reflexão ética, uma vez que o pensamento naturalista não nos legou nenhuma teoria da moralidade, a exceção de alguns poucos fragmentos de Heráclito e Xenófanes.

³¹ A Guerra do Peloponeso (431-404 a.C.) foi uma guerra que envolveu quase todas as cidades-Estado gregas. Enquanto algumas se aliaram a Atenas, que era a mais rica e poderosa cidade da Grécia, outras se aliaram a Esparta, que acabou saindo vitoriosa do conflito, tirando o poder de Atenas e tomando o controle da Grécia.

³² Cf. REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. *História da filosofia: Antiguidade e Idade Média*. v. 1. 3. ed. São Paulo: Paulus, 1990, p. 74.

É importante observar que:

Os Sofistas souberam captar de modo perfeito essas instâncias da época angustiada em que viveram, sabendo-as explicitar e dar-lhes forma e voz. E isso explica por que eles alcançaram tanto sucesso, especialmente entre os jovens: eles respondiam a reais necessidades do momento, propondo aos jovens a palavra nova que eles esperavam, já que não estavam mais satisfeitos com os valores tradicionais que a velha geração lhes propunha nem com o modo como os propunha.³³

O termo sofista significa sábio, especialista do saber, tendo, inicialmente, uma acepção positiva. É com esse sentido positivo que Protágoras³⁴ admite ser sofista: “*admito que sou um sofista e que educo homens e parece-me que essa é a melhor das soluções, admitir em vez de negar.*”³⁵ Porém, a partir de Sócrates, Platão e Aristóteles o termo sofista ganha uma conotação negativa e a época sofista passa a ser considerada um momento decadente do pensamento grego. Os Sofistas foram acusados por eles de propagarem um saber aparente, visando o lucro e não a busca desinteressada da verdade, disseminando ideias perigosas do ponto de vista da moral.³⁶ Polêmicas à parte, os Sofistas foram muito importantes na história do pensamento filosófico, pois, como já afirmado, eles foram os responsáveis por deslocar o eixo da pesquisa filosófica do cosmos para o homem. O humanismo inaugurado pelo pensamento sofista é centrado nos

³³ Cf. REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. *História da filosofia: Antiguidade e Idade Média*. v. 1. 3. ed. São Paulo: Paulus, 1990, p. 74.

³⁴ Protágoras (490-415 a.C.) nasceu em Abdera, Grécia, e morreu em Mileto, na Turquia. Foi o sofista mais famoso e celebrado, tendo viajado por toda a Grécia, estando em Atenas várias vezes, onde alcançou um grande sucesso. *As Antilogias* constituem a sua principal obra, da qual nos chegaram apenas testemunhos.

³⁵ PLATÃO. *Protágoras*, 317b.

³⁶ Aqui é preciso destacar que a maior parte do conhecimento que temos sobre a filosofia pré-socrática é derivada dos trabalhos de Platão, Aristóteles e alguns historiadores gregos, pois apenas fragmentos dos trabalhos publicados por ele sobreviveram até o nosso tempo.

aspectos que integram o que hoje denominamos cultura: a ética, a política, a retórica, o conhecimento, a linguagem, a arte, a religião, a educação.³⁷

Assim, podemos destacar algumas características desse movimento inicial do humanismo grego relacionadas com o fenômeno da moral:

- a) Os Sofistas não apenas buscavam o saber enquanto tal, mas visavam principalmente a sua difusão. Por isso eles estavam sempre em busca de alunos e contribuíram para o desenvolvimento da ideia de educação como difusão do saber. Para os Sofistas a virtude (*areté*) se funda no saber e não na nobreza do sangue.
- b) Os Sofistas tornaram o saber uma profissão, passando a exigir uma compensação pecuniária para que pudessem viver e difundi-lo. Embora tal prática escandalizasse a aristocracia grega, acabou contribuindo para que o saber se tornasse disponível também para outras camadas da população.
- c) Ao viverem viajando para difundir seus ensinamentos, os Sofistas romperam o “dogma ético” grego de então de apego à cidade (*pólis*), demonstrando que os estreitos limites da *pólis* não tinham mais sentido.
- d) Os Sofistas manifestaram uma notável liberdade de espírito em relação à tradição, às normas e aos comportamentos codificados, mostrando uma confiança ilimitada nas possibilidades da razão.

Embora utilizemos o termo sofista para nos referirmos aos humanistas pré-socráticos, é importante notar que eles não constituem um bloco homogêneo de pensadores. Podemos distinguir entre eles três grupos: 1) os grandes e famosos mestres da primeira geração, que conservavam algumas reservas morais; 2) os “erísticos”, que levaram o aspecto formal do método à exasperação, perdendo o interesse pelos conteúdos e a reserva moral; 3) os político-sofistas, que utilizaram as ideias sofistas com finalidades políticas, chegando até à teorização do imoralismo. Assim, os grandes representantes do movimento encontram-se no primeiro grupo, enquanto os demais são a degeneração do movimento.³⁸

³⁷ AYLLÓN, José Ramón. *Introducción a la ética: historia y fundamentos*. Madrid: Palabra, 2006, p. 13-15.

³⁸ Cf. REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. *História da filosofia: Antiguidade e Idade Média*, p. 76.

O sofista mais famoso foi Protágoras. Seu axioma fundamental - “o homem é a medida de todas as coisas, daquelas que são por aquilo que são e daquelas que não são por aquilo que não são” – é considerado a magna carta do relativismo ocidental. Desta forma, Protágoras nega a existência de um critério absoluto que discrimine ser e não-ser, verdadeiro e falso, pois o único critério é somente o homem individual: “Tal como cada coisa aparece para mim, tal ela é para mim; tal como aparece para ti, tal é para ti.” Portanto, para ele ninguém está no erro, mas todos estão com a verdade (a sua verdade).

Protágoras ensinava também “a tornar mais forte o mais fraco argumento”, apresentando técnicas e metodologias para sustentar e levar à vitória o argumento que, em determinadas circunstâncias, podia ser o mais fraco na discussão (qualquer que fosse o conteúdo do objeto). A “virtude” que Protágoras ensinava era exatamente essa “habilidade” de saber fazer prevalecer qualquer ponto de vista sobre a opinião oposta. E o sucesso dos seus ensinamentos deriva do fato de que, fortalecidos com essa habilidade, os jovens consideravam que poderiam fazer carreira nas assembleias públicas, nos tribunais e na vida pública em geral.

Para Protágoras, portanto, tudo é relativo: não existe um “verdadeiro” absoluto e não existem valores morais absolutos. Existe, entretanto, algo que é mais útil, mais conveniente e, portanto, mais oportuno. O sábio é aquele que conhece esse relativo mais útil, mais conveniente e mais oportuno, sabendo convencer também os outros a reconhecê-lo e pô-lo em prática.

Feitas essas considerações, podemos afirmar que as contribuições mais relevantes do pensamento pré-socrático para o estudo da moral é o deslocamento do objeto de reflexão da natureza para o homem, a crítica à moral tradicional e à existência de verdades e normas universalmente válidas e o questionamento do alcance do conhecimento humano.

2.2 SÓCRATES E PLATÃO

Sócrates³⁹ foi contemporâneo dos Sofistas, sendo considerado como um deles pela opinião pública.⁴⁰ De fato, ele compartilhava com eles o desprezo pelo conhecimento da natureza e a crítica à tradição; no entanto, rejeitava o relativismo e o subjetivismo proposto por eles. Sócrates ensinava em locais públicos e exerceu um imenso fascínio sobre os homens de todas as idades, mas as suas críticas rigorosas e livres também lhe trouxeram inúmeras inimizades, culminando na sua condenação à morte por “impiedade” (foi acusado de não crer nos deuses da cidade e de corromper os jovens).

O ensinamento ético de Sócrates foi transmitido, sobretudo, pelo seu discípulo Platão, nos escritos chamados de “diálogos socráticos”, sendo, portanto, difícil separar na doutrina platônica o que pertence ao mestre e o que pertence ao aluno, uma vez que Sócrates nada deixou escrito. Além do próprio Platão, as fontes para buscar o ensinamento ético socrático, em menor medida, são o também filósofo e discípulo de Platão, Aristóteles; o historiador e escritor Xenofonte (430–350 a.C.), com a obra *Fatos memoráveis sobre Sócrates*; e o comediógrafo Aristófanes (447-385 a.C.), com a obra *As nuvens*.

A ética socrática tem uma característica metodológica fundamental, que é o uso de uma permanente inquisição nos diálogos entre ele e os seus opositores. O método socrático é composto por dois momentos: a ironia e a maiêutica. A ironia era composta de perguntas feitas ao interlocutor com o objetivo de deixar claro que o conhecimento que ele julgava possuir, não passava de mera opinião ou uma interpretação parcial da realidade. Já a maiêutica (parto) consistia na continuação das perguntas, agora com o objetivo de que o interlocutor chegue a uma conclusão segura sobre o assunto e consiga definir um conceito.

A ética socrática tem também três temas específicos: o homem interior ou alma (*psyché*), a verdadeira sabedoria (*sophrosyne*) e a virtude (*areté*). O

³⁹ Sócrates (470-399 a.C.) nasceu e morreu em Atenas. Ele não fundou nenhuma escola de pensamento e realizava seus ensinamentos em locais públicos. É considerado o fundador da filosofia moral ocidental.

⁴⁰ Cf. AYLLÓN, José Ramón. *Introducción a la ética: historia y fundamentos*. Madrid: Palabra, 2006, p. 17.

tema da *psyché* representa uma profunda mudança no pensamento antropológico grego, influenciando todo o desenvolvimento posterior da ética; assim, Sócrates demonstra aos seus compatriotas que o verdadeiro valor do homem reside no bem da alma, no cuidado do homem interior. É preciso, pois, conhecer-se a si mesmo para saber como viver, o que se torna a verdadeira sabedoria. Somente desta forma será possível aprender a verdadeira virtude, que é o conhecimento: um conhecimento universalmente válido, moral e prático (conhecer para agir retamente).

Podemos destacar os seguintes pressupostos da ética socrática: o bem é entendido como a felicidade da alma; o bom é o útil para a felicidade; a virtude é o conhecimento; o vício é a ignorância; a virtude pode ser ensinada ou transmitida. Desta forma, bondade, conhecimento e felicidade estão intimamente unidos, de modo que o homem age retamente quando conhece o bem e, conhecendo-o, não pode deixar de praticá-lo; por outro lado, aspirando ao bem, sente-se dono de si mesmo, possui o autodomínio, e, por conseguinte, é feliz. Portanto, a ética socrática é racionalista e a sua doutrina da virtude-ciência, a qual pressupõe que é necessário o uso da razão para a prática da virtude, “inaugura a história da Ética como ciência do *ethos*, e essa será a marca indelével de sua origem socrática.”⁴¹

Após essa apresentação sobre a ética socrática, passaremos a apresentar o pensamento ético de Platão,⁴² que foi o principal discípulo de Sócrates, embora, de acordo com Aristóteles Platão tenha sido inicialmente discípulo de Crátilo, seguidor de Heráclito de Éfeso (500-450 a.C.). Provavelmente Platão se encontrou com Sócrates por volta dos vinte anos, buscando na filosofia uma forma de se preparar para a vida política. Entretanto, alguns acontecimentos orientaram a vida de Platão em outra direção; de qualquer forma, a sua ética se relaciona intimamente com sua filosofia política, pois para ele “a polis é o terreno próprio da vida moral.”⁴³

⁴¹ VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica* 1. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2015, p. 97.

⁴² Platão (428-347 a.C.) nasceu em Atenas em uma família nobre. Foi discípulo de Sócrates e fundou sua própria escola filosófica, a Academia, onde reunia seus discípulos para estudar Filosofia, Ciências, Matemática e Geometria.

⁴³ SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo. *Ética*. 38. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 272.

Embora Platão não tenha escrito nenhum tratado sobre a ética, os temas éticos são dominantes nos seus primeiros diálogos e nos diálogos da maturidade; no entanto, todo o pensamento platônico retorna sempre à questão socrática da investigação do bem viver.⁴⁴ Assim, nos seus diálogos iniciais ou socráticos ele apresenta as discussões entre Sócrates e figuras atenienses (históricas ou fictícias) em torno de conceitos éticos como a amizade (Lisis), a virtude (Mênon), a coragem (Laques), o sentimento religioso (Eutífron) e o autocontrole (Górgias). Nos diálogos posteriores Platão elabora e desenvolve a sua metafísica (A República) e faz uma revisão crítica da sua teoria das ideias, voltando a tratar sobre a ética nos seus últimos diálogos: no Teeteto ele abre uma dimensão religiosa na prática ética (*homoiosis teo*), em Filebo ele trata da questão do prazer (*hedone*), no Timeu ele trata da ordenação da vida reta segundo a própria ordem do universo (*kosmos*) e em As Leis trata da unidade e pluralidade das virtudes cardeais.

A ideia diretriz do pensamento ético de Platão é a ideia de ordem (*taxis*), que significa proporção ou analogia.⁴⁵ Em *A República*, que é considerado o documento de fundação da ética ocidental, ele propõe uma metafísica da ordem, que rege a realidade total. Assim, o conhecimento da ordem implica o conhecimento do bem, do qual deriva, e o conhecimento das realidades a serem ordenadas, de modo que o bem é a unidade ordenada das partes, enquanto o mal é a multiplicidade desordenada das partes.

A ética platônica depende da sua concepção metafísica e da sua doutrina sobre a alma (*psyche*). A metafísica de Platão é dualista. Ele concebe a existência de dois mundos: o mundo das formas ou ideias (inteligível) e o mundo concreto (sensível). Enquanto o mundo sensível é acessível pelos sentidos, é o reino da opinião (*doxa*) e é um falseamento, o mundo inteligível é formado pelas ideias permanentes, eternas, perfeitas e imutáveis, constitui a verdadeira realidade e tem como cume a ideia do Bem. Já a alma, Platão a considera como o princípio que anima ou move o homem, sendo dividida em três partes: a razão (*logistikon*), que é a parte superior, está localizada na cabeça e controla as demais partes; a vontade ou ânimo (*thymoeides*), que é o lado irascível e está localizado no coração, cujo objetivo é fazer prevalecer os sentimentos e a impetuosidade; e o apetite

⁴⁴ Cf. VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica* 1. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2015, p. 98.

⁴⁵ Cf. *Ibid.*, p. 98-100.

(*epithymetikon*), que é a parte inferior, o lado concupiscente, localizado no baixo-ventre, cujo objetivo é satisfazer as necessidades corporais.

Assim, pela razão a alma busca se elevar, pela contemplação, ao mundo das ideias, a fim de contemplar o que realmente ela é e também a Ideia do Bem. Mas para alcançar este objetivo a alma precisa libertar-se da matéria, purificar-se. Essa purificação é possível através da prática das virtudes, as quais guiam ou refreiam cada uma das partes da alma, levando-a ao seu funcionamento perfeito: a prudência (*phronesis*) guia a razão, a fortaleza (*andreia*) guia a vontade e a temperança (*sophrosyne*) o apetite. A harmonia entre essas partes constitui a quarta virtude, que é a justiça (*dikaiosyne*):

A originalidade de Platão manifesta-se aqui na introdução do conceito de justiça interior (sendo a *psyché*, depois da polis, o lugar procurado de morada da justiça), que, sob a forma de harmonia, concórdia e paz interiores do homem justo, ficará igualmente integrado na vertente antropológica da Ética.⁴⁶

Porém, segundo Platão, o indivíduo não pode alcançar a perfeição por si só, pois ele precisa do Estado; por isso o indivíduo deve subordinar-se à sociedade. O homem é bom enquanto bom cidadão e, para ser bom cidadão, deve limitar-se a exercer a tarefa e praticar a virtude que cabe à classe social a que pertence: a classe dos governantes guia-se pela prudência; a classe dos guerreiros, pela fortaleza; e a classe dos artesãos e comerciantes guia-se pela temperança. Portanto, em Platão a ética desemboca na política, havendo uma estreita unidade entre moral e política.

A ética platônica é considerada excludente e elitista, pois além do desprezo pelo trabalho físico, uma vez que os artesãos ocupam um degrau social inferior, não há nela lugar para os escravos, desprovidos de virtudes morais e direitos cívicos. No entanto, essas são características próprias da Antiguidade, das quais Platão não estava imune. De todo modo, o que o pensamento ético dele nos ensina é:

⁴⁶ VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica* 1. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2015, p. 104.

Que a vida ética não é um dom da natureza, embora por ela condicionado, mas fruto de um longo, difícil e, por vezes, doloroso processo educativo. Assim como o *ethos* é a primeira e fundamental escola da humanidade, a Ética é a paideia fundamental do ser humano que atingiu o estágio de uma civilização da Razão.”⁴⁷

2.3 ARISTÓTELES

Aristóteles⁴⁸ foi discípulo de Platão, tendo sido aluno e professor na Academia. Seu pensamento ético situa-se na esteira da ética socrático-platônica, tendo recebido dela os grandes temas e problemas, os quais foram abordados de forma original, de modo a inaugurar uma nova tradição: o aristotelismo. Por este motivo alguns pensadores e estudiosos consideram-no o fundador da Ética. De qualquer forma, não é possível conceber o pensamento aristotélico sem levar em consideração o pensamento ético de Platão, no qual o estagirita tanto se inspirou como manteve uma postura crítica.⁴⁹

Com relação às fontes para o estudo do pensamento aristotélico, existe uma grande diferença com Platão: enquanto de Platão nos chegaram as fontes originais praticamente intactas de seus *Diálogos*, de Aristóteles nos chegaram apenas fragmentos de seus *escritos exotéricos*, que são os escritos voltados para o grande público, redigidos na forma dialógica da tradição socrática, e os *escritos esotéricos*, compostos por textos escolares, notas de aulas, os quais versam sobre variados temas e não foram escritos diretamente

⁴⁷ VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica* 1. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2015, p. 103.

⁴⁸ Aristóteles (384-322 a.C.) nasceu em Estagira, na Macedônia. Por volta dos 17 anos ingressou na Academia de Platão, lá permanecendo até a morte do mestre. Em 342 regressa à Macedônia, onde se torna preceptor de Alexandre da Macedônia (Alexandre, o Grande). Em 335 retorna novamente à Atenas, onde funda sua própria escola, o Liceu, cujos discípulos eram chamados de *peripatéticos*, porque aprendiam enquanto passeavam com o mestre.

⁴⁹ Cf. *Ibid.*, p. 109-110.

por Aristóteles. De toda forma, a obra considerada clássica para o estudo do pensamento ético de Aristóteles é a *Ética a Nicômaco*:⁵⁰

A *Ética Nicomaqueia*, ou *Ética a Nicômaco*, de Aristóteles (384-22 a.C), foi o primeiro tratado de ética da tradição filosófica ocidental e também pioneiro no uso do termo “ética” no sentido em que o empregamos até hoje, como um estudo sistemático sobre as normas e os princípios que regem a ação humana e com base nos quais essa ação é avaliada em relação a seus fins. [...] A obra marcou profundamente a discussão subsequente sobre ética, definindo as linhas centrais de discussão filosófica nessa área.⁵¹

Já em relação ao pensamento, as diferenças notáveis entre Aristóteles e Platão estão na esfera de outros interesses e não no domínio da filosofia: enquanto Platão utilizava argumentos místico-religioso-escatológicos em seus escritos, Aristóteles, nos escritos esotéricos, buscava a sistematização do pensamento aplicando com rigor o discurso racional-filosófico; enquanto Platão estava muito mais interessado por questões puramente filosóficas, Aristóteles tinha interesse também pelo estudo das ciências empíricas; enquanto o método platônico (a ironia, a maiêutica socrática e a poesia) o levou à construção de um sistema filosófico flexível, sem uma sistematização fixa e organicamente articulada, o método aristotélico levou-o a uma sistematização orgânica estável e fixa, assinalando os caminhos pelos quais a filosofia posterior caminhou: metafísica, física, psicologia, ética, política, estética e lógica.⁵²

Outra grande diferença entre os dois pensadores se deu no fato de que Aristóteles era contrário ao dualismo ontológico platônico. Para Aristóteles a ideia existe somente nos indivíduos concretos, sendo necessário distinguir no indivíduo o que ele é atualmente (o ato) e o que ele tende a ser (a potência). Por exemplo, a semente é a planta em potência, enquanto a planta,

⁵⁰ Alguns estudiosos consideram que Nicômaco seria o pai de Aristóteles, a cuja memória a obra seria dedicada; outros consideram que seria o filho de Aristóteles, o qual teria reunido e editado os dez livros após a morte do pai.

⁵¹ MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de ética: de Platão a Foucault*. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009, p. 38.

⁵² Cf. REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. *História da filosofia: Antiguidade e Idade Média*. v. 1. 3. ed. São Paulo: Paulus, 1990, p. 177.

como ato, é a realização definitiva da potência; assim, a mudança universal é a passagem incessante da potência ao ato, sendo que apenas a divindade é um ato puro, sem potência. Nesse sentido, para que o homem se realize como ser humano, ele deve realizar com seu esforço o que é potência.

Aqui entra o grande questionamento da ética aristotélica: qual é o fim último para o qual todo ser humano tende? Assim nos diz Aristóteles na *Ética a Nicômaco*:

Retomemos a nossa investigação e procuremos determinar, à luz deste fato de que todo conhecimento e todo trabalho visa a algum bem, quais afirmamos ser os objetivos da ciência política e qual é o mais alto de todos os bens que se podem alcançar pela ação. Verbalmente, quase todos estão de acordo, pois tanto o vulgo como os homens de cultura superior dizem ser esse fim a felicidade e identificam o bem viver e o bem agir como o ser feliz. Diferem, porém, quanto ao que seja a felicidade, e o vulgo não o concebe do mesmo modo que os sábios.⁵³

Portanto, para Aristóteles o fim último para o qual todo ser humano tende é a felicidade (*eudaimonia*), que pode ser entendida também como bem-estar, principalmente em relação a algo que se realiza. Assim, a noção de felicidade é um conceito central na ética aristotélica, estando relacionada à realização e à excelência humanas e depende da virtude para ser alcançada, “pois a vida do homem que age de acordo com a virtude será feliz.”⁵⁴ Por este motivo a ética de Aristóteles é chamada de “ética eudaimônica”.

Deste modo, a plena realização daquilo que é humano no homem se dá na vida teórica ou contemplação guiada pela razão, o que somente é possível através das virtudes. As virtudes são modos de ser e são classificadas por Aristóteles em *intelectuais ou dianoéticas*, que são aquelas que operam na parte racional do homem e são adquiridas pelo ensino, e *práticas ou éticas*, que são aquelas que operam na parte irracional do homem (paixões e apetites), canalizando-a racionalmente, e são adquiridas pelo hábito.

⁵³ ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*, Livro I, 4.

⁵⁴ *Ibid.*, Livro X, 8.

Sendo, pois, de duas espécies a virtude, intelectual e moral, a primeira, por via de regra, gera-se e cresce graças ao ensino — por isso requer experiência e tempo; enquanto a virtude moral é adquirida em resultado do hábito, donde ter-se formado o seu nome por uma pequena modificação da palavra (hábito). Por tudo isso, evidencia-se também que nenhuma das virtudes morais surge em nós por natureza; com efeito, nada do que existe naturalmente pode formar um hábito contrário à sua natureza.⁵⁵

Ainda sobre a virtude, Aristóteles a considera como um meio termo entre um extremo, que é o excesso, e o outro extremo, que é a falta, de modo que através dela é possível alcançar a felicidade, sendo a felicidade o próprio coroamento da virtude.

Em tudo que é contínuo e divisível pode-se tomar mais, menos ou uma quantidade igual, e isso quer em termos da própria coisa, quer relativamente a nós; e o igual é um meio-termo entre o excesso e a falta. Por meio-termo no objeto entendendo aquilo que é equidistante de ambos os extremos, e que é um só e o mesmo para todos os homens; e por meio-termo relativamente a nós, o que não é nem demasiado nem demasiadamente pouco — e este não é um só e o mesmo para todos. [...] segue-se que a virtude deve ter o atributo de visar ao meio-termo. Refiro-me à virtude moral, pois é ela que diz respeito às paixões e ações, nas quais existe excesso, carência e um meio-termo.⁵⁶

Assim, essa definição de Aristóteles sobre o meio termo torna-se um dos princípios fundamentais de sua ética, de modo que a ação eticamente correta é aquela que evita os extremos e busca a justa medida, o equilíbrio. E a sabedoria prática (*phronesis*) é o que permite ao homem discernir essa medida, a qual poderá variar de acordo com as circunstâncias, e a temperança (*sophrosyne*) é a característica do indivíduo eticamente equilibrado.

A ética aristotélica, como a platônica, está intimamente ligada à sua filosofia política. Para Aristóteles, o homem, além de ser um animal racional que fala e pensa (*zoon logikon*) é também um animal político (*zoon politikon*), ou seja, um ser social, que somente pode realizar o ideal da vida teórica vivendo uma vida virtuosa na *pólis*. Desta forma, a vida moral não é um fim em si mesmo, mas é a condição para se viver uma vida

⁵⁵ ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*, Livro II, 1.

⁵⁶ *Ibid.*, Livro II, 6.

verdadeiramente humana, que é a vida teórica, a contemplação das verdades eternas, uma atividade característica do sábio ou filósofo. Neste ponto as éticas aristotélica e platônica também se assemelham, sendo acusadas de elitistas, uma vez que a vida contemplativa não é acessível a toda a população, mas apenas a aqueles que podem dedicar o seu tempo a procurar a felicidade vivendo uma vida de virtuosa contemplação. Assim sendo, a ética de Aristóteles:

[...] representa a síntese mais completa e mais organicamente articulada no discurso do *logos* da ciência, do *ethos* da Grécia clássica no momento em que esta chegava ao fim de seu ciclo histórico com a perda da independência política das cidades gregas sob a hegemonia macedônia. [...] ao mesmo tempo em que recolhia a herança socrático-platônica, colocava no centro da reflexão ética o tema que iria dominar doravante não apenas a ética helenística mas toda a ética antiga: o tema da *eudaimonia*.⁵⁷

2.4 O ESTOICISMO

O estoicismo foi fundado por Zenão de Cício⁵⁸ em Atenas, mais especificamente no Pórtico Pintado de Polignoto, por volta do ano 314 a.C. A escola estoica se desenvolveu com notável vigor entre os povos do Mediterrâneo e da Ásia Menor até por volta do ano 300 d.C., sendo substituído gradualmente pelo cristianismo, uma vez que suas doutrinas se assemelham, sobretudo na parte ética.⁵⁹

Embora o estoicismo tenha sido fundado em Atenas, o seu fundador e os seus primeiros discípulos eram fenícios, o que fez com que a escola fosse bastante influenciada pela corrente semítica de pensamento.⁶⁰ Além disso, a

⁵⁷ VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica* 1. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2015, p. 25-126.

⁵⁸ Zenão de Cício (336-264 a.C.) nasceu na ilha de Chipre, então colônia fenícia. Como ele se reunia regularmente com seus seguidores e fazia suas palestras no Pórtico Pintado de Polignoto, a sua escola filosófica passou a ser denominada de estoicismo devido ao termo *stoá* ("pórtico").

⁵⁹ Cf. SANSON, Vitorino F. *Estoicismo e cristianismo*. Caxias do Sul: EDUCS, 1988, p. 12.

⁶⁰ Cf. *Ibid.*, p. 13-14.

filosofia do pórtico se desenvolveu no período chamado Helenismo, no qual Atenas passou a ser dominada pela Macedônia e, depois de um tempo, por Roma e os centros culturais se deslocaram para outros polos. Essas transformações profundas revolucionaram as ideias sociais, políticas, filosóficas e culturais, uma vez que passou a acontecer um maior intercâmbio entre a cultura grega e a oriental. Com o declínio da *pólis*, ocorre a descoberta do indivíduo, ou seja, a separação entre o homem e o cidadão, e a difusão do cosmopolitismo, que considera o mundo inteiro como uma cidade, na qual estão incluídos também os deuses, e na qual todos os homens devem viver em harmonia.⁶¹

Devido a essa situação o estoicismo teve um caráter intimista, em que o homem busca refugiar-se no interior de si mesmo em busca da felicidade, relegando para segundo plano a vida teórica, as grandes sínteses cósmicas, metafísicas, políticas e estéticas, colocando em primeiro plano a necessidade urgente de orientação moral em meio à tão confusa situação.⁶²

A história do pensamento estoico é tradicionalmente dividida em três períodos: *estoicismo antigo*, cujo centro de atividades é Atenas no século III a.C., sendo seus principais representantes Zenão de Cício, Cleanto e Crisipo; *estoicismo médio*, no século II a.C., onde o sistema estoico perde o seu rigor e começa a romanizar-se, sendo Diógenes, o Babilônico, Antipatro de Tarso, Panécio de Rodes e Possidônio de Apameia os seus principais nomes; *estoicismo imperial* ou *neoestoicismo*, nos séculos I e II d.C., essencialmente romano, onde a lógica e a física são praticamente abandonadas em função da moral, tendo por principais pensadores Sêneca, Musônio Rufo, Epiteto e Marco Aurélio.⁶³

O discurso filosófico estoico comporta três partes: a lógica, a física e a ética. A respeito da lógica estoica basta esclarecer que ela admite a existência apenas do indivíduo, o qual possui qualidades próprias que o caracteriza, distingue e constitui. Já a física, que é a premissa da ética,⁶⁴ é um

⁶¹ Cf. REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. *História da filosofia: filosofia pagã antiga*. v. 1. São Paulo: Paulus, 2003, p. 250.

⁶² Cf. SANSON, Vitorino F. *Estoicismo e cristianismo*. Caxias do Sul: EDUCS, 1988, p. 11-12.

⁶³ Cf. BRUN, Jean. *O estoicismo*. Lisboa: Edições 70, 1986, p. 15.

⁶⁴ Cf. SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo. *Ética*. 38. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 276.

materialismo em que todo o indivíduo é um corpo (*soma*), sendo o mundo formado por um *princípio ativo*, que é o *logos* ou razão ou divindade, e um *princípio passivo*, que é a matéria. A realidade é governada pelo *logos* divino, o destino (*Heimarméne, fatum*), que é uma lei (*nómos*) eterna e imutável que confere ordem a todas as coisas, as quais são regidas e governadas pela providência divina (*Prónoia, Providentia*), que faz com que cada coisa seja feita da melhor forma possível. Dentro ainda da física estoica é estudada a alma, cujas funções essenciais são a representação (*phantasia*), que é a impressão de objetos exteriores na substância da alma, e a inclinação, que é experimentar o desejo e a aversão. Por meio da razão, o homem pode dar adesão somente às representações verdadeiras e seguir apenas as inclinações da natureza: eis a vida correta moralmente. É, pois, através da alma que o homem pode viver de acordo com a natureza e, conseqüentemente, ser feliz.

Deste modo, enquanto a lógica estoica demonstra-nos como os fatos podem implicar-se e a física nos permite perceber como as coisas e os seres estão interligados entre si, a moral tem a tarefa de nos mostrar como devemos agir. A moral estoica fala de uma tendência fundamental dos homens, que é o instinto de conservação (*oikéiosis*): amar a natureza e tudo o que concorre para a sua manutenção e afastar-se do que provoca a sua destruição. Por isso viver de acordo com a natureza é viver corretamente segundo a razão, é ter virtude, que é uma perfeição comum com o todo. Assim, os bens são as coisas em conformidade com a natureza, a virtude, enquanto os males são as coisas nocivas à natureza, o vício. Além dos bens e dos males, existem os indiferentes (*adiáphorai*), os quais não são bons ou maus em si, mas dependem do uso que deles fazemos. Entre os *adiáphorai*, os estoicos distinguem ainda os de valor positivo ou *indiferentes preferíveis*, que são aqueles conformes à natureza e que garantem, conservam e incrementam a vida (saúde, força, etc.), e os de valor negativo ou *indiferentes rejeitáveis*, que são aqueles contrários à natureza (doenças, etc.).

A ética da *stoá* trata também sobre a paixão (*pathos*), que é um movimento irracional da alma contrário à natureza, uma doença da alma que se origina do erro de julgamento, de uma opinião falsa ou da indevida adesão a uma representação falsa. As quatro paixões fundamentais são a dor, o medo, o desejo e o prazer; elas, uma vez que representam a perda do controle da razão, devem ser extirpadas a fim de se alcançar a apatia, a

impassibilidade (*ataraxía*), que coincidem com a felicidade (*eudaimonia*).⁶⁵ O sábio (*sophós*) é justamente aquele que vive de acordo com a razão, isento de paixões, que sabe guiar seus desejos a partir do que dele depende, que experimenta a verdadeira felicidade, que suporta tudo com coragem e se sabe um cidadão do mundo (cosmopolita). Entretanto, o sábio estoico verdadeiro nunca existiu, uma vez que o homem pode apenas aproximar-se da sabedoria, mas nunca a acessar plenamente. Por isso os estoicos desenvolveram a teoria dos deveres ou condutas convenientes: o homem comum deve procurar as coisas preferíveis através da prudência, ou seja, fazer o possível para atingir o fim conforme a natureza a que se propõe.

Portanto:

Se o bem é viver segundo a razão, só a virtude (*arete*) é o bem, pois só a vida segundo a razão é virtuosa, sendo a plena realização da perfeição humana. Há, pois, segundo os estoicos, uma exata Correspondência entre bem = razão = virtude = vida ética; e sendo a razão expressão da *physis* ou Natureza enquanto *Logos* universal, a vida ética ou vida virtuosa é a vida segundo a natureza. Ela é, para o ser humano, o bem por excelência, no qual reside a perfeita *eudaimonia*, que a si mesmo inteiramente se basta (*autarkes*), e cuja posse eleva o Sábio à condição divina. O *bem* se circunscreve assim, para os estoicos, ao domínio estritamente ético e, como tal, é o que contém inteiramente em si sua razão de ser, cuja essência, podemos dizer, é idêntica à existência no sentido de que não pode realizar-se senão como totalmente bom e é sempre digno de louvor e honra (*kalon*, que Cícero traduziu por *honestum*).⁶⁶

É interessante ressaltar aqui que o neoestoicismo teve como principais características o interesse predominante pela ética, que se torna quase exclusivo em alguns pensadores, como no caso de Sêneca (4 a.C.-65) e a busca pela própria perfeição na interioridade da consciência, com preceitos muito próximos aos que o cristianismo propagará. Desta forma, no século I d.C. o estoicismo tornou-se essencialmente uma meditação-preparação para

⁶⁵ Cf. OLIVEIRA, Luizir de. *Sêneca: uma vida dedicada à filosofia*. São Paulo: Paulus, 2010, p. 76-85.

⁶⁶ VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica* 1. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2015, p. 156.

a morte, baseada em um desapego das coisas terrenas, com um forte senso religioso.

2.5 O EPICURISMO

Assim como o estoicismo, o epicurismo surgiu durante o processo de decadência e ruína do antigo mundo greco-romano, marcado pela perda de autonomia das cidades-estados gregas e pela organização, desenvolvimento e queda dos grandes impérios: primeiro o macedônio e depois o romano. Esse sistema filosófico foi fundado por Epicuro,⁶⁷ o qual teve vários discípulos e foi um escritor fecundo, embora poucos de seus escritos tenham chegado até nossos dias.

A lista de seus principais escritos e quase tudo o que sabemos sobre ele foram-nos transmitidos por Diógenes Laércio no século II d.C. A Antiguidade legou-nos também a mais completa exposição do pensamento de Epicuro devida ao ardente adepto de sua doutrina, o poeta latino Tito Lucrécio Caro (c. 99-54 a.C.), cujo poema didático *De rerum natura*, sem dúvida o mais brilhante em seu gênero na literatura ocidental, é importante fonte para o conhecimento do epicurismo.⁶⁸

Apesar de Epicuro ter mantido a divisão tradicional do saber filosófico entre Lógica, Física e Ética, seu pensamento é, antes de tudo, uma ética que pretende ensinar o segredo da felicidade. O precursor do epicurismo é o pensamento de Aristipo de Cirene,⁶⁹ um sofista que fundou a escola cirenaica no começo do século IV a.C. Para Aristipo o bem supremo é o prazer. Porém, o sábio não se deixa dominar pelo prazer; antes, é o sábio que o domina

⁶⁷ Epicuro (341-270 a.C.) nasceu em Samos e estudou a filosofia em Atenas com Nausífanos, que era um discípulo de Demócrito. Em 307/306 a.C. fundou em Atenas a sua escola, que ficou conhecida como O Jardim, por estar localizada num jardim próximo aos muros da cidade.

⁶⁸ VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica* 1. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2015, p. 133-134.

⁶⁹ Aristipo de Cirene (435-356 a.C.) foi um sofista e discípulo de Sócrates que lecionou em Atenas, Egina e na corte de Dionísio de Siracusa. Ele fundou a escola cirenaica (ou hedonista), segundo a qual o prazer é o bem supremo.

através do uso da razão. Assim, o ideal da escola cirenaica é um hedonismo regulado pelo cálculo das consequências úteis ou prejudiciais.⁷⁰

O pensamento epicureano também foi muito influenciado pelo atomismo de Demócrito⁷¹ e pelo materialismo dele decorrente: tudo o que existe é formado de átomos materiais. Assim, seu pensamento é caracterizado como um naturalismo radical, pois todos os problemas gnosiológicos, cosmológicos e éticos são resolvidos por Epicuro à luz do conceito de natureza sensível, de modo que tudo o que não possa ser explicável pela natureza é considerado erro ou ilusão. E neste materialismo não há espaço para os deuses interferirem nos fenômenos físicos ou na vida humana, cabendo ao próprio homem buscar o bem, a felicidade no próprio mundo e não em um mundo suprassensível.⁷²

Desta forma, influenciado por Aristipo e em oposição a Platão e Aristóteles, Epicuro concebe a felicidade como prazer:

É por essa razão que afirmamos que o prazer é o início e o fim de uma vida feliz. Com efeito, nós o identificamos como o bem primeiro e inerente ao ser humano, em razão dele praticamos toda escolha e toda recusa, e a ele chegamos escolhendo todo bem de acordo com a distinção entre prazer e dor.⁷³

Mas não é qualquer tipo de prazer que Epicuro propõe. E neste ponto ele diverge de Aristipo e da escola cirenaica, pois não propõe um hedonismo puro nem a busca do prazer sem limites:

Embora o prazer seja nosso bem primeiro e inato, nem por isso escolhemos qualquer prazer: [...] Quando então dizemos que o fim último é o prazer, não

⁷⁰ AYLLÓN, José Ramón. *Introducción a la ética: historia y fundamentos*. Madrid: Palabra, 2006, p. 33.

⁷¹ Demócrito de Abdera (460-370 a.C.) foi um filósofo pré-socrático considerado o maior expoente da teoria atômica ou do atomismo, a qual afirma que tudo o que existe é composto por elementos indivisíveis chamados átomos.

⁷² Cf. VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica* 1. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2015, p. 134.

⁷³ EPICURO. *Carta sobre a felicidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 37.

nos referimos aos prazeres dos intemperantes ou aos que consistem no gozo dos sentidos, como acreditam certas pessoas que ignoram o nosso pensamento, ou não concordam com ele, ou o interpretam erroneamente, mas ao prazer que é ausência de sofrimentos físicos e de perturbações da alma. Não são, pois, bebidas nem banquetes contínuos, nem a posse de mulheres e rapazes, nem o sabor dos peixes ou das outras iguarias de uma mesa farta que tornam doce uma vida, mas um exame cuidadoso que investigue as causas de toda escolha e de toda rejeição e que remova as opiniões falsas em virtude das quais uma imensa perturbação toma conta dos espíritos.⁷⁴

Epicuro propõe então três tipos de prazeres, sendo fundamental saber distingui-los e escolhê-los para se viver uma vida feliz:

- a) *Os naturais necessários*, que são aqueles prazeres que devem ser satisfeitos, uma vez que estão intimamente ligados à conservação da vida, como por exemplo, comer quando se tem fome e descansar quando se está cansado.
- b) *Os naturais e não necessários*, que são aqueles prazeres que devem ser usufruídos de maneira limitada, pois são variações supérfluas dos anteriores, como comer bem e vestir-se com ostentação.
- c) *Os não naturais e nem necessários*, que são aqueles prazeres que devem ser evitados, já que fundamentam-se na vaidade humana, como o desejo de riqueza e de poder.

Desta forma:

O conhecimento seguro dos desejos leva a direcionar toda escolha e toda recusa para a saúde do corpo e para a serenidade do espírito, visto que esta é a finalidade da vida feliz: em razão desse fim praticamos todas as nossas ações, para nos afastarmos da dor e do medo. Uma vez que tenhamos atingido esse estado, toda a tempestade da alma se aplaca, e o ser vivo, não tendo que ir em busca de algo que lhe falta, nem procurar outra coisa a não ser o bem da alma e do corpo, estará satisfeito. De fato, só sentimos necessidade do prazer quando sofremos pela sua ausência; ao contrário, quando não sofremos, essa necessidade não se faz sentir.⁷⁵

⁷⁴ EPICURO. *Carta sobre a felicidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 37-45.

⁷⁵ *Ibid.*

Portanto, para Epicuro o homem deve sempre buscar o prazer, pois o prazer é o bem, enquanto a dor é o mal e deve ser evitada. Assim, a virtude mais importante para a vida feliz é a prudência, pois:

A prudência é o princípio e o supremo bem, razão pela qual ela é mais preciosa do que a própria filosofia; é dela que originaram todas as demais virtudes; é ela que nos ensina que não existe vida feliz sem prudência, beleza e justiça, e que não existe prudência, beleza e justiça sem felicidade. Porque as virtudes estão intimamente ligadas à felicidade, e a felicidade é inseparável delas.⁷⁶

Desta forma a ética epicurista prevê um conjunto de preceitos e normas para que o homem busque a vida feliz, apesar das dificuldades impostas pela vida social e política, libertando o homem dos temores dos deuses, dos fenômenos celestes e da morte, a fim de que ele possa encontrar a tranquilidade ou imperturbabilidade da alma (*ataraxia*) e o repouso ou ausência de dor no corpo (*aponia*), as quais são as condições para a prática da virtude e a posse da *eudaimonia*. Esta é a liberdade proposta por Epicuro.

O homem deve buscar viver uma vida escondida (*lathe biôsas*) em oposição à agitação da vida política na pólis, a fim de alcançar a saúde do espírito. “Assim, pois, o epicurista alcança o bem, retirado da vida social, sem cair no temor do sobrenatural, encontrando em si mesmo, ou rodeado por um pequeno círculo de amigos, a tranquilidade da alma e a autossuficiência.”⁷⁷

CONSIDERAÇÕES

O pensamento ético dos antigos possui três características principais: o *racionalismo*, ao afirmar que viver virtuosamente é agir em conformidade com a razão, a qual é capaz de conhecer o bem, desejá-lo e conduzir nossa vontade na sua direção; o *naturalismo*, ao afirmar que viver virtuosamente é

⁷⁶ EPICURO. *Carta sobre a felicidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 45-47.

⁷⁷ SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo. *Ética*. 38. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 277.

agir em conformidade com a natureza, entendida tanto no sentido de *cosmos* quanto no de *ethos*; e a *inseparabilidade entre ética e política*, uma vez que é somente através da convivência que o ser humano é capaz de encontrar a liberdade, a justiça e a felicidade.

Assim sendo, a Ética antiga tinha como objetivo estabelecer a harmonia entre o sujeito e os valores sociais virtuosos; desta forma, era considerado virtuosa a pessoa que sabia dominar racionalmente seus impulsos, apetites e desejos, e orientar a vontade rumo ao bem e à felicidade. A Ética antiga era, pois, eudaimonista e teleológica, estando as ideias de Sócrates, Platão e Aristóteles relacionadas com a pólis, uma comunidade democrática, limitada e local, enquanto as filosofias estoica e epicurista tinham por base uma relação diferente entre o indivíduo e a comunidade.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Os Pensadores)

AYLLÓN, José Ramón. *Introducción a la ética: historia y fundamentos*. Madrid: Palabra, 2006.

BRUN, Jean. *O estoicismo*. Lisboa: Edições 70, 1986.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

CORTINA, Adela; MARTÍNEZ, Emilio. *Ética*. São Paulo: Loyola, 2005.

EPICURO. *Carta sobre a felicidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de ética: de Platão a Foucault*. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MONDOLFO, Rodolfo. *O pensamento antigo: história da filosofia Greco-romana – desde Aristóteles até os neo-platônicos*. v. 2. 3. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1973.

OLIVEIRA, Luizir de. *Sêneca: uma vida dedicada à filosofia*. São Paulo: Paulus, 2010.

PLATÃO. *Protágoras*. Lisboa: Relógio d'Água, 1999.

REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. *História da filosofia: Antiguidade e Idade Média*. v.1. 3. ed. São Paulo: Paulus, 1990.

REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. *História da filosofia: filosofia pagã antiga*. v. 1. São Paulo: Paulus, 2003.

SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo. *Ética*. 38. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

SANSON, Vitorino F. *Estoicismo e cristianismo*. Caxias do Sul: EDUCS, 1988.

VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica* 1. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2015.

UNIDADE 03 – A ÉTICA NA IDADE MÉDIA

03

Objetivo da unidade: compreender as principais características do pensamento ético medieval no ocidente e suas relações com o cristianismo.

Conteúdos da unidade:

- 1) A ética cristã antes de Santo Agostinho.
- 2) A ética de Santo Agostinho.
- 3) A ética de Santo Tomás de Aquino.
- 4) A ética após Santo Tomás de Aquino
- 5) A questão da natureza e da lei natural.

Indicações científico-culturais:

Livro: AGOSTINHO. *A cidade de Deus*. v. 1-3. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2017.

Filme: SANTO AGOSTINHO: O DECLÍNIO DO IMPÉRIO ROMANO. Direção: Christian Duguay. Itália: Lux Vide, 2010. (206 min).

O período que chamamos de Idade Média compreende o intervalo entre a queda do Império Romano no ocidente (476) e a queda de Constantinopla (1453), o que corresponde aproximadamente a dez séculos de história (séculos V a XV). Porém, em nosso estudo sobre a ética ampliaremos um pouco este intervalo até ao século I, quando começou a aparecer os primeiros pensadores cristãos que buscaram fazer uma síntese entre cristianismo e filosofia.

É importante observar que a sociedade medieval é marcada por uma profunda fragmentação econômica e política, de modo que a religião cristã, através da Igreja, foi a garantidora da unidade social após o fim do Império Romano no ocidente; desta forma a Igreja monopolizou a vida intelectual e a moral concreta e efetiva, sendo difícil separar filosofia e teologia na Idade Média. Nesse sentido é correto afirmar que a Ética medieval ocidental é uma Ética cristã.

Assim sendo, o pensamento ético deste período está impregnado de conteúdo religioso: o ser humano, enquanto criatura de Deus, deve direcionar todo o seu comportamento, incluindo o moral, para a contemplação divina, valor supremo e essência da felicidade (*beatitude*); desta forma a ordem sobrenatural tem primazia sobre a ordem natural e o comportamento humano é definido em relação a Deus. O cristianismo oferece ao homem certos princípios morais supremos, os quais procedem da divindade e por isso mesmo possuem o caráter de imperativos absolutos e incondicionados: o homem só alcançará a salvação no mundo futuro se obedecer e se sujeitar aos mandamentos divinos.

Para estudarmos este período ético a presente unidade foi dividida em cinco seções: na primeira seção trataremos sobre os primeiros pensadores cristãos e as primeiras tentativas de “cristianizar” a herança intelectual da Antiguidade clássica grega como forma de fundamentar e propagar o cristianismo; na segunda seção apresentaremos o pensamento ético de Santo Agostinho, o qual utilizará o platonismo como pano de fundo para a reflexão filosófica; na terceira seção abordaremos a ética desenvolvida por Santo Tomás de Aquino, a qual teve grande influência da tradição filosófica aristotélica; na quarta seção veremos o desenvolvimento da ética na Idade Média Tardia; por fim, na quinta seção, estudaremos os temas da natureza e da lei natural, que tiveram importância relevante na ética medieval.

Vamos juntos, pois. Continuar o nosso percurso!

3.1 A ÉTICA CRISTÃ ANTES DE SANTO AGOSTINHO

O período entre os séculos I e III da nossa era foi marcado pela expansão e inculturação do cristianismo na região mediterrânea. Já no tempo dos apóstolos, ou seja, dos seguidores diretos de Jesus Cristo, houve um grande impasse entre duas correntes distintas: o “*judeu-cristianismo*”, composto pelos seguidores de Jesus oriundos do judaísmo, e o “*heleno-*

cristianismo”, composto pelos convertidos de cultura helenística. Enquanto o primeiro grupo buscava seguir o caminho da diáspora judaica,⁷⁸ propondo um cristianismo mais particularista, mais fechado em suas diferenças religioso-culturais em relação aos não judeus, o segundo grupo propunha uma versão mais universalista do cristianismo. É justamente essa versão helenística do cristianismo que se sobressairá, sobretudo devido à pregação e aos ensinamentos do apóstolo Paulo de Tarso.⁷⁹

É interessante notar que desde o início de seu desenvolvimento o cristianismo já se aproximou bastante da cultura helenística. Por exemplo, tanto os escritos do Novo Testamento quanto boa parte da literatura cristã primitiva adotaram o grego helenístico (*koiné*), que era a língua comum no mediterrâneo de então. Outro exemplo é a adoção de algumas categorias comuns do pensamento ético grego, como nos escritos de Paulo, onde aparece o tema das virtudes (prudência, fortaleza, temperança e justiça), as quais foram adotadas por ele como virtudes morais e às quais ele acrescentou outras três – fé, esperança e caridade – as virtudes teológicas.

No entanto, o primeiro pensador que tentou fazer uma mediação entre a mensagem bíblica e a filosofia grega não foi um pensador cristão, mas sim um judeu chamado Filon de Alexandria.⁸⁰ Ele interpretou vários traços éticos, antropológicos e teológicos presentes no Antigo Testamento à luz da alegorização filosófica, podendo ser considerado um precursor dos Padres da Igreja.⁸¹ Porém, o grande paradoxo da relação entre os pensamentos helenístico e cristão é que, apesar da universalização da difusão da

⁷⁸ A diáspora judaica refere-se aos diversos distanciamentos forçados dos hebreus de sua terra natal – Israel – em razão das invasões de povos inimigos e, consequentemente, deixando-os dispersos em várias partes do mundo.

⁷⁹ São Paulo (5-67) nasceu em Tarso, Cilícia, e morreu em Roma. Foi um dos mais influentes escritores, teólogos e pregadores do cristianismo durante a sua propagação inicial pelo Império Romano. Suas obras compõem parte significativa do Novo Testamento.

⁸⁰ Filon de Alexandria (10 a.C-50 d.C) foi um dos mais renomados filósofos do judaísmo helênico. Ele tentou conciliar a filosofia grega e o judaísmo, interpretando o Antigo Testamento à luz de categorias da filosofia e da alegoria.

⁸¹ Os Padres da Igreja são os primeiros padres, “pais”, do cristianismo. Eles foram os grandes responsáveis pelo desenvolvimento e amadurecimento do pensamento cristão nos oito primeiros séculos depois de Cristo.

mensagem cristã no mundo de cultura helenística, o querigma⁸² inicial apresentado nos escritos do Novo Testamento sobreviveu ao processo de inculturação e assimilação da doutrina cristã, herdando e levando muito além a tradição do judaísmo alexandrino.⁸³ Assim, o que aconteceu no pensamento ocidental nos primeiros séculos da era cristã é uma tentativa de “cristianizar” a filosofia, através da transposição e incorporação de categorias do pensamento grego, sobretudo da ética, para o ensinamento cristão, tendo como base principalmente o platonismo (ontologia) e o estoicismo (ética).

Desta forma o pensamento cristão traz uma grande novidade para a ética:

Na verdade o anúncio, por Jesus, do advento do Reino de Deus, não obstante o breve tempo da sua pregação, de um a três anos, na Galiléia e em Jerusalém, trouxe consigo uma das mais profundas, se não a mais profunda, revolução ética que a história conhece. O acolhimento do anúncio do Reino de Deus implica igualmente a aceitação de um novo *ethos* que recebe como que sua carta de fundação na proclamação por Jesus das normas fundamentais da moral do Reino reunidas, em sua versão mais longa, pelo evangelista Mateus no chamado *Sermão da Montanha* (Mt 5—7). [...] Com efeito, ali é proposta uma inédita e surpreendente tábua de valores, elevando as prescrições do *ethos* da Lei a uma altura infinitamente distante da rotina legalista dominante na cultura ética do judaísmo tradicional.⁸⁴

Embora os pensadores cristãos buscassem transpor os ensinamentos de Jesus na forma de uma ética, segundo o modelo helenístico, é preciso notar as diferenças culturais de cada pensamento: enquanto na filosofia grega temos a cultura da razão, sendo o objetivo da ética a busca pela *eudaimonia*, que é a plena realização humana, à qual o homem chega por si mesmo, através do uso da razão, no cristianismo temos a cultura da fé, onde o homem é dependente de um Deus único, criador, que se revela como o verdadeiro

⁸² Querigma se refere ao primeiro anúncio da fé que os apóstolos dirigiam aos judeus e pagãos com a finalidade de convertê-los ao cristianismo. Geralmente era apresentado em frases curtas e testemunhais (Cf. 1Cor 15,3-5).

⁸³ Cf. VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica* 1. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2015, p. 167.

⁸⁴ *Ibid.*, p. 170-171.

fim do ser humano, fonte das normas de ação, ao qual cabe ao homem a obediência na fé para alcançar a bem aventurança.

Assim, nos séculos I e II a formação da ética cristã mostrou-se fiel ao primeiro anúncio (querigma), destacando-se a espiritualidade do martírio e o confronto com vertentes de pensamento consideradas heréticas, como o gnosticismo e o montanismo.⁸⁵ Os pensadores deste período são conhecidos como apologistas ortodoxos, entre os quais se destacam Atenágoras, Justino, Teófilo de Antioquia e Irineu de Lião e apologistas heterodoxos, principalmente Marcião (gnosticismo) e Tertuliano (montanismo). O objetivo principal deles era fazer uma defesa (apologia) dos cristãos perante as graves acusações que lhe eram dirigidas e ao mesmo tempo difundir a doutrina cristã de uma maneira adaptada à cultura de seu tempo.

No século III, com a fundação da escola catequética de Alexandria por Panteno, um filósofo estoico convertido ao cristianismo, começa a ocorrer a delineação do perfil teórico da ética cristã. Nesta escola destacaram-se Clemente de Alexandria e Orígenes. Clemente⁸⁶ foi aluno e assistente de Panteno, sucedendo-o na direção da escola de Alexandria. Ele conhecia a fundo a Escritura Sagrada, bem como a literatura cristã da época e a literatura grega clássica e filosófica. Ele formou diversos discípulos, dentre eles Orígenes, que depois o sucedeu na direção da escola. Do ponto de vista ético destaca-se em seus escritos o conceito de livre arbítrio, que será formulado definitivamente por Agostinho, e a primazia da vontade sobre a razão, em oposição à visão tradicional grega. Orígenes,⁸⁷ por sua vez, reafirma o livre arbítrio e a crítica à crença grega no destino, mas retorna ao intelectualismo grego ao fazer a correspondência entre o conhecimento e a vontade. Ele foi

85 O gnosticismo e o montanismo foram movimentos religiosos surgidos nos primeiros séculos de nossa era à margem do cristianismo institucionalizado. Enquanto o primeiro tinha um caráter sincrético e esotérico, combinando misticismo e especulação filosófica, o segundo anunciava o fim do mundo, a volta iminente de Cristo e pregava um rigorismo moral.

86 Clemente de Alexandria (150-215) nasceu em Atenas e morreu na Palestina. É considerado um dos principais membros da patrística. Inspirado na filosofia neoplatônica contribuiu para a consolidação dos principais valores éticos e morais da cristandade primitiva.

87 Orígenes de Alexandria (185-253) sucedeu a Clemente na escola catequética da cidade. Levando ao extremo a apropriação da filosofia platônica, acabou sendo considerado herético pela Igreja.

o autor do primeiro grande sistema de teologia cristã, contribuindo para a formação do conceito cristão de consciência moral.

Nos séculos IV e V, com o triunfo político do cristianismo a partir de Constantino, a ética cristã vai se desenvolvendo em consonância com a tradição da pedagogia da ética helenística: o objetivo da ética é ajudar o homem a alcançar a *eudaimonia* cristã, seguindo o modelo de Cristo, mas consciente de que a sua plena realização somente se dará num tempo vindouro. Neste período a ética segue duas vertentes principais: a ética parenética ou exortatória, cujo principal exemplo é a homilética dos Santos Padres, e a ética da perfeição monástica, que dá ênfase na ascese e no individualismo. Destaca-se neste período Ambrósio de Milão,⁸⁸ considerado o maior representante da teologia cristã ocidental antes de Agostinho. Sua obra *De Officiis* (*Sobre os deveres*), inspirada em Marco Túlio Cícero e na filosofia estoica, é considerada o primeiro texto de moral prática da literatura cristã ocidental.

Portanto, a ética cristã na Idade Média, a exemplo da Filosofia Cristã, utilizou a herança da Antiguidade clássica filosófica grega, “cristianizando-a”, a fim de fundamentar e propagar o cristianismo entre as mais diferentes culturas. Já neste período:

Alguns dos arquétipos normativos que deveriam reger a Ética cristã até nossos dias, sobre a hierarquia das virtudes, a prática da sexualidade, a distinção entre vida contemplativa e ativa num sentido especificamente cristão, uma versão original do intelectualismo moral clássico, forjaram-se nessa época de consolidação e expansão do Cristianismo que vai do século III ao século V. Nessa evolução observa-se igualmente uma nítida diferença de espírito e orientação entre a teologia cristã oriental, voltada de preferência para os problemas dogmáticos de natureza especulativa, e a teologia ocidental mais interessada nos problemas éticos. Somente em Santo Agostinho as duas tendências virão a encontrar-se.⁸⁹

⁸⁸ Aurélio Ambrósio (340-397) foi um dos mais influentes membros do clero no século IV, grande adversário do arianismo e o responsável pela conversão de Agostinho ao cristianismo.

⁸⁹ VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica* 1. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2015, p. 176.

3.2 A ÉTICA DE SANTO AGOSTINHO

Com Agostinho de Hipona⁹⁰ temos a primeira grande síntese entre os pensamentos grego e cristão no ocidente. A obra de Santo Agostinho é considerada o primeiro modelo de filosofia cristã e alcançou na cultura ocidental importância e influência semelhante à obra de Platão. É justamente o platonismo que serviu de pano de fundo para a reflexão filosófica do bispo de Hipona, sendo discutido à luz do cristianismo. Assim, é importante notar que no pensamento de Agostinho é impossível separar teologia e filosofia.⁹¹

O pensamento ético de Agostinho é uma releitura das principais teorias éticas das tradições grega e romana, sobretudo do platonismo e do estoicismo, as quais são analisadas a partir do ponto de vista do pensamento cristão. É neste sentido que Marcondes faz a seguinte apresentação sobre a ética agostiniana:

O problema da natureza humana e do caráter inato da virtude, a origem do Mal, o conceito de felicidade, a liberdade e a possibilidade de agir de forma ética. A doutrina cristã fornece as chaves para a solução dessas questões: a origem da virtude na natureza humana criada por Deus, a queda e o pecado original como explicações das falhas humanas, a graça divina como possibilidade de redenção e alcance da felicidade na vida eterna, e o livre-arbítrio ou liberdade individual concedido ao ser humano por Deus, que torna os indivíduos responsáveis por seus atos.⁹²

Embora o pensamento de Agostinho tenha uma estrutura especificamente teológica, ele se utiliza de temas e argumentações da

⁹⁰ Aurélio Agostinho (354-430) nasceu em Tagaste e morreu em Hipona, ambas cidades do norte da África. É considerado o mais importante dos Padres da Igreja no ocidente, sendo também um dos mais importantes teólogos e filósofos nos primeiros séculos do cristianismo. Suas obras foram muito influentes no desenvolvimento do cristianismo e da filosofia ocidental.

⁹¹ Cf. VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica* 1. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2015, p. 179-181.

⁹² MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de ética: de Platão a Foucault*. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009, p. 50.

filosofia e algumas de suas obras seguem os modelos da literatura filosófica clássica, especialmente as que tratam de problemas éticos. Apesar de não ter escrito nenhum manual de ética, sua obra tem muitos ensinamentos de natureza ética, tanto de forma teórica quanto de forma prática, os quais o distinguirá dos pensadores cristãos que lhe antecederam. Em suas reflexões destaca-se o eu como categoria fundante da antropologia, ou seja, ele não propõe o problema do homem abstrato, mas o homem concreto, o eu, o indivíduo. É a primeira vez que essa busca da interioridade emerge na história literária e intelectual do ocidente.⁹³

Outra novidade apresentada pelo bispo de Hipona é o conceito de vontade (*voluntas*). A cultura latina dava à *voluntas* um papel desconhecido pelos gregos: enquanto na filosofia clássica grega a vontade era subordinada à razão, Agostinho escreve sobre os conflitos da vontade, a qual, embora esteja ligada à razão, é uma faculdade diferente dela, tendo uma autonomia própria. Desta forma, Agostinho subverte a antropologia grega e supera definitivamente o antigo intelectualismo moral, pois, se para a tradição socrática era impossível ao homem conhecer o bem e rejeitá-lo, para o bispo de Hipona isso era perfeitamente possível, uma vez que a liberdade é própria da vontade. Assim, a razão conhece e a vontade escolhe, podendo inclusive escolher o irracional, ou seja, aquilo que não está em conformidade com a reta razão. Isso ocorre porque, após o pecado original,⁹⁴ que foi o primeiro desvio da vontade, o homem passou a necessitar da graça divina para viver retamente a vida moral. Portanto, em Agostinho há uma rejeição ao ideal de autarquia da vida moral proposta pela filosofia grega.⁹⁵

Ligado ao tema da vontade aparece o problema do mal, que é central no pensamento de Agostinho. O grande questionamento de Agostinho é sobre a origem do mal, uma vez que Deus é o Bem e criou tudo bom. Assim, inspirado em Plotino (205-270), ele concebe o mal como deficiência e

⁹³ Cf. VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica* 1. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2015, p. 182-186.

⁹⁴ A doutrina do pecado original desenvolvida por Santo Agostinho associa o pecado à culpa herdada por todo o gênero humano depois de Adão e Eva sucumbirem à tentação do Diabo e, devido ao seu orgulho e egoísmo, rejeitarem o amor e a obediência devida a Deus, abrindo as portas para a entrada do mal, da morte física e espiritual e de todas as suas consequências.

⁹⁵ Cf. REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. *História da filosofia: Antiguidade e Idade Média*. v. 1. 3. ed. São Paulo: Paulus, 1990, p. 456-458.

privação de ser, examinando-o em três níveis: no nível metafísico-ontológico o mal é entendido como graus inferiores de ser em relação a Deus, dependendo da finitude da coisa criada e dos diferentes níveis dessa finitude; no nível moral o mal é entendido como o pecado, o qual é fruto da má vontade; e no nível físico o mal é entendido como consequência do pecado original, ou seja, uma consequência do mal moral. Eis um trecho de Agostinho sobre a má inclinação da vontade:

Ninguém procure pois a causa eficiente da vontade má, porque essa causa não é eficiente, mas sim deficiente. A vontade má não é uma eficiência mas uma deficiência. De facto, separar-se d'Aquele que é no mais alto grau para se voltar para o que tem menos ser é começar a ter uma vontade má.⁹⁶

Relacionado aos temas da vontade e do mal está o da liberdade humana. De acordo com Agostinho Deus criou o ser humano dotado de livre-arbítrio (*liberum arbitrium*), ou seja, dotado da capacidade de decidir, de escolher em função da própria vontade, isenta de qualquer condicionamento, motivo ou causa determinante. Por mais que a natureza humana seja marcada pelo pecado original e, em consequência, o homem esteja sujeito à tentação de agir de maneira antiética, em última instância o homem é o responsável por suas próprias escolhas e decisões. Portanto, o mal moral resulta de uma escolha, sendo que a graça divina é o remédio que fortalece o homem na luta contra o pecado, pois, “a natureza viciada pelo pecado gera cidadãos da cidade terrestre — mas a graça, que liberta a natureza do pecado, gera cidadãos da cidade celeste.”⁹⁷

Agostinho apresenta também a essência do homem como o amor. Enquanto para os filósofos gregos o homem bom, virtuoso, é aquele que sabe e conhece, para Santo Agostinho o homem bom é aquele que ama o que deve amar, ou seja, é aquele que ama a si mesmo, os outros e as coisas em função de Deus: a virtude é, pois, o *ordo amoris* (amor ordenado) e toda a ética agostiniana gira em torno deste conceito.

“Porque o próprio amor que nos faz amar bem o que deve ser amado, deve ser amado também ordenadamente para que esteja em nós a virtude pela qual

⁹⁶ AGOSTINHO. *A cidade de Deus*, Livro XII, VII, p. 1095.

⁹⁷ *Ibid.*, Livro XV, II, p. 1329.

se vive bem. Por isso me parece que é verdadeira esta breve definição da virtude: *ordo amoris* — «a ordem do amor».”⁹⁸

No pensamento agostiniano aparece também o tema da *beatitude*, a vida feliz, o qual ele herdou da filosofia antiga. O desejo da vida feliz faz parte do itinerário ético de Agostinho e se identifica com o seguimento e a obediência ao “verdadeiro Deus só com o qual, só no qual, só pelo qual a alma humana, isto é, a alma racional e intelectual é feliz.”⁹⁹

Um cristão pode desconhecer as obras literárias desses filósofos; pode não saber usar, nas suas discussões, de termos que não aprendeu; pode não saber chamar: natural com os latinos, ou física, com os gregos, a esta parte da filosofia que trata do estudo da natureza; racional ou lógica à outra em que se procura a maneira de atingir a verdade; moral ou ética àquela em que se trata dos costumes, dos fins bons a atingir, dos fins maus a evitar. Mas o que este Cristão não ignora é que é do único, verdadeiro e perfeito Deus que recebemos a natureza, pela qual fomos feitos à sua imagem; doutrina, pela qual o conhecemos a Ele e nos conhecemos a nós; e a graça, pela qual nos tornamos felizes, unindo-nos a Ele.¹⁰⁰

Assim, Deus é o objeto supremo da felicidade, sendo que o ser humano consegue acesso a Ele somente através da mediação de Cristo.

Mas, se, segundo a opinião mais aceitável e mais provável, todos os homens são necessariamente infelizes por serem mortais, tem que se procurar um intermediário que seja, além de homem, também Deus — para, por mediação da sua bem-aventurada imortalidade, encaminhar os homens da sua miserável mortalidade à imortalidade bem-aventurada.¹⁰¹

⁹⁸ AGOSTINHO. *A cidade de Deus*, Livro XV, XXII, p. 1399.

⁹⁹ *Ibid.*, Livro IX, II, p. 823.

¹⁰⁰ *Ibid.*, VIII, X, p. 729.

¹⁰¹ *Ibid.*, Livro IX, XV, p. 855.

Portanto, Santo Agostinho identifica a conduta ética com o respeito à lei de Deus, captada pela razão humana em forma de lei natural, graças à iluminação divina; ela é um processo de conversão e aproximação a Deus, sendo Cristo o caminho que conduz à verdade e ao bem, enfim à vida feliz. O último critério ético coincide com o último critério religioso: o amor, o *ordo amoris*, que coloca Deus no centro e torna o homem bom e feliz.

3.3 A ÉTICA DE SANTO TOMÁS DE AQUINO

No período posterior a Santo Agostinho até o século XII o pensamento ético medieval foi fortemente influenciado pelos escritos agostinianos, sendo, pois, uma ética teológica. As ideias éticas foram abordadas no seio da teologia monástica, tendo como características principais a retomada da tradição ascética do monaquismo e o voluntarismo moral, que dava primazia à vontade e ao livre arbítrio.

Pensadores importantes desta época foram Boécio (480-524), último grande representante da cultura antiga no ocidente; Gregório Magno (540-604), um dos grandes representantes do monaquismo ocidental no campo da espiritualidade e da moral; Anselmo d'Aosta (1033-1112), que identificava a moralidade com a retidão da vontade e formulava problemas éticos a partir da reflexão sobre o livre arbítrio; e Abelardo (1079-1142), que conferia primazia à ética e ao problema moral do fim do homem, sendo um dos precursores da noção de consciência moral.

A partir do século XII a reflexão moral passou a ser guiada pela noção de lei, a qual era abordada dos pontos de vista jurídico, teológico e filosófico, e pela introdução do pensamento ético de Aristóteles no ocidente latino, sobretudo com a obra *Ética a Nicômaco*, que teve grande influência no pensamento ético medieval.¹⁰² Destaca-se neste período Alberto Magno (1206-1280), que foi um grande intérprete latino de Aristóteles, sendo o primeiro a expor sistematicamente uma ética fundada na experiência e na

¹⁰² A difusão da obra *Ética a Nicômaco* no ocidente latino deveu-se, sobretudo, à obra do filósofo mulçumano Ibn Rushd (1126-1198) ou, como é mais conhecido no Ocidente, Averróis. Ele escreveu sobre muitos assuntos, incluindo filosofia, teologia, medicina, astronomia, física, jurisprudência e direito islâmico e linguística. Foi um grande defensor do aristotelismo e opositor do neoplatonismo.

reta razão e mostrar sua compatibilidade com a moral revelada. Alberto foi também mestre de Tomás de Aquino.¹⁰³

Tomás de Aquino, inspirado em Aristóteles, criou um sistema de saber lógico, com conexão orgânica entre as partes, o que o tornou o maior representante da escolástica¹⁰⁴ e um dos maiores pensadores de todos os tempos. O pensamento ético dele é considerado a expressão intelectual mais alta da ética cristã, uma vez que ele conseguiu, de forma brilhante, pensar a moral cristã nos quadros de um pensamento filosófico.¹⁰⁵

Os problemas éticos estão presentes ao longo de toda a obra de Tomás de Aquino, de modo que a sua ética é formada a partir da integração harmônica de duas grandes tradições presentes no cenário intelectual do século XIII latino: a tradição teológica agostiniana, e a tradição filosófica aristotélica. Aliás, ele foi o principal responsável por demonstrar a compatibilidade entre Aristóteles e o cristianismo; assim, o pensamento ético de Tomás de Aquino parte da ética aristotélica, a qual ele interpreta à luz do pensamento cristão, semelhante ao que Agostinho havia feito em relação ao platonismo.¹⁰⁶

A ética tomásica é uma ética da perfeição e da ordem, seguindo o modelo clássico da ética desde Platão, o qual foi aplicado por Agostinho na ética cristã, com as devidas adaptações. Assim, a ação ética, enquanto ato humano, deve realizar a perfeição do ser humano enquanto ser racional e livre, ou seja, enquanto imagem de Deus.

¹⁰³ Tomás de Aquino (1221-1274) foi um frei da Ordem Dominicana e discípulo de Alberto Magno, tendo ensinado em Paris e nas principais universidades europeias (Colônia, Bolonha, Roma, Nápoles), sendo o representante máximo da Escolástica. Sua filosofia tinha um papel de preparação para a fé e uma função apologética.

¹⁰⁴ Escolástica é o nome dado ao pensamento elaborado nas *scholae* e na *universitas* durante a Idade Média. É marcada pela relação entre fé e razão, com o uso da filosofia na interpretação da Sagrada Escritura e para a clarificação e defesa da fé, em vista da construção de uma doutrina sistemática.

¹⁰⁵ CF. VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica* 1. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2015, p. 214.

¹⁰⁶ Cf. MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de ética: de Platão a Foucault*. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009, p. 58.

Afirma Damasceno que o homem é criado à imagem de Deus, enquanto o termo imagem significa o que é dotado de intelecto, de livre-arbítrio e revestido por si de poder. Após ter discorrido sobre o exemplar, a saber, Deus, e sobre as coisas que procederam do poder voluntário de Deus, deve-se considerar agora a sua imagem, a saber, o homem, enquanto ele é o princípio de suas ações, possuindo livre-arbítrio e domínio sobre suas ações.¹⁰⁷

Portanto, é justamente pelo fato de ser inteligente e livre que o agir humano pode ser considerado moral, imputável e responsável, devendo o homem dirigir a sua própria ação, ordenando-a ao fim último, que é a felicidade, entendida como a união com o Supremo Bem ou Deus: “Segue-se daí, como já se disse, que a felicidade ou a bem-aventurança pela qual o homem atinge o máximo de conformidade com Deus, fim da vida humana, consiste na ação.”¹⁰⁸

Desta forma, toda a ética de Tomás é marcada pela noção de *beatitudo*, entendida como a autorrealização do homem. Mas há duas espécies de beatitudes no pensamento de Tomás de Aquino: a *beatitudo imperfecta*, que é a máxima perfeição na ordem da natureza, a qual pode ser alcançada pelo próprio homem na vida presente, semelhante ao conceito de *eudaimonia* proposto por Aristóteles; e a *beatitudo perfecta*, que é inalcançável pelas forças da natureza, supõe a mensagem da salvação e a fé do homem na palavra de Deus, correspondendo à visão imediata da essência divina na vida futura. Portanto, o fim último da vida humana (*beatitudo perfecta*) não pode ser alcançado plenamente nesta vida, sendo, pois, fé e razão complementares.

Pelo termo bem-aventurança se entende a última perfeição da natureza racional ou intelectual. Por isso, a bem-aventurança é desejada naturalmente, porque cada coisa naturalmente deseja sua última perfeição. É dupla a última perfeição da natureza racional ou intelectual. Uma pode ser conseguida por virtude natural, e se chama de alguma maneira beatitude ou felicidade. Daí dizer Aristóteles que a felicidade última do homem é a contemplação perfeitíssima em conhecer nesta vida o que de mais excelente se pode conhecer, Deus. Mas acima dessa felicidade há outra felicidade, que

¹⁰⁷ TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica - I seção da II Parte (Questões 1-48)*, prólogo, p. 29.

¹⁰⁸ TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica*, q. 55, a. 3.

esperamos no futuro, pela qual “veremos a Deus como ele é.” Essa contemplação está acima de todo intelecto criado, como já se demonstrou.¹⁰⁹

Outro tema importante na ética tomásica é a virtude. Tomás de Aquino parte da concepção aristotélica de virtude, considerando a natureza humana capaz de ser aperfeiçoada.

Para agir bem, é necessário que não só a razão esteja bem-disposta pelo hábito da virtude intelectual, mas que a potência apetitiva também o esteja pelo hábito da virtude moral. Tal como o apetite se distingue da razão, assim também a virtude moral se distingue da intelectual. E como o apetite é princípio dos atos humanos enquanto participa, de algum modo, da razão, assim o hábito moral tem a razão de virtude humana, na medida em que se conforma com a razão.¹¹⁰

Assim, pela virtude o sujeito ético avança progressivamente no caminho de sua autorrealização como sujeito racional e livre, o que exige, por um lado, a atividade do sujeito moral enquanto constância no agir e no progresso no bem, e, por outro, o auxílio divino, que se manifesta pelos dons do Espírito Santo e pelos hábitos virtuosos infundidos no sujeito pela graça.

Destaca-se ainda no pensamento ético de Tomás de Aquino o conceito de lei natural. De acordo com ele existem quatro leis: a *lex aeterna* (lei eterna), que é o plano racional de Deus que dirige todas as coisas para seu fim; a *lex naturalis* (lei natural), que é a parte da lei eterna da qual o homem pode participar enquanto ser racional, cuja regra essencial é fazer o bem e evitar o mal; a *lex humana* (lei humana), que é a lei jurídica, o direito positivo, ou seja, a lei feita pelo homem, tendo em vista o bem comum; e a *lex divina* (lei divina), que é a lei revelada por Deus no evangelho, guia para alcançar a bem aventurança, preenchendo as lacunas e imperfeições das leis humanas.¹¹¹

¹⁰⁹ TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica*, q. 62, a. 1.

¹¹⁰ *Ibid.* q. 58, a. 2.

¹¹¹ REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. *História da filosofia: Patrística e Escolástica*. v. 2. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2005, p. 227-229.

Desta forma, a lei natural demonstra ao homem que existem comportamentos naturalmente bons e comportamentos naturalmente maus, de modo que o bem ou o mal moral consiste na conformidade ou desconformidade das ações humanas em relação à norma divina, gravada na natureza humana. Portanto, a bondade moral é o respeito à natureza humana, sendo uma descoberta que cada homem deve realizar dentro de si.¹¹² Na última seção desta unidade abordaremos um pouco melhor a questão da natureza e da lei natural.

3.4 A ÉTICA APÓS SANTO TOMÁS DE AQUINO

A Idade Média Tardia ou Baixa Idade Média corresponde aos séculos XIV e XV. Foi um período marcado por profundas mudanças sociais e políticas, como o crescimento urbano e comercial, a consolidação do poder dos reis, o início da formação dos Estados Nacionais, entre outras, as quais contribuíram para abrir o caminho para o fim do período medieval.

Do ponto de vista intelectual a Idade Média Tardia foi caracterizada pelo declínio do modelo medieval de síntese entre filosofia grega e fé cristã e pelo florescimento do misticismo: o especulativo, na Renânia, cujo principal nome foi Mestre Eckart,¹¹³ o qual se utilizava da estrutura neoplatônica para reestabelecer o contato entre Deus e o homem; e o afetivo, nos Países Baixos, também chamado de *devotio moderna* (devoção contemporânea ou devoção de nossos dias), que era hostil às especulações filosóficas, tornando-se uma espécie de escola de moral casuística, cuja obra símbolo foi *De imitatione Christi*.¹¹⁴

¹¹² Cf. AYLLÓN, José Ramón. *Introducción a la Ética - Historia y fundamentos*. Madrid: Palabra, 2006, p. 59-60.

¹¹³ Eckhart von Hochheim (1260-1328), mais conhecido como Mestre Eckart, foi professor e teólogo dominicano. Ele é considerado o maior místico especulativo alemão e defendeu uma filosofia das mais originais, resultante da fusão de elementos gregos, neoplatônicos, árabes e escolásticos.

¹¹⁴ A obra *De imitatione Christi*, escrita por Tomás de Kempis (1380-1471) em meados do século XV, é fruto do movimento *devotio moderna*. Esta obra é uma espécie de manual de meditação e orações, cujo objetivo é instruir e servir de guia para os devotos das comunidades dos irmãos e irmãs de vida comum, nas quais homens e mulheres procuravam orientar suas vidas pelos ideais apostólicos do

O pensamento ético na Idade Média Tardia teve como característica principal o voluntarismo moral, o qual dava primazia à moral e ao livre arbítrio e se opunha ao intelectualismo de origem aristotélico-tomista. A própria ética de Tomás de Aquino sofreu resistências neste período: em primeiro lugar, da tradição agostiniana, a qual era seguida e proposta pelos mestres franciscanos e por grande parte dos mestres seculares da Universidade de Paris, especialmente Henri de Gand,¹¹⁵ considerado o principal adversário de Tomás de Aquino; em segundo lugar, dos mestres da Faculdade de Artes, que difundiam uma leitura de Aristóteles baseada em Averróis e defendiam um ideal ético independente em relação à ética cristã.

Assim:

O destino histórico da grande obra ética de Tomás de Aquino conhecerá vicissitudes diversas no ocaso da Idade Média e nos tempos modernos. Do século XIV ao século XVII florescerá a idade dos *comentadores*, entre os quais ocuparão lugar eminente os mestres da chamada Segunda Escolástica ibérica do século XVI [...] Mas será somente no século XX, na seqüência do movimento de renovação da Escolástica e do tomismo iniciado com a Encíclica *Aeterni Patris* (1879) de Leão XIII, que a doutrina moral de Tomás de Aquino conhecerá igualmente um vigoroso reflorescimento, [...] e que perdura até nossos dias em ativo diálogo com as correntes mais significativas da Ética contemporânea.¹¹⁶

Na época tardo medieval destacaram-se os pensadores da escola franciscana. O movimento franciscano, além de promover os trabalhos missionários e caritativos, buscou defender a doutrina cristã dos perigos representado, sobretudo, pelo aristotelismo de Averróis. E com este objetivo seus membros se valeram da tradição agostiniana, entre os quais sobressaíram-se Duns Escoto e Guilherme de Ockham.

cristianismo primitivo, despojando-se de bens materiais e praticando exercícios de ascese espiritual.

¹¹⁵ Henri de Gand (1217-1293) foi contemporâneo de Tomás de Aquino e opôs-se a inúmeras teorias dele, sobretudo as próprias bases da filosofia aristotélico-averroísta e a concepção de Tomás acerca da vontade humana como uma potência simultaneamente ativa e passiva.

¹¹⁶ VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica* 1. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2015, p. 242.

Duns Escoto¹¹⁷ contribuiu para a transição da escolástica do século XIII para as novas tendências do século XIV. A partir da crítica de Henri de Gand à base filosófico-aristotélica imposta à teologia, sobretudo por Tomás de Aquino, Duns Escoto fundou a validade da teologia como ciência independente do sistema da filosofia aristotélica. De acordo com ele, enquanto a filosofia segue o procedimento demonstrativo, detém-se na lógica do natural, sendo essencialmente especulativa, a teologia segue o procedimento persuasivo e a lógica sobrenatural, sendo essencialmente prática; assim, o objetivo da teologia é nos apresentar certas verdades para nos induzir a agir mais corretamente.¹¹⁸

Portanto, Duns Escoto é teólogo antes que filósofo, pois ele se utiliza da filosofia para buscar a inteligência da fé. Embora ele seja considerado pertencente à *via antiqua*, uma vez que representa uma continuidade com as linhas doutrinárias já estabelecidas, ele apresenta novas direções teóricas, sendo que alguns estudiosos veem nele algumas antecipações de problemas especificamente modernos. Assim, ele é continuador e inovador da metafísica medieval.¹¹⁹

O pensamento ético de Escoto, por um lado, é um prolongamento das éticas da razão reta, mas, por outro, acentua a primazia da vontade, embora ainda mantenha a função diretiva da razão. Desta forma, de acordo com ele, todo ato moral ou é um ato que procede unicamente da vontade ou é por ela comandado.

Fica assim desfeita a sinergia entre razão e vontade que tornava possível, segundo Tomás de Aquino, a estrutura dialética do ato livre e do ato moral. No entanto, é preciso reconhecer que a intenção profunda que conduzia a reflexão moral de Escoto situava-se em continuidade com a grande tradição cristã e com sua versão agostiniana. O momento escotista na história da Ética

¹¹⁷ João Duns Escoto (1266-1308) pertenceu à tradição franciscana que levou adiante a tradição aristotélica de Tomás de Aquino, corrigindo-a à luz do que considerava a verdade. Ele propôs uma clara distinção entre filosofia e teologia, em oposição à absorção da filosofia pela teologia, em Agostinho, e ao concordismo tomista entre filosofia e teologia.

¹¹⁸ Cf. REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. *História da filosofia: Patrística e Escolástica*. v. 2. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2005, p. 278.

¹¹⁹ Cf. VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica* 1. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2015, p. 244.

medieval não é o momento da ruptura, mas sim do termo e talvez da exaustão das tentativas de integração dos princípios e categorias da ética aristotélica na tradição cristã, que se sucederam desde os fins do século XII, quando a obra ética de Aristóteles começou a ser conhecida, até os começos do século XIV.¹²⁰

O momento da ruptura na ética medieval é representado por Guilherme de Ockham.¹²¹ Ele rompeu com os fundamentos das sínteses filosófico-teológicas anteriores, iniciando uma nova filosofia e teologia, indo além do terreno tradicional onde permaneceu seu mestre Duns Escoto (*via antiqua*). Por este motivo ele é reconhecido como o fundador da *via moderna*, denominação que reúne os defensores do nominalismo na querela dos universais no fim da escolástica.

Ockham demonstrou importância extrema pela lógica e total desinteresse pela metafísica, defendendo um anti-aristotelismo radical. Seu objetivo era reestabelecer a pureza da reflexão teológica, purificando-a de todo resquício filosófico, sobretudo aristotélico. No entanto, ele acabou propondo um novo paradigma filosófico, o nominalista, o qual passou a dominar o pensamento tardo-medieval e a modernidade.

O pensamento de Guilherme de Ockham parte da onipotência divina, conhecida pela revelação e proclamada pela fé. Para ele, apenas na livre onipotência divina as coisas encontram o fundamento da sua existência, o que também é válido para a explicação da natureza e da fonte do ato moral. Ockham assume, desta forma, um voluntarismo radical, atribuindo o ato moral unicamente à vontade, a qual é livre de qualquer necessidade. De acordo com ele, ainda que a vontade tivesse uma tendência natural a determinados bens, essa tendência seria fruto da onipotência divina que assim dispôs na criação.¹²²

Portanto, a lei moral procede da vontade de Deus de modo que, para que um ato seja moralmente relevante, ele deve estar explicitamente em conformidade com a vontade divina: assim, se uma ação é considerada boa,

¹²⁰ VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia IV*: introdução à ética filosófica 1. 7. ed. São Paulo: Loyola, p. 246.

¹²¹ Guilherme de Ockham (1290-1349) é considerado o representante mais eminente da escola nominalista e um importante contribuinte para o desenvolvimento de ideias constitucionais ocidentais.

¹²² Cf. VAZ. *Op. cit.*, p. 250-251.

é porque Deus a quer, enquanto se uma ação é considerada má, é porque Deus não a quer. Desta forma, o indivíduo é capaz de escolher e saber o que é certo e errado, sem nenhuma intervenção exterior, o que torna a ética ockhamista inovadora em relação à ética clássica e cristã, caminhando rumo à ética moderna.

Por fim, o século XV marcará a transição para a Idade Moderna, com a substituição do pensamento clássico platônico-aristotélico pelo teológico, sendo a ética dessa última fase do pensamento medieval caracterizada como ética das escolas - tomista, escotista e nominalista – as quais dominaram o ensinamento nas universidades, mas não apresentaram nenhuma iniciativa teórica original.

3.5 A QUESTÃO DA NATUREZA E DA LEI NATURAL

A questão da natureza e da lei natural é um tema bastante importante dentro da reflexão ética cristã. Tomás de Aquino é considerado o primeiro filósofo a elaborar uma teoria consistente sobre o tema da lei natural,¹²³ conforme apresentamos brevemente na seção 3.3 da presente apostila. Agora nos deteremos um pouco mais demoradamente neste assunto.

Primeiramente, em relação ao tema da natureza, é possível identificar quatro conceitos principais: princípio do movimento ou substância; ordem necessária ou conexão causal; exterioridade, contrapondo-se à interioridade da consciência; campo de encontro ou de unificação de certas técnicas de investigação científica. Para a proposta desta seção, apresentaremos os dois primeiros conceitos.¹²⁴

O primeiro conceito é adotado por Aristóteles. De acordo com ele, a natureza é o princípio de vida e de movimento de todas as coisas existentes, dela estando ausente a accidentalidade, o que serve para distinguir a obra da natureza da obra do homem. Ao longo da história do pensamento esta ideia central de Aristóteles foi sendo retomada por outros pensadores, ocorrendo, inclusive, a identificação entre a natureza e a divindade. De toda forma, no sentido aristotélico, a natureza foi entendida ora como causa (eficiente e

¹²³ Cf. q. 94.

¹²⁴ Cf. NATUREZA. In: ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 698-701.

final), ora como substância ou essência necessária, ora como a totalidade das coisas.

O segundo conceito considera a natureza como ordem e necessidade, tendo origem nos estoicos. Este conceito está ligado à noção de lei natural, a qual teve grande importância no desenvolvimento da moral e do direito. Aqui a lei natural é entendida como a regra de comportamento que a própria ordem do mundo exige que seja respeitada pelos seres vivos, seja através do instinto (nos animais) ou da razão (no homem). Essa concepção foi a base de fundamento da ciência moderna durante seu período clássico.

Do ponto de vista do pensamento medieval e cristão a natureza é entendida como a realidade na qual o ser humano se encontra em razão de sua existência. Assim, se por um lado o homem traz em si a imagem de Deus, por outro traz a concupiscência, a tendência ao pecado. E para vencer a concupiscência o homem precisa da graça de Deus; desta maneira, na resposta de fê, sob o impulso da graça, o homem estabelece uma relação de comunhão com Deus e com seus semelhantes, realiza as capacidades próprias de sua natureza e se realiza como pessoa.¹²⁵

E qual a relação entre natureza e lei? O que vem a ser uma lei? A concepção de lei pode ser interpretada de quatro modos: razão, uniformidade, convenção e relação simbólica.¹²⁶ Para a proposta desta seção, apresentaremos apenas o primeiro conceito. A concepção de lei como razão surgiu na Grécia antiga através da transposição do conceito de justiça para o mundo humano. Assim, Anaximandro entendia o ciclo de nascimento e morte das coisas como uma lei que rege uma demanda judiciária; Heráclito considerava essa lei como a própria razão ou *logos*, do qual provinham as leis humanas; Platão e Aristóteles, embora pouco utilizassem a expressão lei natural, contribuíram para que este conceito referisse à racionalidade da natureza, a qual podia ser expressa através de proposições universais e necessárias. Muitos outros pensadores adotaram esta linha de raciocínio posteriormente, de modo a entender a lei como uma expressão da racionalidade da natureza, reduzindo a natureza à razão.

¹²⁵ Cf. GHIRLANDA, Gianfranco. *Introdução ao direito eclesial*. São Paulo: Loyola, 1998, p. 21.

¹²⁶ Cf. LEI. In: ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 601-604.

É sabido que a idéia de um Direito Natural, já poderosamente afirmada na corrente socrático-aristotélica e na estóica, assim como na obra de Cícero e de jurisconsultos romanos, adquire um sentido diverso nas coordenadas da cultura cristã, não somente por tornar-se uma lei da consciência, uma lei interior, mas também por ser considerada inscrita no coração do homem por Deus. O Direito Natural destinava-se a representar a afirmação da nova Lei contra a Lei velha, a mensagem instauradora de uma nova forma de vida.¹²⁷

É essa concepção de lei que servirá de base para a definição de lei natural adotada pelo pensamento cristão. De fato, para Tomás de Aquino¹²⁸ a lei é uma atividade racional que regula e mede a ação, visando o bom convívio social. Assim, a lei natural está contida na natureza do homem, pode ser conhecida através da razão, enquanto participação na lei eterna divina. Ela exprime o sentido moral original e permite ao homem discernir, pela razão, o bem e o mal; é, pois, uma lei una, universal, imutável e indelével, que se estende a todos os homens e exprime a dignidade da pessoa e determina a base dos seus deveres e direitos fundamentais.¹²⁹

A lei natural e o direito natural, enquanto inscritos na natureza, transcendem a história, mas ao mesmo tempo são historicamente conhecidos e agem no homem. O ato pessoal de fé, sob o impulso da graça, conduz à decisão que, seguindo a lei natural e o direito natural em dado comportamento, completa a natureza. A lei natural e o direito natural exprimem, como realidades ontológicas, a dignidade da pessoa humana, determinando seus direitos e deveres naturais. Com base na autocompreensão que o homem tem, o direito natural é historicizado no direito positivo de uma sociedade, o qual exprime assim a vontade de Deus de que o homem realize sua imagem e, desse modo, seja cada vez mais pessoa, na máxima realização possível de sua sociabilidade.¹³⁰

¹²⁷ REALE, Miguel. *Filosofia do Direito*. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 637.

¹²⁸ Cf. TOMÁS DE AQUINO. *Suma teológica*, q. 58, a. 2.

¹²⁹ Cf. CATECISMO da Igreja Católica. 19. ed. São Paulo: Loyola, 1999, 1954-1956.

¹³⁰ GHIRLANDA, Gianfranco. *Introdução ao direito eclesial*. São Paulo: Loyola, 1998, p. 22.

Embora a lei natural seja imutável e permanente através da história, sua aplicação varia muito, sendo necessária sua adaptação às condições de vida, aos lugares, às épocas e às circunstâncias. Portanto, em meio à diversidade cultural a lei natural permanece como a regra que une os homens entre si e lhes impõe princípios comuns, fornecendo os fundamentos sólidos para o estabelecimento das regras morais que orientarão as suas vidas e as relações sociais.¹³¹

A lei natural fornece também a base para a elaboração das leis civis ou leis humanas positivas, as quais são aplicadas às diversas situações que o homem é capaz de criar. Ou seja, as leis humanas são determinações particulares da lei natural que devem regular as várias condições concretas nas quais se desenvolvem a existência humana. Assim, a legitimidade das leis civis provém da sua conexão com a lei natural, de modo que a lei humana somente pode ser considerada justa na medida em que respeita as determinações da lei natural; portanto, é a lei natural que fornece o caráter ético para a lei humana; pelo contrário, se a lei humana contradisser a lei natural, considera-se como uma corrupção da lei, como afirmara Tomás de Aquino.

É interessante notar que a doutrina tomista acerca da lei natural e sua prevalência sobre as leis humanas influenciou posteriormente os pensadores renascentistas da Escola de Salamanca (Francisco de Vitória, Luís de Molina, Francisco Suárez, Bartolomeu de las Casas), que foi a pioneira em defender os direitos naturais dos indígenas no continente americano, e os pensadores personalistas cristãos do século XX (Jacques Maritain, Emmanuel Mounier), os quais impulsionaram a Declaração dos Direitos Humanos de 1948, promulgada após o fim da Segunda Guerra Mundial.¹³²

Ao longo da história do pensamento humano o tema da lei natural deu origem a duas correntes antagônicas de pensamento: o *jusnaturalismo*, que defende a ideia da existência de uma lei natural que antecede as normas criadas pela sociedade, sendo ela, por isso mesmo, superior às leis criadas pelos homens, e o *juspositivismo*, que rejeita a existência de uma lei natural, reconhecendo a existência apenas da lei positiva ou lei civil, a qual é criada

¹³¹ Cf. CATECISMO da Igreja Católica. 19. ed. São Paulo: Loyola, 1999, 1954-1956.

¹³² AYLÓN, José Ramón. *Introducción a la Ética - Historia y fundamentos*. Madrid: Palabra, 2006, p. 61.

pelos homens e passa a ser aceita ou por convenção ou pela imposição da força. Já a teoria tradicional do direito natural, proposta por Tomás de Aquino, não foi aceita pelos jusnaturalistas modernos; eles defendem a autonomia da razão, afirmando que o direito natural é a regulamentação necessária das relações humanas através da razão, sem a dependência da vontade de Deus.¹³³

Embora a discussão entre jusnaturalismo e juspositivismo só tenha se configurado em tais termos nos séculos XVII e XVIII, a questão de fundo é a relação entre dois conceitos muito presentes no pensamento grego antigo: a ordem da natureza (*physis*) e a ordem da convenção humana (*nomos*). Assim sendo, para os defensores da lei natural, ela sempre possuirá precedência sobre a lei humana, de modo que, em caso de discordância entre ambas, a que deve prevalecer é a lei natural.

CONSIDERAÇÕES

A Ética medieval no ocidente foi fortemente influenciada pela índole religiosa e dogmática do cristianismo, que se tornou a religião oficial do Império Romano no século IV. Os pensadores cristãos procuraram utilizar as categorias do pensamento filosófico clássico desde o início da difusão da religião cristã, possibilitando assim um maior alcance e compreensão da mensagem apresentada por Jesus Cristo. Desta forma, os conteúdos éticos da Antiguidade foram reelaborados a partir do pensamento judaico-cristão, passando por uma espécie de “cristianização”.

Os dois principais expoentes da Moral medieval foram o bispo de Hipona, Santo Agostinho, e o frei dominicano Santo Tomás de Aquino. Agostinho considerava que os filósofos antigos estavam certos ao afirmar que a moral deve ajudar o homem a alcançar a vida feliz; no entanto, eles erravam ao apontar o verdadeiro significado da felicidade humana, que segundo ele consiste no encontro amoroso com Deus. Tomás de Aquino, por sua vez, buscou conciliar o pensamento aristotélico com a revelação judaico-cristã, dando continuidade à ética *eudaimonista* numa perspectiva teológica:

¹³³ Cf. JUSNATURALISMO. In: ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 593.

para ele a felicidade consiste na contemplação da verdade, que é o próprio Deus, a qual se expressa nos conteúdos da lei natural, cujo principal princípio é fazer o bem e evitar o mal.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AGOSTINHO. *A cidade de Deus*. v. 1-2. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

AYLLÓN, José Ramón. *Introducción a la Ética - Historia y fundamentos*. Madrid: Palabra, 2006.

CAMPS, Victoria. *Breve historia de la ética*. Barcelona: RBA, 2017.

CORTINA, Adela; MARTÍNEZ, Emilio. *Ética*. São Paulo: Loyola, 2005.

GHIRLANDA, Gianfranco. *Introdução ao direito eclesial*. São Paulo: Loyola, 1998.

CATECISMO da Igreja Católica. 19. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de ética: de Platão a Foucault*. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. *História da filosofia: Antiguidade e Idade Média*. v.1. 3. ed. São Paulo: Paulus, 1990.

REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. *História da filosofia: Patrística e Escolástica*. v.2. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2005.

REALE, Miguel. *Filosofia do Direito*. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica*. v. 2-4. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica* 1. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2015.

UNIDADE 04 – A ÉTICA NO RENASCIMENTO E NA MODERNIDADE

04

Objetivo da unidade: compreender os desdobramentos do pensamento ético após o fim da Idade Média e a mudança do paradigma teocêntrico para o antropocêntrico.

Conteúdos da unidade:

- 1) A ética renascentista.
- 2) Principais características da ética na modernidade.
- 3) Descartes.
- 4) Hobbes.
- 5) Kant.

Indicações científico-culturais:

Livro: KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Lisboa: Edições 70, 1986.

Filme: DESCARTES. Direção: Roberto Rossellini. Itália: Versatil Home Video, 1974. (162 min).

A Ética moderna deve as suas origens a uma ampla e profunda mudança das estruturas e condições históricas e dos universos simbólicos da civilização ocidental, mudanças cujo desenrolar trouxe consigo o declínio e o fim da Ética cristã-medieval. A fim de estudar este período do pensamento ético ocidental a presente unidade foi dividida em cinco seções.

Na primeira seção apresentaremos o pensamento ético do Renascimento, um período de transição entre a Idade Média e a Idade Moderna, marcado tanto por continuidades quanto por descontinuidades em

relação à tradição filosófica medieval. As suas características principais foram o humanismo, o naturalismo e a renovação religiosa e das concepções políticas.

Na segunda seção trataremos sobre as principais características da Modernidade, um período marcado pelo paradigma mecanicista-físico-matemático e pela crença na razão, na liberdade, no progresso do conhecimento e no avanço em direção ao aperfeiçoamento social e moral. A Modernidade possui uma grande diversidade de doutrinas éticas; no entanto, um ponto comum entre todas elas é o antropocentrismo.

Na terceira seção abordaremos o pensamento ético de Descartes, o pai do racionalismo moderno, que representa um dos caminhos pelo qual a ética moderna se desenvolveu. O pensamento cartesiano pode ser caracterizado como uma metafísica da interioridade, uma ética da liberdade fundamentada na transcendência da liberdade infinita, da qual nascem as verdades que possibilitam o reto uso da razão no agir.

Na quarta seção analisaremos o pensamento ético de Hobbes, que representa o outro caminho pelo qual a ética moderna caminhou. Sua reflexão ética é estritamente vinculada à Política, sendo uma alternativa radicalmente anticartesiana, uma metafísica da exterioridade, de cunho materialista. O ideal ético hobbesiano é a vida de acordo com as leis naturais, sendo a ciência das leis naturais a verdadeira filosofia moral.

Por fim, na quinta seção veremos o pensamento ético de Kant, que representa uma síntese entre a ética metafísica-racionalista de Descartes e a ética nominalista-empirista de Hobbes. A ética kantiana nos demonstra que o bem próprio e específico da moral é o cumprimento do dever, sendo a essência da moral a adequação da vontade à norma da lei.

Continuemos, pois, nosso percurso!

4.1 A ÉTICA RENASCENTISTA

O Renascimento ou Renascença é um período da história ocidental bastante controverso: alguns estudiosos consideram que ele compreende o período entre o final do século XIV e o início do século XVII; outros o restringem ao século XV; outros ainda o limitam ao período entre meados do século XV e meados do século XVI; por fim, há alguns estudiosos que defendem a supressão do termo Renascimento, pois, de acordo com eles, não

há uma unidade histórica nem cultural que possibilite a delimitação deste período.¹³⁴

Consideraremos, em todo caso, o Renascimento como o período compreendido entre o século XV, marcado pela Renascença italiana, e o século XVI, marcado pela difusão deste movimento para a França, a Inglaterra, os Países Baixos e a Renânia, representando, assim, a transição entre a Idade Média e a Idade Moderna.¹³⁵ E é exatamente por ser um período de transição que existe essa dificuldade na delimitação do período renascentista, o qual possui um caráter multiforme e conflitivo.

Desta forma, existem duas visões opostas acerca deste período. A primeira defende a ideia de que o Renascimento marca uma ruptura intencional e radical com a cultura cristã- medieval, buscando fazer renascer as ideias da Antiguidade greco-romana, instaurando um novo tipo de humanidade. A segunda, ao contrário, coloca a ênfase na continuidade entre a Idade Média e o Renascimento, uma vez que alguns conceitos próprios da Renascença surgem ainda dentro do período medieval, de modo que alguns pensadores do período operam ainda sobre as bases da tradição cristã, buscando a harmonização entre Antiguidade clássica e cristianismo.

Assim sendo, é preciso notar que, se por um lado o pensamento da Renascença prolongou a tradição filosófica medieval, dando destaque às grandes escolas da Antiguidade e seus fundadores, sobretudo ao platonismo e ao aristotelismo, e, em menor medida, ao epicurismo e ao estoicismo greco-romano, por outro lado ele trouxe inovações ao conceito clássico-medieval de filosofia, substituindo o interesse nas especulações física e metafísica da tradição platônico-aristotélica por uma filosofia mais prática, com ênfase na reflexão moral enquanto ensinamento para a vida, e introduzindo ideias como a universalidade e a igualdade da natureza humana.¹³⁶

O período renascentista possui as seguintes características fundamentais:

- a) *Humanismo*: reconhecimento do valor do ser humano em sua totalidade e tentativa de compreendê-lo na natureza e na história;

¹³⁴ Cf. RENASCIMENTO. In: MORA, José Ferrater. *Dicionário de Filosofia*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004, p. 2510.

¹³⁵ Cf. VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica* 1. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2015, p. 258.

¹³⁶ Cf. *Ibid.*, p. 258-260.

- b) *Renovação religiosa*: tentativa de retorno à revelação originária, tanto através dos filósofos clássicos quanto das fontes primitivas do cristianismo;
- c) *Renovação das concepções políticas*: concepção da origem humana ou natural das sociedades, Estados e instituições sociais;
- d) *Naturalismo*: interesse pela investigação direta da natureza (aristotelismo, magia, metafísica da natureza).

A ética do Renascimento se desenvolveu tanto em torno da tradição platônico-aristotélica quanto da filosofia do humanismo, tendo por base sentenças inspiradas na sabedoria (*sapientia*) antiga, com finalidades eminentemente práticas, inaugurando um novo tipo de reflexão moral: a *philosophia moralis*. Integrada a uma nova concepção de cultura e a uma nova pedagogia, ela coloca o indivíduo no primeiro plano da história e não busca a formação de sistemas ou a produção de grandes sínteses, como foi muito comum na era medieval.

Neste período da reflexão ética renascentista destaca-se a obra de Nicolau de Cusa,¹³⁷ que representa a transição entre a herança clássica, especialmente neoplatônica, e algumas tendências do humanismo que então se desenvolvia. Embora ele não tenha escrito nenhuma obra específica sobre a ética, uma vez que estava mais preocupado com problemas teológicos e metafísicos, é possível encontrar algumas reflexões éticas nos seus escritos. De maneira geral sua perspectiva ética obedece ao paradigma clássico da ética teleológica-teonômica, ou seja, é uma ética orientada para o Bem, a Verdade, leia-se, Deus. Nicolau de Cusa entende que a essência do ser humano está na sua relação com a Verdade, de modo que o desejo humano pela felicidade somente se realiza quando ele a alcança, o que exige por parte do ser humano um comportamento moral adequado. É interessante em seu pensamento também as ideias do homem universal (homem como microcosmos ou mundo humano) e da tolerância, a qual apresenta um conjunto de normas morais comuns a todos os homens.

É na ética da Renascença que ocorre a progressiva transformação do fundamento organizador da vida ética, com a cultura assumindo o lugar da natureza:

¹³⁷ Nicolau de Cusa (1401-1468) foi um cardeal da Igreja Católica Romana e um dos primeiros filósofos do humanismo renascentista. Seu pensamento foi influenciado pelo neoplatonismo.

Com efeito, o *homo humanus* dos humanistas é o homem cultivado ou, segundo a expressão da época, *ad humanitatem informatus*, sobretudo pela prática da *sapientia* tornada possível pela aquisição de uma ampla cultura de base literária. Essa primazia da cultura caracteriza, por exemplo, a obra pedagógica de Erasmo de Rotterdam (1469-1536), de Thomas More (1477-1535), de Juan Luis Vives (1492-1540) e de outros humanistas, e é permitido nela ver uma das pré-condições históricas que tornaram possível o processo de constituição de uma Ética autônoma sobretudo com relação aos pressupostos metafísico-teológicos da Ética clássica, autonomia que traçará o roteiro da Ética moderna e atingirá seu termo com Kant.¹³⁸

No período renascentista surge também um novo conceito de política, capitaneado por Nicolau Maquiavel,¹³⁹ o qual rompeu com a tradição política aristotélica. Maquiavel defende a autonomia da política perante a ética cristã: enquanto a ética cristã é útil para o indivíduo, em termos privados (salvar a alma), ela é incompatível com a política enquanto atividade prática (salvar o Estado). Assim, para ele a política torna-se um discurso sobre a aquisição, a manutenção e a utilização do poder, onde o agir político é independente do critério de bondade ou malícia intrínseca das ações. Ele rompe com a moralidade tradicional, criando uma ética política autossuficiente, segundo a qual são moralmente bons todos os atos úteis à comunidade.¹⁴⁰

É na época da Renascença que ocorre ainda a Reforma Protestante, um movimento reformista do cristianismo iniciado por Martinho Lutero (1483-1546), um monge agostiniano insatisfeito com algumas práticas e questões teológicas da Igreja Católica. Lutero defendia a ideia de que não são as boas ações que salvam uma pessoa, mas sim a fé; deste modo ele colocava a primazia da fé sobre a vontade, afirmando que devido à natureza decaída do homem, a razão é incapaz de conhecer a Deus e seus mandamentos, cabendo ao homem apenas cumpri-los. Ele criticava a ética medieval por considerá-la egocentrada, individualista e alienada (olhos

¹³⁸ VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica* 1. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2015, p. 264.

¹³⁹ Nicolau Maquiavel (1469-1527) foi um filósofo, historiador, poeta, diplomata e músico de origem florentina, reconhecido como fundador do pensamento e da ciência política moderna.

¹⁴⁰ CHISHOLM, Robert. A ética feroz de Nicolau Maquiavel. In: QUIRINO, Célia Galvão; VOUGA, Claudio; BRANDÃO Gildo. *Clássicos do pensamento político*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 51-75.

voltados para o céu) e propunha uma ética voltada para a terra, pela qual o homem, liberto pela graça e pelo amor de Deus testemunha a salvação no mundo, buscando melhorá-lo, tornando- um mundo justo e com relações justas. Essa ideia do melhoramento do mundo será ainda mais desenvolvida por outro reformador, o teólogo João Calvino (1509-1564), o qual defendia o êxito mundano como sinal de eleição divina e o trabalho como um serviço a Deus e uma forma de progresso moral. De acordo com Calvino, através do trabalho o homem busca o bem-estar da coletividade e demonstra o amor ao próximo.¹⁴¹

Portanto, a ética renascentista cumpre dois papéis importantes na história do pensamento ético ocidental: em primeiro lugar ela recepciona, transmite e recupera as grandes escolas éticas da Antiguidade, além de dar continuidade à tradição ética cristã-medieval e a incipiente ética protestante; e em segundo lugar ela inaugura uma nova forma de reflexão moral, baseada no pensamento humanista, que representa uma nova cultura e um novo universo simbólico, o qual marcará o início da chamada Modernidade.

4.2 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA ÉTICA NA MODERNIDADE

A palavra modernidade vem do latim *modernus* e significa “dos tempos atuais” ou “recente”.¹⁴² Ela foi empregada pela primeira vez no século V para distinguir o presente, que acabara de se tornar cristão, do passado romano e pagão. Entretanto, ao longo da história europeia ela ressurgiu justamente nos períodos em que a Antiguidade era considerada o modelo que se havia de reestabelecer. Porém, essa ideia de que ser moderno

¹⁴¹ Cf. WACHHOLZ, Wilhelm. Ética no pensamento de Lutero: a serviço da igreja, da economia e da política. *Paralellus - Revista de Estudos da Religião - UNICAP*, Recife, v. 9, n. 20, p. 199-214, jan./abr. 2018. Disponível em: http://www.unicap.br/ojs/index.php/paralellus/article/view/1166/pdf_1. Acesso em: 20 jan. 2021, p. 199-214.

¹⁴² Cf. ROCHA, Adriana Magalhães. *Pós-modernidade: ruptura ou revisão?*. São Paulo: Cidade Nova, 1998, p. 9.

implica voltar aos antigos, mudou com o estabelecimento das ciências a partir do século XVII.¹⁴³

Da mesma forma que não há uma unanimidade em torno do período renascentista, o mesmo ocorre com a delimitação do período que denominamos de Modernidade, uma época marcada por profundas mudanças culturais. A datação desta fase da civilização ocidental varia entre o século XV, o século do Humanismo, e o século XVIII, no qual destacou-se o Iluminismo. Consideraremos o início da modernidade no século XVII, pois é quando surge uma nova forma de prática racional: passa-se do paradigma organicista-vitalista da Renascença para o paradigma mecanicista-físico-matemático da Modernidade.¹⁴⁴

A Idade Moderna foi marcada por muitas mudanças: grandes navegações, desenvolvimento do capitalismo, revolução científica, contato com grupos culturais até então desconhecidos, invenção da imprensa, mecanicismo, nova concepção da razão, ascensão do indivíduo, fortalecimento de uma nova classe social (a burguesia), criação dos estados modernos (únicos e centralizados), destruição da unidade cristã medieval fundamentada na religião, secularização, entre outras. Tais mudanças colocaram em crise as visões de mundo tradicionais e levaram ao estabelecimento de novas concepções capazes de orientar a vida em meio a essa turbulência sociocultural, o que culminou na Ilustração, no século XVIII, e no Positivismo, no século XIX, cujos valores principais foram a crença na razão, na liberdade, no progresso do conhecimento e no aperfeiçoamento social e moral.

De acordo com Vaz¹⁴⁵ as raízes intelectuais da modernidade surgiram na Idade Média Tardia. Ele aponta três características principais:

- a) *A relação de objetividade do ser humano com o mundo*: essa relação do indivíduo com seu mundo objetivo, cada vez mais povoado de objetos, foi impulsionada principalmente pelas

¹⁴³ Cf. HABERMAS, Jünger. *Modernidade versus Pós-modernidade*. Disponível em: <http://www.consciencia.org/modernidade-versus-pos-modernidade-jurgen-habermas>. Acesso em: 27 nov. 2020.

¹⁴⁴ Cf. VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica I*, p. 267.

¹⁴⁵ Cf. VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia VII: raízes da modernidade*, p. 14-18.

inovações tecnológicas propiciadas pela revolução científica do século XVII.

- b) *As relações intersubjetivas*: elas se tornaram mais visíveis com a aparição e a afirmação histórica do indivíduo, entendido como um ser social que se relaciona com o tempo socialmente mensurável. Desta forma o social mostra-se como o lugar de realização efetiva do postulado fundamental da autonomia, sobre o qual repousa a concepção moderna do indivíduo.
- c) *A relação de transcendência*: essa relação sustenta o ser humano enquanto habitante de um universo simbólico, fornecendo a este universo uma estrutura coerente, sem a qual seria inabitável. Ocorre, assim, a abolição da dimensão metafísica e a emergência da autotranscedência.

A Filosofia Moderna, por sua vez, modificou o ponto de partida da investigação do mundo, trocando a pergunta sobre o ser das coisas pela pergunta sobre os conteúdos da consciência humana. Desde modo a Ética Moderna nasceu confrontada com um duplo desafio:

“Pensar a constituição e a estrutura cognoscitiva do sujeito, capaz de assumir o novo destino histórico da Razão, e pensar a natureza da realidade capaz de oferecer-se à atividade demiúrgica do sujeito e plasmar-se como mundo de objetos e artefatos construídos pela poiesis humana.”¹⁴⁶

Assim, com o advento da Modernidade passou-se da ontologia cosmocêntrica do pensamento clássico para a filosofia moderna da subjetividade, o que:

[...] significou, do ponto de vista ético, a crise insuperável, no nível da reflexão aberta pela ótica cosmocêntrica, “dos fundamentos do ético”. A questão, em última análise, diz respeito à instância que fundamenta a incondicionalidade do agir do homem: não existe mais uma ordem prévia doadora de sentido à razão do homem. É através de atos racionais de prova e tomada de posição que o homem abre o espaço de uma ação possível, orientada pela razão em sua existência histórica. A razão deixa de ser

¹⁴⁶ VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica* 1. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2015, p. 272.

acolhedora e imitadora da ordem cósmica para transformar-se na fonte articuladora do sentido, que concede às ações humanas a qualidade do ético, que agora se entende como autodeterminação do sujeito. A razão emerge, assim, como o grande poder de negatividade, a partir do qual surge um novo sentido para a liberdade: o homem, através de sua razão, é livre diante do “fático enquanto tal”, pois ele pode distanciar-se criticamente dele e só aceitar o que passar pelo crivo do tribunal da razão. É essa transcendência do fático que constitui propriamente a dignidade do homem e o instaura como sujeito racional-ético, como liberdade de seguir sua razão. Explicita-se aqui o tema central da modernidade: a razão é o grande instrumento de emancipação da humanidade, a fonte de criação do começo novo para o homem, o penhor de sua vida autônoma.¹⁴⁷

É característico da Modernidade também o surgimento do paradigma mecanicista em oposição ao paradigma organicista. De acordo com o paradigma organicista a realidade se organiza como *cosmos*, seu modelo empírico é o ser vivo e o seu modelo transcendente é o mundo das ideias; nele, o agir e o fazer do homem buscavam inserir-se harmoniosamente na ordem universal. O modelo mecanicista, por sua vez, surgiu da dissolução do antigo cosmos, impulsionado pela crise da metafísica clássica e pela relação de objetividade entre o homem e o mundo; o mecanicismo considera o universo como uma grande máquina, cujos elementos essenciais são matéria e movimento, excluindo todo princípio vital (vegetativo e animal); assim, fundamenta-se na experimentação metódica e obedece às regras do método previamente definidas, as quais engendram a ordem referente à razão que a construiu.¹⁴⁸

No que diz respeito à história da Filosofia e, consequentemente, à história da Ética na sua expressão filosófica, é indubitável que o paradigma mecanicista, nas suas diversas versões, está presente nos fundamentos dos sistemas filosóficos e nos modelos éticos que se sucederão até Kant. Ora, essas diferentes versões do mesmo paradigma procedem justamente da fecundidade heurística e hermenêutica por ele demonstrada, e levaram-no a

¹⁴⁷ OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Ética e sociabilidade*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2003, p. 18-19.

¹⁴⁸ VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica* 1. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2015, p. 277.

oscilar historicamente entre um mecanicismo de tipo acentuadamente racionalista e um mecanicismo empirista.¹⁴⁹

O pensamento ético da Modernidade é composto por uma grande variedade de doutrinas éticas, sendo a principal característica comum entre elas a tendência antropocêntrica, que coloca o ser humano como centro e fundamento da Ética, em oposição ao teocentrismo da Idade Média.

O homem adquire um valor pessoal, não só como ser espiritual, mas também como ser corpóreo, sensível, e não só como ser dotado de razão, mas também de vontade. Sua natureza não somente se revela na contemplação, mas também na ação. O homem afirma o seu valor em todos os campos: na ciência (pondo-a a serviço de suas necessidades humanas); na natureza (considerando-a como objeto de transformação ou produção humana); na arte (representando tudo — inclusive as virgens — com olhos humanos). O homem aparece, portanto, no centro da política, da ciência, da arte e também da moral. Ao se transferir o centro de Deus para o homem, este acabará por apresentar-se como o absoluto, ou como o criador ou legislador em diferentes domínios, incluindo nestes a moral.¹⁵⁰

Portanto, nas próximas seções estudaremos os caminhos pelos quais a Ética Moderna seguiu: no caminho do racionalismo estudaremos Descartes; no caminho do empirismo estudaremos Hobbes; no cruzamento destes dois caminhos estudaremos Kant, que buscou fazer uma síntese entre os dois caminhos trilhados por Descartes e Hobbes.

¹⁴⁹ VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica* 1. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2015, p. 268-269.

¹⁵⁰ SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo. *Ética*. 38. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 282.

4.3 DESCARTES

Descartes¹⁵¹ é considerado o pai da filosofia moderna, pois buscou criar um sólido fundamento teórico capaz de substituir a tradição aristotélica vigente até então. Com esse objetivo ele propôs um novo método para o conhecimento humano, baseado na objetividade da razão como fundamento do saber, inaugurando o chamado racionalismo moderno.¹⁵²

No pensamento de Descartes é possível perceber três influências principais:

- a) *Escolástica*: é a doutrina filosófica na qual ele se formou e que ele buscou combater e pretendeu substituir, através de uma reflexão fundamentada na razão humana e independente da fé.
- b) *Renascimento*: o pensamento cartesiano apresenta certa continuidade com a Renascença, como a busca por um pensamento autônomo em relação à religião, mas também rupturas, como a recusa ao ceticismo e à separação entre ciência e filosofia.
- c) *Ciência moderna*: Descartes utiliza-se de conceitos, descobertas e invenções proporcionados pelo grande desenvolvimento das ciências ocorrido entre os séculos XV e XVII na elaboração de seu pensamento, como a descrição do sistema circulatório do sangue, proposta pelo médico britânico William Harvey, seu contemporâneo.

Assim, o filósofo francês provocou uma reviravolta na filosofia, que de ciência do ser transformou-se em doutrina do conhecimento ou gnosiologia, cujo centro é o sujeito humano racional. Descartes tem imensa confiança no ser humano e em suas faculdades cognoscitivas; de acordo com ele, a reta razão humana é a faculdade de julgar e distinguir o verdadeiro do falso, sendo naturalmente igual em todos os homens.

¹⁵¹ René Descartes (1596-1650) foi um filósofo e matemático francês. Ele realizou diversos trabalhos na área da filosofia, das ciências e da matemática, sendo sua obra mais famosa *O Discurso sobre o Método*, um tratado filosófico e matemático publicado na França em 1637. É considerado o pai do pensamento moderno.

¹⁵² O Racionalismo é a corrente filosófica que privilegia a razão dentre todas as faculdades humanas, considerando-a como fundamento de todo conhecimento possível: o real é racional, de modo que a razão é capaz de conhecê-lo e de chegar à verdade sobre a natureza das coisas.

O bom senso é a coisa mais bem distribuída do mundo: pois cada um pensa estar tão bem provido dele, que mesmo aqueles mais difíceis de se satisfazerem com qualquer outra coisa não costumam desejar mais bom senso do que têm. Assim, não é verossímil que todos se enganem; mas, pelo contrário, isso demonstra que o poder de bem julgar e de distinguir o verdadeiro do falso, que é propriamente o que se denomina bom senso ou razão, é por natureza igual em todos os homens; e portanto que a diversidade de nossas opiniões não decorre de uns serem mais razoáveis que os outros, mas somente de que conduzimos nossos pensamentos por diversas vias, e não consideramos as mesmas coisas. Pois não basta ter o espírito bom, mas o principal é aplicá-lo bem. As maiores almas são capazes dos maiores vícios, assim como das maiores virtudes; e aqueles que só caminham muito lentamente podem avançar muito mais, se sempre seguirem o caminho certo, do que aqueles que correm e dele se afastam.¹⁵³

A partir da crença na razão humana Descartes define o seu método, o método cartesiano, que possui quatro regras básicas, que devem ser aplicadas nesta ordem: evidência racional (clareza e distinção), análise (decomposição do complexo em partes simples), síntese (começar resolvendo os problemas mais simples para depois passar aos mais complexos) e controle (enumeração e revisão – verificar as regras anteriores). E para a correta aplicação do método surge a dúvida metódica, que é o princípio teórico primeiro da filosofia cartesiana, através do qual ele desconstrói o universo da filosofia antiga e refunda todo o sistema do saber a partir da razão. De acordo com ele, ao se duvidar de tudo em busca da verdade, chega-se à verdade indubitável, que fundamentará a busca e descoberta das demais verdades: *cogito ergo sun* (penso, logo existo).¹⁵⁴

Ao se propor esta árdua tarefa da construção de um método que fundamente o novo saber, Descartes não deixa de tratar sobre o tema da moral, de modo que é considerado o primeiro autor da ética moderna propriamente dita. Embora ele tenha deixado inacabado o projeto de escrever

¹⁵³ DESCARTES, René. *Discurso do método*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 5.

¹⁵⁴ Cf. REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. *História da filosofia: do Humanismo a Descartes*. v. 3. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2005, p. 288-290.

uma obra sobre a sua visão definitiva acerca do tema moral, a questão ética é um tema relevante dentro do pensamento cartesiano.¹⁵⁵

De fato, em *Discurso do método* (*Discours de la méthode pour bien conduire sa raison, et chercher la vérité dans les sciences*),¹⁵⁶ publicado em Leiden (Holanda) em 1637, ele propõe as quatro regras de uma moral provisória (*morale par provision*), uma moral a serviço da vida imediata. São elas:

- a) Obedecer às leis, aos costumes e à religião do próprio país, acolhendo as opiniões comuns mais moderadas, a fim de se obter a tranquilidade necessária para a busca da verdade.
- b) Perseverar nas ações com a maior firmeza e resolução possível.
- c) Vencer de preferência a si mesmo do que o destino, e mudar preferentemente os próprios desejos do que a ordem do mundo.
- d) Cultivar a razão e o conhecimento da verdade.

Porém, *As paixões da alma* (*Les passions de l'âme*), publicado pelo autor em 1649, um ano antes de sua morte, é considerado o primeiro grande texto da ética moderna. Nele Descartes trata tanto de questões morais quanto de questões fisiológico-mecânicas. A moral cartesiana presente nesta obra visa a submissão da vontade à razão; para tal fim, porém, é preciso que o homem entenda o funcionamento do próprio corpo, a fim de governá-lo sabiamente, o que possibilitará a felicidade.

Mas, dado que essas paixões não podem levar a nenhuma ação, exceto por intermédio do desejo que excitam, é particularmente esse desejo que devemos ter o cuidado de regular; e é nisso que consiste a principal utilidade da Moral: ora, como disse há pouco, esse desejo é sempre bom, quando segue um verdadeiro conhecimento, assim não pode deixar de ser mau, quando se funda em algum erro. E me parece que o erro mais comumente cometido no tocante aos desejos é o de não distinguirmos suficientemente as coisas que dependem inteiramente de nós das que não dependem de modo algum: pois, quanto às que dependem tão-somente de nós, isto é, de nosso livre arbítrio, basta saber que são boas para não poder desejá-las com demasiado ardor, porque é seguir a virtude fazer as coisas boas que dependem de nós, e é certo que nunca se

¹⁵⁵ Cf. VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica* 1. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2015, p. 273-275.

¹⁵⁶ Cf. DESCARTES, René. *Discurso do método*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 27-36.

poderia ter um desejo ardente demais pela virtude, além de que, não podendo deixar de lograr o que desejamos dessa forma, porquanto só de nós é que depende, recebemos sempre a satisfação que daí esperávamos. Mas a falta que se costuma cometer nesse particular nunca é desejar demasiado, mas somente desejar demasiado pouco; e o soberano remédio contra isso é libertar o espírito, tanto quanto possível, de toda espécie de outros desejos menos úteis, e depois procurar conhecer muito claramente e considerar com atenção a bondade do que é de desejar.¹⁵⁷

Portanto, a razão é a força-guia do homem que possibilita o controle das paixões. O intelecto elabora as ideias claras e distintas e não erra; o que ocasiona os erros é o mau uso do livre arbítrio, é a pressão indevida da vontade sobre o intelecto. Deste modo, a sabedoria consiste na adoção do pensamento claro e distinto como norma, tanto do pensar quanto do viver, integrando teoria e ação.

Assim, a moral cartesiana, de característica metafísica, representa uma das direções na qual a ética moderna caminhará. Seguirão nessa esteira do cartesianismo, cada qual com sua peculiaridade e originalidade, os pensadores do chamado grande racionalismo, entre eles Espinoza (1632-1677), Malebranche (1638-1715) e Leibniz (1646-1716). É, pois, uma ética da liberdade, fundamentada na transcendência da liberdade infinita, da qual nascem as verdades que possibilitam o reto uso da razão no agir. A outra direção será o caminho inaugurado por Hobbes.¹⁵⁸

4.4 HOBBS

O inglês Hobbes¹⁵⁹ é reconhecido como o pai da política moderna e o principal teórico do Estado Absolutista. Assim sendo, sua reflexão ética é

¹⁵⁷ DESCARTES, René. *As paixões da alma*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 268-269.

¹⁵⁸ Cf. VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica* l. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2015, p. 293.

¹⁵⁹ Thomas Hobbes (1588-1679) foi um matemático, teórico político e filósofo inglês. Suas principais obras foram *Leviatã* (1651) e *Do cidadão* (1642). Hobbes defendia a ideia segundo a qual os homens só podem viver em paz se concordarem,

estritamente vinculada à Política. Ele também não escreveu nenhuma obra específica sobre ética, mas em seus escritos demonstrou profundo interesse pela moral, buscando elucidar a condição do homem como cidadão e explicar racionalmente o homem como ser ético. Assim, as principais obras do pensamento hobbesiano que tratam sobre temas ético-políticos são: *De cive*, escrito em 1642; e *Leviatã*, sua obra prima, escrito em 1651.

Em seus escritos Hobbes mostrou-se contrário à Aristóteles e à filosofia escolástica, e aberto às influências do método euclidiano, do racionalismo cartesiano, do utilitarismo de Francis Bacon (1561-1626,) e, sobretudo, da física de Galileu. Ele foi contemporâneo de Descartes, a quem conheceu pessoalmente e do qual se tornou crítico, sendo o primeiro teórico da modernidade a apresentar uma alternativa radicalmente anticartesiana ao pensamento ético.¹⁶⁰

Enquanto o pensamento de Descartes pode ser caracterizado como uma metafísica da interioridade, de cunho espiritualista, o pensamento de Hobbes é uma metafísica da exterioridade, de cunho materialista. De fato, a ética hobbesiana é fundada sobre a primazia do corpo. Para ele tudo é corpo: há os corpos naturais inanimados, que são os corpos físicos em geral; os corpos naturais animados, que é o caso do corpo humano; e os corpos artificiais, como é o caso do Estado. Deste modo a filosofia deverá ser tripartida e tratar de cada uma dessas três partes, deixando de lado tudo aquilo que não for corpóreo (espiritual). E Hobbes escreveu uma obra sobre cada uma dessas três partes: *De corpore*, que trata sobre a física; *De Homine*, que é uma antropologia; e *De Cive*, que trata sobre a política e a moral.¹⁶¹

Partindo de uma antropologia rigorosamente materialista, Hobbes leva à absorção da ética pela política, reduzindo a vida moral a apenas uma instância da vida social. Ele critica as categorias fundamentais que sustentam a ética teleológica do Bem, tal como Aristóteles a transmitiu, e rompe com a unidade do saber ético concebido por Platão sobre a objetividade do Bem.

através do pacto social, em submeter-se a um poder absoluto e centralizado, contribuindo assim para a legitimidade do Estado Absolutista.

¹⁶⁰ Cf. VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica* 1. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2015, p. 293.

¹⁶¹ Cf. REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. *História da filosofia: de Spinoza a Kant*. v. 4. São Paulo: Paulus, 2005, p. 76.

Assim, não há espaço no pensamento hobbesiano para uma moral autônoma.¹⁶²

O nominalismo de Hobbes leva-o a uma total relativização das noções de bem e mal. Desta forma ele adota um ponto de partida naturalista na análise da moral, visando dotá-la de racionalidade. Hobbes rejeita a ideia clássica de que o homem é naturalmente social; ele defende a ideia de que o indivíduo é anterior à sociedade, sendo a violência mútua a condição natural do estado de natureza, onde vigora o direito natural pré-político, o qual autoriza os meios para a conservação da própria vida.

Assim, o ideal ético hobbesiano é a vida de acordo com as leis naturais, sendo a ciência das leis naturais a verdadeira filosofia moral.

As leis de natureza são imutáveis e eternas [...] Essas leis, na medida em que obrigam apenas a um desejo e a um esforço, isto é, um esforço não fingido e constante, são fáceis de obedecer. Pois na medida em que exigem apenas esforço, aquele que se esforça por cumpri-las está-lhes obedecendo. E aquele que obedece à lei é justo. E a ciência dessas leis é a verdadeira e única filosofia moral. Porque a filosofia moral não é mais do que a ciência do que é bom e mau, na conservação e na sociedade humana. O bem e o mal são nomes que significam nossos apetites e aversões, os quais são diferentes conforme os diferentes temperamentos, costumes e doutrinas dos homens. Por conseguinte todos os homens concordam que a paz é uma boa coisa, e portanto que também são bons o caminho ou meios da paz, os quais (conforme acima mostrei) são a justiça, a gratidão, a modéstia, a equidade, a misericórdia e as restantes leis de natureza; quer dizer, as virtudes morais; e que seus vícios contrários são maus. Ora a ciência da virtude e do vício é a filosofia moral, portanto a verdadeira doutrina das leis de natureza é a verdadeira filosofia moral.¹⁶³

Portanto, o objetivo principal do sistema ético-político de Hobbes é:

A definição das “leis naturais” (*laws of nature*) e dos “direitos naturais” (*right of nature*) e a demonstração das condições que tornam possível a passagem dos direitos naturais pré-políticos do “estado de natureza” para o direito e a

¹⁶² Cf. VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica* 1. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2015, p. 305-306.

¹⁶³ HOBBS, Thomas. *Leviatã*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 94-95.

lei civil no “estado de sociedade” em ordem à satisfação da tendência fundamental de todo ser humano”, a tendência para a paz [...]”¹⁶⁴

Desta forma, o que possibilita o nascimento da sociedade civil, ou seja, a passagem da lei de natureza para a lei civil, e a efetivação do ideal ético da vida de acordo com as leis naturais, é a faculdade da razão, a qual é inerente à natureza humana e da qual procede a iniciativa da saída do estado de natureza.

Portanto, a verdadeira razão é uma lei certa, que (já que faz parte da natureza humana, tanto quanto qualquer outra faculdade ou afecção da mente) também é denominada natural. Por conseguinte, assim defino a lei da natureza: é o ditame da reta razão no tocante àquelas coisas que, na medida de nossas capacidades, devemos fazer, ou omitir, a fim de assegurar a conservação da vida e das partes de nosso corpo.¹⁶⁵

Portanto, o pensamento hobbesiano inaugura um novo caminho para a ética ocidental moderna, uma alternativa à tradição clássica e ao racionalismo cartesiano que será adotada por diversos pensadores, os quais serão ordenados sobre os adjetivos naturalismo, relativismo cultural e subjetivismo. O empirismo inglês, que se tornou preponderante na Ética Moderna, surgiu desse novo caminho aberto por Hobbes.

O empirismo é uma versão do racionalismo que foi bastante fecunda no campo ético, influenciando no advento e no espírito do Iluminismo. Ele teve grande destaque na Inglaterra, principalmente devido à correspondência entre a moral empirista e as profundas transformações socioeconômicas provocadas pela implantação da economia de mercado e pela revolução industrial, além do surgimento da ideologia do individualismo. Os principais autores do empirismo inglês foram John Locke (1632-1704) e David Hume (1711-1786).

Locke foi um pensador político e iniciou a tradição liberal, colocando o indivíduo como fundamento das suas concepções políticas. Ao contrário de Hobbes ele afirma que o indivíduo é um ser moral por natureza, sendo a

¹⁶⁴ VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica* 1. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2015, p. 301.

¹⁶⁵ HOBBS, Thomas. *Do cidadão*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 38.

sociedade civil o lugar por excelência do exercício do agir ético. Ele defende também um espiritualismo teísta, do qual se utiliza para explicar a origem da lei natural, a possibilidade de seu conhecimento pelo homem, a sua obrigatoriedade e a legitimidade das sanções pelo seu não cumprimento.

Hume, por sua vez, rejeita os princípios e métodos da tradição racionalista no campo moral, promovendo a ruptura gnosiológica entre a razão demonstrativa, que tem por objeto o ser, e o conhecimento moral, que enuncia juízos de obrigação ou dever ser. De acordo com ele é impossível conceber uma moral fundamentada na razão, já que ela se ocupa com sentimento de aprovação e desaprovação; por este motivo é conhecido como o iniciador da moral do sentimento, ao lado de Francis Hutcheson (1694-1746). Hume afirma ainda que o único critério do bem e do mal é a utilidade. Desta forma, os pensadores do utilitarismo – Adam Smith (1723-1790), Jeremy Bentham (1748-1832) e John Stuart Mill (1806-1873) – se inspiraram nele.

Portanto, a ética metafísica-racionalista de Descartes e a ética nominalista-empirista de Hobbes são os dois grandes caminhos que conduzem até o pensamento ético de Kant, embora também tenha havido outros caminhos nesse período, como o desenvolvimento das teorias jusnaturalistas do século XVII, com Hugo Grotius (1583-1645) e Samuel Puffendorf (1632-1694); o pré-romantismo com Rousseau (1712-1778), o qual introduziu os conceitos de sentimento e consciência moral, em oposição ao racionalismo iluminista; e a concepção expressivista de Herder (1744-1803), que influenciou a antropologia posterior.

4.5 KANT

Kant¹⁶⁶ foi o mais celebrado filósofo alemão de seu tempo, sendo seus escritos a base e o ponto de partida para a filosofia alemã moderna. A obra kantiana é dividida tradicionalmente em duas fases: o *período pré-crítico* (1755-1780), que é marcado pelo interesse nas ciências naturais e pela

¹⁶⁶ Immanuel Kant (1724-1804), filósofo prussiano, é considerado o principal filósofo da era moderna. Sua obra destaca-se por, na epistemologia, ter realizado uma síntese entre o racionalismo continental, onde imperava a forma de raciocínio dedutivo, na linha de Descartes, e a tradição empírica inglesa, que valorizava a indução, na esteira de Hume.

afinidade com os pensamentos metafísico e racionalista, e o *período crítico* (1781-1800), quando se busca a edificação de uma ética racional definitiva.

Kant buscou resolver as divergências entre o racionalismo e o empirismo, procurando responder à questão sobre a possibilidade do conhecimento. É então que ele faz a sua revolução copernicana do conhecimento: não é o sujeito que se adequa ao objeto, mas é o objeto que se adequa ao sujeito, ou seja, o que o sujeito conhece é o produto de sua consciência. Kant estenderá também a sua revolução ao campo moral, colocando o ser humano como centro tanto do conhecimento quanto da moral, pois, como sujeito cognoscente, o homem cria para si mesmo a sua própria lei.

Kant viveu durante o século XVIII, o qual passou a ser chamado de o século da moral. Desta forma sua obra representará “*o termo da evolução da Ética moderna e o ponto de partida da Ética contemporânea.*”¹⁶⁷ A partir dele a história da ética ocidental passou a ser dividida em dois grandes modelos: a ética da *eudaimonia*, de matriz aristotélica, e a ética do dever, de matriz kantiana. O pensamento ético de Kant do período pré-crítico sofreu diversas influências, entre as quais destacam-se quatro:¹⁶⁸

- a) *Pietismo*¹⁶⁹: marcou tanto a formação religiosa de Kant na infância quanto o contato com o seu primeiro professor na universidade, Martin Knutzen (1713-1751), o qual buscava conciliar o pietismo com a pesquisa científica. O pietismo levou Kant a acentuar o caráter ético do cristianismo, ideia esta que prevaleceu na sua concepção de religião.
- b) *Tradição racionalista*: o racionalismo herdou os grandes temas da ética clássica e os reformulou segundo os ditames da razão cartesiana. Kant foi influenciado especialmente pela corrente wolffiana procedente de Leibniz e pela corrente do direito natural racionalista.

¹⁶⁷ VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica I*, p. 291.

¹⁶⁸ Cf. VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica I*, p. 322-324.

¹⁶⁹ O pietismo foi um movimento oriundo do luteranismo. Ele valorizava as experiências individuais do crente, defendendo a primazia do sentimento e do misticismo na experiência religiosa, em detrimento da teologia racionalista.

- c) *Rousseau*¹⁷⁰: Kant foi influenciado por temas como a superioridade da moral (razão prática) sobre a ciência (moral teórica); o conceito de autonomia, implícito no conceito de liberdade moral; a separação entre moral e civilização; e a experiência da moralidade como constitutiva da essência do homem enquanto ser livre.
- d) *Moralistas ingleses (empiristas)*: Kant foi influenciado, especialmente, por Francis Hutcheson (1694-1746), que fundou o utilitarismo; Lord Shaftesbury (1801-1885), cujo deísmo propugnava a separação entre moral e religião; e David Hume, cujo ceticismo ajudou Kant na formulação da distinção entre natureza e liberdade.

As obras mais importantes de Kant, do ponto de vista da ética, fazem parte de seu período crítico: em *Crítica da razão pura* (1781) começa a delinear-se a estrutura da ética kantiana; em *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (1785), que é a obra mais importante da ética moderna, aborda o problema do imperativo moral, irreduzível a qualquer outro fundamento anterior; em *Crítica da razão prática* (1788) essa estrutura é finalizada; e em *Metafísica dos costumes* (1797) os princípios da nova concepção da ética são aplicados aos clássicos problemas do direito e da virtude. Aqui é importante ressaltar que Kant não emprega o termo metafísica no sentido clássico de ciência do supra-sensível como realidade objetiva ou coisa em si, mas sim como princípios e categorias de natureza transcendental, ou seja, estabelecidos a priori; assim, a ética kantiana representa o fim da metafísica do ser, que era o fundamento da ética antiga, e o início da metafísica da subjetividade, que é propriamente a metafísica da modernidade.¹⁷¹

Apresentaremos alguns pontos sobre a ética kantiana:

- a) *O conceito de boa vontade (gutter Wille)*: é o princípio racional que se sustenta a si mesmo - uma vontade absolutamente boa em si mesma como Bem supremo, uma vontade que queira fazer o bem. assim, o bem está na intenção, sendo a autonomia da vontade o princípio supremo da moralidade.

¹⁷⁰ Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) foi um importante filósofo, teórico político, escritor e compositor, sendo considerado um dos principais filósofos do iluminismo e um precursor do romantismo.

¹⁷¹ Cf. VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica* 1. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2015, p. 321.

- b) *Agir por dever*: uma vontade é boa se age por dever, pois existe um imperativo moral que impõe o dever, fundamentando-se na razão e não no sentimento; é boa a vontade que age por puro respeito ao dever, sem outras preocupações, a não ser o cumprimento do dever ou a sujeição à lei moral.
- c) *O dever moral é a representação da lei*: todo ser racional possui a ideia do que é uma lei, pois a mente humana é por natureza legisladora, impondo leis à realidade. Assim, a representação da lei é o núcleo do dever moral.
- d) *Toda lei universal é necessária*: no conceito de toda lei está contida a sua necessidade e universalidade. Para Kant é moral tudo aquilo que pode converter-se em universal, ou seja, só é moralmente bom aquilo que é bom universalmente, para todos – sem exceção.
- e) *A lei moral tem a forma de um imperativo categórico*: um imperativo categórico é um mandato absoluto, inerente à razão. Ele confirma que o específico da lei moral é sua exigência de universalidade e faz a mediação entre a lei e a vontade finita. Assim, a vontade pode agir por dever, em respeito à lei, ou seja, agir moralmente.
- f) *O conceito de liberdade*: a liberdade é o cume do pensamento kantiano. Liberdade é entendida como autonomia, ou seja, a capacidade que cada pessoa tem de se orientar pelas normas que sua própria consciência reconhece como universais, a possibilidade de decidir por si mesmo. A liberdade é entendida em dois sentidos: em um sentido negativo, liberdade é independência da vontade em relação à lei natural dos fenômenos e aos conteúdos da lei moral; em sentido positivo é a capacidade da vontade de determinar-se por si, autodeterminação (oposto de heteronomia). Assim, a liberdade se torna a qualidade humana mais surpreendente, e é o que torna o homem uma pessoa.

O imperativo categórico aparece formulado de três maneiras diferentes ao longo da obra *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, de modo que cada uma das três formulações se complementam e formam o eixo central da moral kantiana:

1ª lei universal: para poder ser moral, a ação deve poder ser universalmente aplicada: “Age como se a máxima da tua ação se devesse tornar, pela tua vontade, em lei universal da natureza”.¹⁷²

2ª fim em si mesmo: o princípio que move a boa vontade é a humanidade, ou seja, o respeito a si mesmo, ao outro e a humanidade em geral como pessoa. Deve-se sempre buscar respeitar a dignidade humana e nunca usar as pessoas como simples meios para atingir os nossos objetivos: “Age de tal maneira que uses a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca simplesmente como meio.”¹⁷³

3ª autonomia da vontade: o ser racional é o ser capaz de agir de acordo com uma lei que se dá a si mesmo do ponto de vista racional. O dever moral é, pois, uma lei autônoma, autoimposta, não submetida a nenhum interesse empírico: “Age de tal maneira que tua vontade possa encarar a si mesma, ao mesmo tempo, como um legislador universal através de suas máximas.”¹⁷⁴

Em *Crítica da razão prática* Kant formula definitivamente o imperativo categórico do seguinte modo: “Age de tal modo que a máxima da tua vontade possa valer sempre ao mesmo tempo como princípio de uma legislação universal”.¹⁷⁵

Portanto, a ética kantiana nos demonstra que o bem próprio e específico da moral é o cumprimento do dever; o bem moral não é a felicidade, mas é conduzir-se com autonomia, construir corretamente a própria vida. Assim, a verdadeira moralidade é o respeito pelos valores que estão implícitos na obediência aos imperativos categóricos. Dessa forma a ética kantiana é formal (postula um dever para todos os homens, independentemente de sua situação social e do seu conteúdo concreto) e autônoma (é o ápice da tendência antropocêntrica iniciada no Renascimento). Enfim, a essência da moral é a adequação da vontade à norma da lei.

¹⁷² KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984, p. 130.

¹⁷³ *Ibid.*, p.135.

¹⁷⁴ *Ibid.*, p.138.

¹⁷⁵ *Id.* *Crítica da razão prática*. Lisboa: edições 70, p. 42.

CONSIDERAÇÕES

O pensamento ético do período renascentista tem as seguintes características principais: o retorno às grandes escolas éticas da Antiguidade como forma de refletir sobre a atividade humana; o início da ética protestante, marcada pelo ideal do melhoramento do mundo e pela valorização do trabalho como forma de progresso moral; e o início de uma nova forma de reflexão moral, baseada no pensamento humanista, que culminará no antropocentrismo da Idade Moderna.

A Ética Moderna, por sua vez, compreende várias doutrinas éticas, sendo a característica comum entre elas a tendência antropocêntrica, que coloca o ser humano como centro e fundamento da reflexão ética. Uma das grandes correntes de pensamento do período é o racionalismo, o qual propõe uma Ética sobre a primazia da razão; a outra grande corrente é o empirismo, que propõe uma Ética sobre a primazia da experiência sensorial. Estas duas correntes opostas se encontrarão no pensamento de Kant, que buscou fazer uma síntese entre elas, como forma de fundamentar a moral na razão humana. Desta forma, a Ética kantiana é a mais perfeita expressão da Ética Moderna.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CAMPS, Victoria. *Breve historia de la ética*. Barcelona: RBA Libros, 2013.

CHISHOLM, Robert. A ética feroz de Nicolau Maquiavel. In: QUIRINO, Célia Galvão; VOUGA, Claudio; BRANDÃO Gildo. *Clássicos do pensamento político*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

CORTINA, Adela; MARTÍNEZ, Emilio. *Ética*. São Paulo: Loyola, 2005.

DESCARTES, René. As paixões da alma. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).

DESCARTES, René. *Discurso do método*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

HABERMAS, Jünger. *Modernidade versus Pós-modernidade*. Disponível em: <http://www.consciencia.org/modernidade-versus-pos-modernidade-jurgen-habermas>. Acesso em: 27 nov. 2020.

HOBBES, Thomas. *Do cidadão*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HOBBES, Thomas. *Leviatã*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).

KANT, Immanuel. *Crítica da razão prática*. Lisboa: edições 70, 1986.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os Pensadores).

MORA, José Ferrater. *Dicionário de Filosofia*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Ética e sociabilidade*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. *História da filosofia: do Humanismo a Descartes*. v.3. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2005.

REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. *História da filosofia: de Spinoza a Kant*. v. 4. São Paulo: Paulus, 2005.

ROCHA, Adriana Magalhães. *Pós-modernidade: ruptura ou revisão?*. São Paulo: Cidade Nova, 1998.

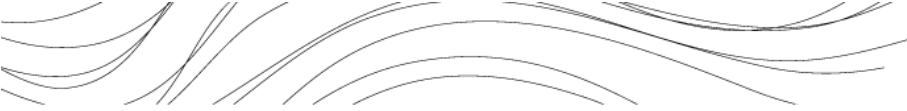
ROVIGHI, Sofia Vanni. *História da filosofia moderna: da revolução científica a Hegel*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo. *Ética*. 38. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica* 1. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2015.

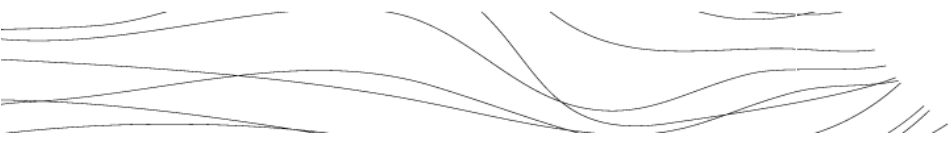
VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia VII: raízes da modernidade*. São Paulo: Loyola, 2002.

WACHHOLZ, Wilhelm. Ética no pensamento de Lutero: a serviço da igreja, da economia e da política. *Paralellus - Revista de Estudos da Religião - UNICAP*, Recife, v. 9, n. 20, p. 199-214, jan./abr. 2018. Disponível em: http://www.unicap.br/ojs/index.php/paralellus/article/view/1166/pdf_1. Acesso em: 20 jan. 2021.



UNIDADE 05 – A ÉTICA CONTEMPORÂNEA E PÓS- MODERNA

05



Objetivo da unidade: compreender os pontos fundamentais das principais doutrinas éticas do pensamento contemporâneo e pós-moderno.

Conteúdos da unidade:

- 1) A ética no século XIX.
- 2) A ética no século XX.
- 3) A ética no século XX.
- 4) A ética pós-moderna.
- 5) A ética aplicada e os direitos humanos.

Indicações científico-culturais:

Livro: NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Genealogia da moral*. 3. ed. Lisboa: Guimarães, 1973.

Filme: HANNAH ARENDT – IDEIAS QUE CHOCARAM O MUNDO. Direção: Margarethe von Trotta. França, Alemanha, Luxemburgo: Zeitgeist Films, 2012. (109 min).

A contemporaneidade refere-se ao período posterior à revolução copernicana de Kant, ou seja, os séculos XIX e XX; com relação ao século XXI, ainda não é possível saber como ele será classificado. O pensamento ético deste período possui uma variedade de doutrinas éticas ainda maior que a modernidade, as quais rejeitam ora o formalismo e o universalismo abstrato (visam homem concreto), ora o racionalismo absoluto (reconhecem o lado irracional do comportamento humano), ora a metafísica como forma de fundamentação da Ética (buscam a origem da Ética no próprio homem). A

presente unidade foi dividida em cinco seções para facilitar o estudo deste período.

Na primeira seção estudaremos o pensamento ético do século XIX, o qual pode ser analisado a partir de três grandes paradigmas: o empirista, característico do pensamento inglês; o racionalista, característico do pensamento francês; e o historicista, característico do pensamento alemão.

Na segunda seção trataremos sobre a desconstrução da ética tradicional, sobretudo a partir das críticas ao sistema hegeliano e suas bases metafísicas. Daremos destaque especial aos grandes questionadores da cultura ocidental: Marx, Nietzsche e Freud, os quais exerceram enorme influência nos pensadores ocidentais do século XX.

Na terceira seção apresentaremos o pensamento ético do século XX, que é marcado pelo pluralismo ético, pela fragmentação e pelo relativismo, o qual questiona a validade universal absoluta da razão. As várias concepções éticas desse período podem ser agrupadas em três grandes grupos: o grupo naturalista, o grupo historicista e o grupo desconstrutivista.

Na quarta seção estudaremos o pensamento pós-moderno, que propõe uma ética plural, fragmentária, atenta às diferenças e descentralizada, dando destaque a dois de seus valores básicos: a pluralidade e a tolerância.

Na quinta seção, por fim, nosso foco de estudo será a Ética Aplicada, que busca responder às questões morais advindas de outras áreas do saber e das profissões presentes no mundo hodierno. Aqui destacaremos os temas da bioética, da ética ambiental e dos direitos humanos.

Caminheemos, pois, rumo à conclusão do nosso estudo!

5.1 A ÉTICA NO SÉCULO XIX

O pensamento ético no século XIX pode ser analisado, de modo simplificado, a partir de três grandes paradigmas: o empirista, o racionalista e o historicista. Nesta seção apresentaremos, resumidamente, algumas características de cada um destes grandes paradigmas.

O paradigma empirista é marcado pela cultura filosófica anglo-saxônica, sendo seu desenvolvimento influenciado pela situação político-social da Inglaterra, sobretudo, pela formação da primeira nação industrial moderna, pelo estabelecimento da ordem econômica liberal e pelo

surgimento e difusão da ideologia individualista. O empirismo, que privilegia o psiquismo, principalmente em sua estrutura pulsional, domina grande parte do século XIX no mundo anglo-saxônico, sobretudo em sua vertente chamada de utilitarismo, que não aceita a metafísica e os princípios *a priori* (transcendentes) como fundamento das normas morais.

Um pensador que se destaca neste paradigma é Jeremy Bentham,¹⁷⁶ um dos fundadores do utilitarismo. De acordo com ele, o critério da moralidade é a felicidade da maioria, de modo que o objetivo da moral é harmonizar a felicidade individual com a felicidade coletiva. Bentham substitui assim a teoria do direito natural pela teoria da utilidade: o cidadão deve obedecer ao Estado na medida em que a obediência contribui mais para a felicidade geral do que a desobediência. A felicidade geral ou o interesse da comunidade em geral deve ser entendida como o resultado de um cálculo hedonístico, que é a soma dos prazeres e dores dos indivíduos.

A natureza colocou o gênero humano sob o domínio de dois senhores soberanos: a dor e o prazer. Somente a eles compete apontar o que devemos fazer, bem como determinar o que na realidade faremos. Ao trono desses dois senhores está vinculada, por uma parte, a norma que distingue o que é reto do que é errado, e, por outra, a cadeia das causas e dos efeitos. [...] O princípio da utilidade reconhece esta sujeição e a coloca como fundamento desse sistema, cujo objetivo consiste em construir o edifício da felicidade através da razão e da lei. [...] Por princípio de utilidade entende-se aquele princípio que aprova ou desaprova qualquer ação, segundo a tendência que tem a aumentar ou a diminuir a felicidade da pessoa cujo interesse está em jogo, ou, o que é a mesma coisa em outros termos, segundo a tendência a promover ou a comprometer a referida felicidade. Digo qualquer ação, com o que tenciono dizer que isto vale não somente para qualquer ação de um indivíduo particular, mas também de qualquer ato ou medida de governo.¹⁷⁷

¹⁷⁶ Jeremy Bentham (1748-1832) foi um filósofo e jurista inglês criador do utilitarismo. Ele buscou a construção de um sistema de filosofia moral cujo objetivo é a maximização da utilidade e da felicidade. Seus escritos visam uma reforma legislativa que permita a implementação de suas teorias a todo o campo da moral (direito, economia, política).

¹⁷⁷ BENTHAM, Jeremy. *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984, p.3-4.

Destacam-se ainda no paradigma empirista John Stuart Mill (1806-1873), discípulo de Bentham, que propôs uma forma mais elaborada do utilitarismo hedonista e foi um defensor do liberalismo político; Henry Sidgwick (1838-1900), considerado um dos maiores moralistas ingleses do século XIX; Herbert Spencer (1820-1903), que propôs uma ética naturalista inspirada no princípio da evolução das sociedades, onde as sociedades mais evoluídas possuiriam uma moral mais perfeita; e Thomas Henry Huxley (1825-1895), que definiu a ética a partir da necessidade do controle da luta pela vida no seio das sociedades humanas.

Já o paradigma racionalista é de tradição francesa e sofreu influências do grande processo de racionalização da vida social e política da França no século XVII, bem como do racionalismo cartesiano e da ética materialista do Iluminismo. Neste período ocorre também o início das “ciências do homem”, que, junto com o materialismo filosófico racionalista, buscarão a constituição de uma moral científica.

Aqui destaca-se o pensamento de Auguste Comte,¹⁷⁸ o qual buscou realizar dois projetos: a reorganização do saber como ciência experimental e a reorganização da sociedade como sociedade inteiramente racionalizada. Em relação à ética, se por um lado Comte procurou fundamentá-la como ciência do agir humano e dos seus fins, ocupando o lugar da metafísica clássica, por outro, ele aboliu todos os conceitos que tradicionalmente integram o saber ético. Assim, a partir de seu racionalismo naturalista a moral comtiana passou a ser sinônimo de deveres para com a Humanidade e das obrigações deles decorrentes, tendo um conteúdo exclusivamente social. Comte chegará a identificar a moral positivista com a Religião da Humanidade ou Religião Positivista, a qual coloca o homem, a ciência e a crença no cientificismo no lugar da ideia comum de Deus.

Na esteira do pensamento comtiano temos a moral sociológica, a qual promoveu a identificação entre ético e social. Neste movimento destacam-se Émile Durkheim (1858-1917), o qual definiu as regras metodológicas da Sociologia e estudou os costumes e as formas de conduta como fatos sociais; e Lucien Lévy-Bruhl (1857-1939), que inspirou a história dos costumes e das ideias morais.

¹⁷⁸ Auguste Comte (1798-1857) foi um filósofo francês considerado o pai da sociologia e do positivismo. A ideia principal do positivismo é a de que haveria uma marcha progressiva constante na história, como nos diz o lema: “O Amor por princípio e a Ordem por base; o Progresso por fim.”

Por fim temos o paradigma historicista, que se desenvolveu na conjuntura histórico-cultural da Alemanha na segunda metade do séc. XVIII. O historicismo privilegia a cultura como lugar privilegiado para o exercício da reflexão ética; assim, história, cultura e *ethos* são os conceitos que se articulam para constituir a estrutura teórica básica do paradigma historicista.

Neste paradigma destaca-se o idealismo alemão,¹⁷⁹ o qual propôs um novo fundamento para a ética enquanto metafísica da subjetividade, substituindo a antiga metafísica do ser. É neste sentido que o pensamento de Fichte¹⁸⁰ é chamado de idealismo moral, uma vez que se edifica sobre uma metafísica da subjetividade, dando primazia à razão prática, a qual é seu fio condutor. Seu pensamento ético possui duas fases: na primeira ele critica o formalismo kantiano, procurando constituir uma ética da intersubjetividade, onde predomina o problema da articulação entre o ético (individual) e o político (Estado); já na segunda fase ele dá ênfase à dimensão religiosa da ética, sendo a moral transcendente (religiosa) superior à moral secular (histórica).

O pensador que avançou mais longe no paradigma historicista foi Hegel,¹⁸¹ que não escreveu nenhuma obra específica de ética, mas buscou chegar à unidade entre metafísica e ética, ser e liberdade. Para ele, a vida ética dos indivíduos, enquanto seres históricos e culturais, é determinada pelas relações sociais que mediatizam as relações pessoais intersubjetivas, transformando assim a ética em uma filosofia do direito.

¹⁷⁹ Idealismo alemão é o nome dado ao pensamento pós-kantiano datado entre 1780 e 1850 e situado principalmente nas universidades de Iena e Berlim. Teve como objetivo restabelecer a unidade na filosofia, conciliando os antagonismos na obra de Kant e buscando construir um sistema ideal de pensamento que explicasse todas as coisas do mundo. Seus principais representantes foram Fichte, Schelling e Hegel.

¹⁸⁰ Johann Gottlieb Fichte (1762-1814) foi o primeiro dos grandes idealistas alemães. Sua obra é considerada como uma ponte entre as ideias de Kant e as de Hegel. Assim como Descartes e Kant, Fichte interessou-se pelo problema da subjetividade e da consciência.

¹⁸¹ Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) também foi um dos grandes idealistas alemães, sendo sua obra *Fenomenologia do Espírito* considerada como um marco na filosofia alemã e mundial. Para Hegel tudo aquilo que pode ser pensado é real e tudo que é real pode ser pensado. Não existiria, a priori, limite para o conhecimento, na medida em que a racionalização pode ser realizada através do sistema dialético.

Hegel divide a ética em subjetiva ou pessoal, que é uma consciência de dever, e objetiva ou social, que é formada pelos costumes, leis e normas de uma sociedade, de modo que o Estado reúne esses dois aspectos numa espécie de totalidade ética. Desta forma, a vontade individual subjetiva é também determinada por uma vontade objetiva, impessoal, coletiva, social e pública, que cria as diversas instituições sociais e que regula e normatiza as condutas individuais através de um conjunto de valores e costumes vigentes em uma determinada sociedade em uma determinada época.

Dessa maneira, a vida ética consiste na interiorização dos valores, normas e leis de uma sociedade, condensadas na vontade objetiva cultural, por um sujeito moral que as aceita livre e espontaneamente através de sua vontade subjetiva individual. A vontade pessoal resulta da aceitação harmoniosa da vontade coletiva de uma cultura.

O grande sistema filosófico de Hegel fecha o ciclo das grandes concepções éticas que se iniciara com Platão. Após Hegel a ideia de uma razão universal passou a ser olhada com descrédito e a ética filosófica se fragmentou, passando por momentos de crítica e recomposição a partir de diferentes tipos de racionalidade, principalmente devido ao grande progresso das ciências da natureza e do desenvolvimento das ciências humanas.

5.2 A DESCONSTRUÇÃO DA ÉTICA TRADICIONAL

O clima intelectual do século XIX era antimetafísico e antiteológico. Desta forma, após a publicação das obras completas de Hegel por seus discípulos, o sistema hegeliano começou a ser desconstruído, uma vez que seus fundamentos eram considerados metafísicos ou teológicos. A partir de então, com o abandono da tradição da Ética da Razão universal, a Ética caminhou por três grandes direções:¹⁸²

- a) *Crítica e desconstrução da ética tradicional*: a partir de várias estratégias teóricas buscou a desconstrução da Ética clássica, se

¹⁸² Cf. VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia IV*: introdução à ética filosófica 1. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2015, p. 408.

tornando o preâmbulo do niilismo ético¹⁸³ da atualidade. Esse caminho prevaleceu na filosofia e cultura alemães após Hegel e influenciou grandemente a filosofia ocidental do século XX;

- b) *Moral sociológica*: substituiu o paradigma filosófico clássico pelo racionalismo positivista e empirista, o qual utilizou a ciência experimental como forma de análise e interpretação do agir humano individual e social, chegando ao pragmatismo ético da atualidade;
- c) *Reduccionismo imanentista*: aplicado ao historicismo hegeliano, levou à relativização do ético pelo cultural, chegando ao relativismo ético da atualidade.

Nesta seção apresentaremos brevemente os grandes críticos da tradição ética ocidental, que foram denominados de "*mestres da suspeita*". Este termo foi cunhado pelo filósofo francês Paul Ricoeur¹⁸⁴ para se referir a Marx, Nietzsche e Freud devido à importância que estes pensadores tiveram no questionamento à cultura ocidental. Merecem destaque também dois de seus precursores: Arthur Schopenhauer,¹⁸⁵ que foi contemporâneo e crítico de Hegel, cujo voluntarismo pessimista está em oposição ao racionalismo otimista hegeliano; e Ludwig Feuerbach,¹⁸⁶ que foi discípulo e crítico radical do teologismo de Hegel, e operou uma inversão materialista da dialética do Espírito para a esfera antropológica.

¹⁸³ Niilismo ético é a doutrina que rejeita a possibilidade da existência de valores absolutos morais ou éticos. De modo geral afirma que bem e mal são conceitos vagos, frutos de pressões sociais ou emocionais.

¹⁸⁴ Paul Ricoeur (1913-2005) foi um dos grandes pensadores franceses do período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial. Ele desenvolveu contribuições para a fenomenologia e a hermenêutica, em constante diálogo com as ciências humanas e sociais, interessando-se também pelo existencialismo cristão e pela teologia protestante.

¹⁸⁵ Arthur Schopenhauer (1788-1860), filósofo alemão, é muito conhecido pela sua obra principal *O mundo como vontade e representação*, de 1818, em que ele caracteriza o mundo fenomenal como o produto de uma cega, insaciável e maligna vontade metafísica. A partir do idealismo transcendental de Kant, ele desenvolveu um sistema metafísico ateu e ético, que é considerado uma manifestação exemplar de pessimismo filosófico.

¹⁸⁶ Ludwig Feuerbach (1804-1872) foi um filósofo alemão que ficou conhecido pelo ateísmo humanista e pela influência que o seu pensamento exerceu sobre Marx. Ele converteu a teologia e a religião em uma antropologia.

Os “mestres da suspeita” são os principais responsáveis pela desconstrução da ética. Embora eles tenham influenciado profundamente o pensamento ético durante boa parte do século XX, cada qual partindo de um campo de análise diferente, nenhum deles escreveu algum tratado sobre ética.

Karl Marx¹⁸⁷ é considerado uma das figuras mais influentes na história e um dos principais arquitetos da ciência social moderna. De acordo com ele são as condições materiais dos homens que produzem as suas ideias e o seu modo de agir na sociedade: não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. Assim, Marx utilizou a atividade econômica como instrumento de análise e interpretação da ação humana.

No entanto, falar de uma ética em Marx é uma questão problemática, pois ele não se mostrou interessado no assunto, apresentando apenas algumas referências esparsas ao longo de sua obra. Suas reflexões éticas podem ser resumidas a duas fases: na primeira fase ele faz uma crítica à moral tradicional, considerada por ele uma moral de classe ou burguesa, que encobre os interesses de exploração e perpetuação no poder da classe dominante, à qual ele opõe a moral proletária, considerada como antecipação da moral universalista de uma sociedade sem classes; na segunda fase Marx abandona o conceito de ideologia e passa a considerar a moral proletária e a moral burguesa fundamentalmente entrelaçadas.

Friedrich Nietzsche¹⁸⁸ buscou desconstruir os fundamentos da cultura ocidental, criticando os seus sistemas filosóficos, morais e religiosos. Em seus escritos ele se utilizou do aforismo e do poema e propôs uma nova concepção da filosofia e do filósofo, segundo a qual o objetivo é interpretar e avaliar e não procurar o ideal de um conhecimento verdadeiro. Assim, Nietzsche elogia os filósofos pré-socráticos, afirmando que o pensamento

¹⁸⁷ Karl Marx (1818-1883) foi um filósofo, sociólogo, historiador, economista e jornalista. Ele nasceu na Prússia, mas passou grande parte de sua vida em Londres. Foi crítico de Hegel e considerava que os movimentos dialéticos da sociedade se desenvolvem como um resultado das condições materiais da vida dos homens, de modo que a liberdade humana passa pela sua condição histórica e material.

¹⁸⁸ Friedrich Nietzsche (1844-1900) foi filósofo, filólogo, crítico cultural, poeta e compositor. Ele nasceu na Prússia e escreveu vários textos críticos à religião, à moral, à cultura, à filosofia e à ciência. Suas ideias tiveram muita influência no pensamento do século XX.

deles afirmava a vida, e critica Sócrates e a tradição filosófica que lhe sucedeu, pois na visão dele a filosofia passou a julgar a vida, opondo a ela valores pretensamente superiores, como o Verdadeiro, o Belo e o Bem.

Nietzsche é, pois, um crítico da metafísica, retirando do mundo supracensível todo e qualquer valor eficiente. Assim, ele combate a teoria das ideias socrático-platônica e o cristianismo, que ele considera uma espécie de platonismo popular, e se opõe também às correntes de pensamento de seu tempo, como o idealismo, o positivismo, o socialismo e o evolucionismo. No pensamento ético nietzschiano há dois grandes modelos de legitimação da ação humana: a moral dos escravos ou fracos e a moral dos senhores ou fortes. A moral da tradição filosófico-cristã pertence à moral dos escravos, que é a moral dos fracos e malsucedidos e é fruto do ressentimento contra a força, a saúde e o amor pela vida; já a moral dos senhores ou fortes tem como valores a força, a alegria, a saúde, e a afirmação da vida.

Portanto, Nietzsche defende a aniquilação da moral dos escravos e o triunfo da moral do senhor, a qual pressupõe a afirmação da vida, e dará origem a um super-homem, um ser humano capaz de transpor os limites do humano, no qual a vontade de potência será a força criadora de novos valores.

Sigmund Freud¹⁸⁹ provém de um horizonte intelectual totalmente diferente em relação aos demais "mestres da suspeita": era médico psiquiatra. A partir do estudo da anatomia cerebral, das doenças mentais e da hipnose, Freud criou a psicanálise, que é um método de investigação teórica da psique humana, que possibilita o acesso à sua parte inconsciente. Segundo ele, a contradição entre os impulsos inconscientes e a vida em sociedade gera um tormento psíquico no ser humano.

Freud entende a psique humana estruturada em três partes: *Id*, que é a parte inconsciente, sede das pulsões agressivas e egoístas e que tendem a uma satisfação irrefreável e total; *Ego*, que é a parte consciente, responsável por fazer a mediação e o equilíbrio entre as outras duas partes; e *Superego*, que é a sede da consciência moral e do senso de culpa, responsável por impor as restrições e as limitações da moral ao indivíduo.

¹⁸⁹ Sigmund Freud (1856-1939) foi um médico neurologista e psiquiatra criador da psicanálise. Ele tinha uma visão biopsicossocial do ser humano: um animal dotado de razão imperfeita e influenciado por seus desejos e sentimentos. Freud acreditava que o desejo sexual era a energia motivacional primária da vida humana.

Portanto, Freud utiliza a estrutura e os dinamismos elementares do psiquismo como campo fundamental e determinante para analisar a motivação e a fixação das condutas humanas. Ele entende a ética como uma forma de sublimação, controle e adaptação social da libido, que é a força com a qual se manifesta a vida sexual, e que determina as ações do ser humano. Assim, a psicanálise, tanto na teoria quanto na prática é animada por uma profunda intenção de terapia de cunho ético, uma vez que estabelece, na etiologia das neuroses, uma continuidade entre comportamentos neuropáticos e condutas morais.¹⁹⁰

A partir do que acabamos de apresentar é possível perceber que, apesar das grandes diferenças entre si, os “mestres da suspeita” possuem em comum a radicalidade e a amplitude do trabalho crítico de “desconstrução” da Ética clássica e dos seus fundamentos metafísicos, exercendo enorme influência nos pensadores ocidentais do século XX, sobretudo na formação e difusão do movimento chamado niilismo ético. A este movimento colaboraram principalmente as reflexões de Nietzsche e Freud; ele possui duas naturezas: uma teórica, que representa a ruptura com a ideia de uma ética fundamentada em uma razão universal, e uma prática, relacionada a comportamentos permissivos, desvinculados de qualquer norma, valor e fim.¹⁹¹

5.3 A ÉTICA NO SÉCULO XX

O século XX é marcado pela multiplicidade, tanto de correntes éticas como de atribuição de significados para os termos da tradição moral. Assim, aquele objetivo de tentar construir uma ciência universal do *ethos*, que perdurou até a filosofia hegeliana, dá lugar à fragmentação e ao pluralismo ético. Dessa forma, o principal elemento do pensamento ocidental da atualidade é o relativismo, o qual questiona a validade universal absoluta da razão.

O *relativismo* foi *causa* do fim do ciclo dos grandes sistemas éticos ao questionar a validade universal absoluta da forma histórica da razão cultivada

¹⁹⁰ Cf. VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica* 1. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2015, p. 413.

¹⁹¹ Cf. *Ibid.*, p. 415-416.

no Ocidente. Foi *efeito* na medida em que a desapareição do Absoluto do horizonte da razão deixou o campo aberto para a multiplicação das *racionalidades* que uma razão superior não consegue unificar. Ora, em nenhum campo, o impacto do *relativismo* é mais profundo do que no campo da Ética, e é sem dúvida no clima relativista que floresce o pluralismo ético desse fim de século. Trata-se de um fato cultural de importância extrema, que uma reflexão ética com pretensões sistemáticas e universalizantes não poderá deixar de examinar.¹⁹²

As várias concepções éticas do século XX se inspiram nos três grandes paradigmas da Ética no século XIX, podendo ser agrupadas também em três grandes grupos: o grupo naturalista, cujos pensadores são influenciados pelo positivismo; o grupo historicista, cujos pensadores se inspiram no reducionismo culturalista; e o grupo desconstrutivista, que compreende pensadores pós-modernos inspirados em Nietzsche e Freud. Nesta seção apresentaremos os dois primeiros grandes grupos.

O primeiro grande grupo é o naturalista que, de modo geral, busca na natureza os fundamentos da vida moral, ou seja, é na natureza que o ser humano deve buscar as normas, os valores e os critérios para a qualificação moral das ações. Dentro deste grupo temos duas correntes:

- a) *Teorias não-cognitivistas e emotivistas*: essa corrente está ligada ao empirismo clássico e tem como fundamento a estrutura e as operações elementares do psiquismo humano. Seu principal representante é o filósofo analítico americano Charles Leslie Stevenson (1908-1978), que considera que os termos éticos expressam os sentimentos do falante e possuem um componente imperativo importante, que visa mudar os sentimentos do ouvinte; no entanto, os fatos morais referentes a esses são inexistentes.
- b) *Ética da ciência*: está ligada à prática científica em dois sentidos: no sentido subjetivo refere-se à conduta ética que se espera do cientista no exercício de seu trabalho (responsabilidade social, respeito à verdade etc.); no sentido objetivo busca inferir do saber científico valores normativos e prescritivos para a conduta humana em geral. Seu principal representante é o filósofo e diplomata francês Henri Bergson (1859-1941), que se inspirou nas ciências

¹⁹² VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica I*, p. 421.

da vida como fundamento de seu pensamento filosófico e para criticar o naturalismo e o positivismo cientificista. Ele divide a moral em duas espécies: *estática ou fechada*, que é a moral ligada aos costumes e à rotina social, onde nossas ações são automáticas e instintivas; e *dinâmica ou aberta*, que é a moral pessoal, humana, aquela vivida pelos grandes modelos morais (santos, heróis etc.). Bergson considera, pois, a moral em paralelismo com a religião.

O segundo grande grupo é o historicista, também chamado de culturalista ou antropologocentrismo. Ao invés de colocar a natureza no centro da vida moral, como no naturalismo, os pensadores deste grupo colocam o ser humano enquanto produtor de cultura, ou seja, criador de sua própria história. Deste modo, o homem torna-se a instância máxima julgadora de seu próprio agir, excluindo qualquer outro tipo de referência (Deus, Natureza etc.). Dentro deste grupo temos as seguintes correntes:

- a) *Ética hermenêutica*: o termo hermenêutica (*hermeneuein*) é de origem grega e pode ser traduzida como interpretação. A ética hermenêutica utiliza as categorias próprias da filosofia hermenêutica, como explicar e compreender, para analisar o mundo do *ethos*, o que acaba conduzindo a um relativismo histórico, uma vez que as questões éticas são relativizadas de acordo com a cultura de determinada época. Os principais nomes deste grupo são os alemães Wilhelm Dilthey (1833-1911), que considerava a Metafísica como expressão cultural do espírito de uma época; Martin Heidegger (1889-1976), que apresentou uma nova concepção hermenêutica, enriquecida com a fenomenologia; Hans-Georg Gadamer (1900-2002), que recuperou, do ponto de vista hermenêutico, a ética aristotélica; e o francês Paul Ricoeur (1913-2005), que fez uma síntese entre as éticas teleológica (Aristóteles e Hegel) e deontológica (Kant).
- b) *Ética fenomenológica*: a Fenomenologia é umas das escolas filosóficas mais importantes do século XX, fundada pelo alemão Edmund Husserl (1859-1938), o qual não escreveu nenhuma obra sistemática sobre ética. A Fenomenologia destaca a importância dos fenômenos, os quais devem ser estudados em si mesmos, uma vez que eles são a única coisa que podemos conhecer. Os principais pensadores desta corrente são os alemães Max Scheler (1874-1928), considerado um dos maiores moralistas da primeira metade do século XX, que propôs uma ética axiológica e personalista,

sendo pessoa a categoria antropológica fundamental da ética; Nikolai Hartmann (1882-1950), que também apresenta uma ética axiológica e aberta aos temas da Ética clássica e a uma fundamentação metafísica do agir ético; e o francês Emmanuel Lévinas (1905-1995), que propôs uma ética da alteridade absoluta, inspirada na Bíblia e no conceito cartesiano de infinito.

- c) *Ética existencialista*: engloba os pensadores que colocam a existência humana como centro de sua reflexão, existindo, no entanto, uma profunda diferença entre seus pensamentos. Neste grupo destacam-se o alemão Karl Jaspers (1883-1969), o qual, embora não tenha dedicado nenhuma obra específica à ética, considerava a tarefa da filosofia como essencialmente ética: pensar as condições de realização, em nossa existência, da liberdade original que a constitui; e os franceses Jean-Paul Sartre (1905-1980), cuja obra tem profunda intenção moral, com a ideia de liberdade no centro, chegando à transposição da ideia cartesiana da liberdade divina para a liberdade humana em sua antropologia ateia; e Gabriel Marcel (1889-1973), que considerava o tema da existência como lugar teórico privilegiado para a meditação sobre a liberdade.
- d) *Ética analítica*: é uma das correntes mais influentes do pensamento ético da atualidade, sendo herdeira da tradição filosófica inglesa do utilitarismo. A ética analítica faz parte da chamada reviravolta linguística (*linguistic turn*), pois adota o paradigma da linguagem como matriz da análise filosófica do discurso ético. Deste grupo destacam-se os ingleses Bertrand Russell (1872-1970), que considerava a Ética como um desejo individual transferido para a dimensão coletiva através da linguagem, cujas asserções não são nem verdadeiras nem falsas; E. G. Moore (1873-1958), que afirmava a impossibilidade de se fundamentar a Ética em um conceito abstrato e a validade da intuição moral; Alfred J. Ayer (1910-1989), que com seu positivismo lógico deu novo impulso ao emotivismo e as teorias não cognitivas, colocando em dúvida a generalização e a objetividade das proposições morais de ordem metafísica; e L. Wittgenstein (1889-1951), o qual propôs a distinção entre discurso moral, que é empírico, descritivo ou exortatório, discurso ético, que é normativo e justificativo, e discurso metaético, que é análise da linguagem ética.

- e) *Ética do discurso*: é uma das correntes de pensamento ético mais importantes da atualidade e também faz parte da reviravolta linguística. A ética do discurso adota o paradigma da linguagem como categoria transcendental que funda as condições de possibilidade do discurso filosófico no domínio ético, buscando assim fundar uma ética universal sobre bases não metafísicas. Seus principais representantes são os alemães Karl-Otto Apel (1922-2017), que refletiu sobre a fundamentação do princípio ético universal, as consequências das ações humanas e as condições para a aplicabilidade de uma ética discursiva na história; e Jürgen Habermas (1929), que funda a “ética da discussão”, segundo a qual uma norma moral só é válida quando for objeto de uma livre discussão entre diferentes partes que apresentem diferentes argumentos.

Portanto, a ética do século XX é bastante diversificada. Ainda poderíamos apresentar o comunitarismo, o neoaristotelismo, a neoescolástica e muitas outras correntes, mas esperamos que as que aqui foram vistas nos ajude a compreender quão complexo e diverso é o pensamento ético neste primeiro século do milênio no qual vivemos.

5.4 A ÉTICA PÓS-MODERNA

A expressão pós-modernidade, do ponto de vista etimológico, significa “após a modernidade”, “depois da modernidade”. Embora este termo já existisse desde o século XIX, ele teve seu uso consagrado pela obra *A condição pós-moderna*, publicada em 1979 pelo filósofo francês Jean-François Lyotard, o qual o utiliza para se referir às mudanças ocorridas no mundo a partir da segunda metade do século XX.

Os pensadores não são unânimes na delimitação da pós-modernidade. Alguns a consideram como uma anti-modernidade, uma reação contra o otimismo moderno, contra a crença “dogmática” na razão, cujos ideais, valores e instituições passaram por um desgaste progressivo; outros a entendem como um simples mal-estar, uma alusão às deformações da modernidade. De qualquer forma, após os acontecimentos do século XX (as duas Guerras Mundiais, os campos de concentração de Hitler, o medo das armas de destruição em massa após Hiroshima, a Guerra Fria etc.), o homem contemporâneo cansou-se da “era moderna”.

A pós-modernidade possui as seguintes características: rápida expansão do consumo e da comunicação de massa; enfraquecimento das normas autoritárias e disciplinares; surto de individualização; consagração do hedonismo e do psicologismo; perda da fé no futuro revolucionário; descontentamento com as paixões políticas e as militâncias; fim das grandes utopias futuristas da modernidade. Lyotard¹⁹³ acrescenta ainda a prevalência do imaginário sobre o real, a fragmentação do saber em inúmeras especialidades e subespecialidades, a dependência da ciência frente ao saber informático e cibernético e a comercialização do conhecimento (conhecimento como mercadoria).

Portanto, a pós-modernidade representa um desafio à Ética, pois dá sinais da extinção de alguns ideais morais da modernidade e levanta com certo ceticismo a situação e o valor da Ética no nosso horizonte técnico-científico. Na base do pensamento ético pós-moderno jaz uma crise de autoridade, onde o irracional é legitimado pelas afeições, pelas intuições, pelos sentimentos, pela sensualidade e pela criatividade, e a lei que impera é esta: minimizar a austeridade e maximizar o desejo; minimizar a disciplina e maximizar a tolerância.

No entanto, a sociedade pós-moderna não propõe um caos moral, mas sim um compromisso fraco que não interfira na liberdade individual. É uma moralidade ambígua: se de um lado temos um individualismo sem regras (a promoção do prazer sem responsabilidade moral, o consumismo e a valorização do corporal em detrimento do espiritual), de outro, temos um espírito hiper-moralista (defesa da ecologia, combate às drogas, ao fumo, à pornografia, à discriminação *etc.*). A preocupação moral pós-moderna, portanto, não expressa apego a valores, mas contestação contra qualquer tentativa de limitações à liberdade do indivíduo. Dessa forma, a Ética se tornou algo da moda, uma vez que não se requer grandes sacrifícios para obedecer a certos preceitos morais: é uma Ética indolor. Enquanto a ética moderna é totalizante, unificadora e sistemática, a pós-moderna é fragmentária, atenta às diferenças e visa o descentramento; dela emergem dois valores básicos: a pluralidade e a tolerância.¹⁹⁴

¹⁹³ Cf. LYOTARD, Jean-François. *Moralidades pós-modernas*. Campinas: Papirus, 1996, p. 208.

¹⁹⁴ Cf. CORTINA, Adela; MARTÍNEZ, Emilio. *Ética*. São Paulo: Loyola, 2005, p. 133-134.

O pluralismo não nasceu na era pós-moderna, mas foi nesse período que ele floresceu e se desenvolveu de maneira impressionante, visto que este é o período das contestações, do abandono e da rejeição dos padrões e das crenças anteriores. Foi principalmente o colapso da confiança nos critérios universais e necessários da verdade, que colaborou para o florescimento do relativismo e do pluralismo, de modo que agora se fala em éticas (no plural) e não mais em Ética (com “letra maiúscula”).¹⁹⁵

Um dos grandes expoentes da ética pós-moderna é o francês Michel Foucault.¹⁹⁶ Para ele as coisas que são más ou criminosas não dependem de um critério objetivo, mas dos padrões e interesses das autoridades. Assim, não existe o bem, o mal, a verdade, a mentira, como conceitos universalmente válidos, mas apenas como pontos de vistas particulares, impostos por quem detém o poder. Desta forma a verdade é produzida historicamente pela relação verdade-poder, que nos leva a um relativismo e, conseqüentemente, a um pluralismo ético.¹⁹⁷

Portanto, para bem vivermos numa sociedade assim configurada, se faz necessária a “*virtude da tolerância*”. A palavra tolerância nasceu no século XVI no contexto das guerras religiosas entre católicos e protestantes, sendo estendida, no século XIX, ao livre pensamento. Locke, em sua obra *Cartas sobre tolerância*, e Voltaire, na obra *Tratado sobre a tolerância*, foram os dois maiores defensores da tolerância nos séculos XVII e XVIII respectivamente. Eles a defendiam, sobretudo no campo religioso.¹⁹⁸

A tolerância consiste em abster-se de intervir na ação ou na opinião do próximo quando se poderia fazê-lo. Porém, ser tolerante não é tolerar tudo, pois uma tolerância universal seria moralmente condenável e contraditória, uma vez que se teria que tolerar o intolerável. A tolerância é, pois, um

¹⁹⁵ Cf. LYOTARD, Jean-François. *Moralidades pós-modernas*. Campinas: Papirus, 1996, p. XVI.

¹⁹⁶ Michel Foucault (1926-1984) foi um filósofo, historiador das ideias, teórico social, filólogo, crítico. Suas teorias abordam a relação entre poder e conhecimento e como eles são usados como uma forma de controle social por meio de instituições sociais.

¹⁹⁷ Cf. FOUCAULT, Michel. Poder e Saber. In: MARÇAL, Jairo (org.). *Antologia de textos filosóficos*. Curitiba: SEED – PR, 2009, p. 237-241.

¹⁹⁸ Cf. LALANDE, André. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*, p. 1140-1144.

momento provisório, e, por isso mesmo, uma pequena virtude, que deve tender à maior das virtudes: ao amor.¹⁹⁹

John Rawls²⁰⁰ foi um grande pensador acerca do problema da pluralidade e da tolerância nas sociedades pós-modernas. Ele define a sociedade política como um conjunto de várias comunidades que cooperam entre si em busca do bem comum; portanto, essa pluralidade deve ser tolerante, de modo que o Estado deve necessariamente exigir a tolerância como um imperativo, sendo a justiça a garantia da tolerância.²⁰¹

Assim sendo, a tolerância está estreitamente ligada à pluralidade e vice-versa, pois, um sistema unificado de valores não favorece a tolerância, enquanto a pluralidade sugere uma atitude mais aberta e mais tolerante. Ou seja, só pode haver tolerância onde há pluralidade, sendo a recíproca verdadeira. De fato, para haver a pluralidade, seja ela qual for, necessariamente deve haver a tolerância, para que as diferenças não entrem em um eterno conflito, impossibilitando a convivência pacífica. Por este motivo a tolerância e a pluralidades são dois dos principais valores do pensamento ético pós-moderno.

5.5 A ÉTICA APLICADA E OS DIREITOS HUMANOS

Como vimos na seção anterior, a pós-modernidade é marcada pela pluralidade ética. É neste contexto que surge a chamada Ética Aplicada, que é uma forma diferente de compreender a ética: ao invés de buscar responder aos questionamentos teóricos da tradição filosófica, busca-se responder às questões da atualidade, provenientes tanto de outras áreas do saber como das tantas profissões presentes no mundo hodierno. Por este motivo é também chamada de Ética das profissões.

¹⁹⁹ Cf. COMTE-SPONVILLE, A. *Pequeno tratado das grandes virtudes*. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009, p. 173-189.

²⁰⁰ John Rawls (1921-2002) foi um dos filósofos políticos mais proeminentes e influentes do século XX. Em sua obra mais conhecida, *Uma teoria da justiça* (1971), ele defende as instituições do estado de bem-estar liberal e democrático moderno contra o socialismo igualitário.

²⁰¹ Cf. RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 235- 241.

Essa vertente da Ética contemporânea busca aplicar os princípios éticos aos mais diferentes âmbitos da vida social, como a medicina, os meios de comunicação, as empresas, a ecologia entre tantos outros, sempre levando em consideração a especificidade moral de cada tipo de atividade. Assim, é essencialmente interdisciplinar, sendo sempre necessária a ajuda do *expert*, em sua respectiva área de atuação, nas reflexões e implementações dos princípios morais; portanto, o melhor método para tratar os temas da ética aplicada é a deliberação, sendo a *phrónesis*, a prudência aristotélica, a virtude necessária a esta tarefa e que pode ser entendida atualmente como a responsabilidade profissional ou cidadã.²⁰²

Para o surgimento da Ética Aplicada é possível apresentar, entre outros, os seguintes motivos: a complexidade do mundo atual, a falta de fundamentos sólidos e universais, o grande e rápido desenvolvimento técnico-científico, a expansão das democracias e dos direitos fundamentais. Desta forma, apresentaremos brevemente nesta seção alguns conceitos de duas áreas da Ética Aplicada, a bioética e a ética ambiental, e também algumas considerações sobre os direitos humanos em geral.

1 – *Bioética*: a expressão bioética (do grego *bio* = vida; *ethos* = ética), “ética da vida”, começou a ser utilizada no início da década de 1970 para se referir a trabalhos científicos cujo tema de investigação estava relacionado com a vida de modo em geral: pesquisas com seres humanos, direitos dos animais, questões ambientais etc. Neste sentido a bioética era entendida como uma macroética, ou seja, uma forma de analisar a ética a partir do ponto de vista da vida ameaçada. Posteriormente o termo bioética passou a se restringir às questões relacionadas com as ciências da saúde e as biotecnologias, sendo este o seu sentido atual.

Portanto, a bioética estuda as questões morais referentes à vida, sobretudo as surgidas no âmbito das ciências da vida e da saúde, devido aos avanços da ciência e da tecnologia nestas áreas. Assim, busca-se estabelecer alguns princípios que possibilitem o uso responsável dos avanços científicos a favor da proteção da vida; dentre estes princípios estão os seguintes: *o respeito às pessoas*, o qual considera que as pessoas devem ser tratadas como seres autônomos, de modo que suas escolhas e valores sejam respeitados; *a beneficência*, que considera que o bem estar deve sempre ser promovido; *a justiça*, que considera que todas as pessoas devem ser tratadas de modo equitativo em suas diversas necessidades, tratando-se os iguais como iguais

²⁰² Cf. CAMPS, Victoria. *Breve historia de la ética*, p. 404-406.

e os diferentes como diferentes, na proporção de suas diferenças; a *não-maleficência*, que considera que quando não for possível promover o bem estar, que se busque causar o mínimo dano possível.

Desta forma, o pensamento bioético propõe a discussão de importantes questões de interesse da sociedade, implicando muitas vezes no resultado de decisões políticas e jurídicas. Alguns temas discutidos na bioética são a legalização do aborto, a eutanásia, o suicídio, as pesquisas com células tronco, os transgênicos, a fertilização in vitro, a clonagem e os testes com animais.

2 – *A ética ambiental ou ecológica* busca refletir sobre a conduta do ser humano em relação ao meio ambiente,²⁰³ tendo surgido como uma meta global a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, ocorrida em 1972, em Estocolmo. Essa reunião contou com a presença de 113 países e foi um marco histórico, pois foi o primeiro grande encontro internacional para discutir os problemas ambientais. Desde então as questões socioambientais vem aparecendo como um dos problemas mais importantes para as discussões éticas.

O pano de fundo das discussões em torno de uma ética ambiental é a relação homem-natureza. Ao longo da história o homem e a natureza foram se alternando na relação de dominante e dominado: se na modernidade predominou o antropocentrismo, na atualidade busca-se construir uma visão ecocêntrica, capaz de proteger a biodiversidade e promover o desenvolvimento sustentável da comunidade humana. Assim, se de um lado as éticas antropocêntricas buscam a proteção do meio ambiente devido às necessidades, aos interesses e aos direitos das pessoas, incluindo as futuras gerações, as éticas centradas na vida procuram proteger os interesses de todos os seres vivos, não apenas o ser humano.

Os direitos ambientais surgem neste contexto da busca da proteção contra a degradação do meio ambiente, a partir dos anos 1960, visando garantir o direito a um meio ambiente sadio para a geração atual e as futuras gerações. Eles fundamentam-se no princípio da dignidade humana e são norteados pelo ideal de fraternidade ou solidariedade, de modo que todo indivíduo que lese passiva ou ativamente o meio ambiente provoca uma lesão

²⁰³ A ONU define o meio ambiente como o conjunto de elementos físicos, químicos, biológicos e sociais que podem causar efeitos diretos ou indiretos sobre os seres vivos e as atividades humanas.

à dignidade humana. Porém, diante da gravidade dos problemas ecológicos apenas legislações não são suficientes; por isso o objetivo da Ética Ambiental é a solidariedade planetária atual e futura.²⁰⁴

3 – Os *direitos humanos* são o conjunto de direitos básicos e necessários que correspondem às necessidades essenciais do ser humano, tais como a preservação da vida, a alimentação, a saúde, a moradia, a educação etc. Eles são exigências éticas de comportamento que buscam respeitar a dignidade humana e possibilitar uma convivência pacífica entre os indivíduos, a sociedade e a humanidade inteira.

A discussão acerca da doutrina dos direitos humanos ganhou relevância na modernidade, como forma de proteção dos indivíduos perante os Estados absolutistas; porém, sua origem remonta à Antiguidade, com as concepções dos direitos naturais, culminando com a sua universalização na Declaração Universal dos Direitos Humanos pela ONU, em 1948. Assim, várias teorias buscaram fundamentar os direitos humanos como a *jusnaturalista*, que os considera como naturais de todos os seres humanos e gravados em suas consciências; a *positivista*, que os considera como frutos das leis criadas pelos próprios homens; e a *moralista*, que os considera como fundamentados nos deveres morais.

Os direitos humanos possuem algumas características importantes, dentre as quais destacamos: a *supremacia*, uma vez que eles se sobrepõem às legislações nacionais; a *universalidade*, pois eles se aplicam a todo ser humano, independentemente da condição econômica, social, étnica, sexual, religiosa, geográfica etc.; e a *cumulatividade*, uma vez que os direitos humanos vão se somando aos já existentes ao longo da história.

Assim, os direitos humanos decorrem de um processo histórico, o qual é dividido por alguns autores em gerações associadas aos valores do lema da Revolução Francesa de 1789: a 1ª geração está associada à liberdade, compreendendo os direitos individuais e políticos; a 2ª geração à igualdade, compreendendo os direitos sociais, econômicos e culturais; e a 3ª geração à fraternidade ou solidariedade, compreendendo os direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Outros autores acrescentam mais gerações, as quais compreenderiam o direito à informação, à democracia, ao pluralismo e os direitos necessários para nos proteger dos avanços tecnológicos,

²⁰⁴ Cf. FRANCISCO. *Carta Encíclica Laudato si: sobre o cuidado da casa comum*. São Paulo: Paulinas, 2015, 14.

incluindo aí a biotecnologia. Por fim, alguns autores questionam essa divisão em gerações, uma vez que ela dá a entender que há uma evolução histórica dos direitos humanos, onde as gerações futuras substituem as anteriores, e propõem a divisão em dimensões, o que facilita na percepção da interdependência e complementariedade dos direitos humanos. Desta forma, deve-se compreender que os direitos humanos podem ser analisados a partir de diferentes dimensões, como a individual-liberal, a social, a de solidariedade e a democrática, sendo que não existe hierarquia entre elas.²⁰⁵

CONSIDERAÇÕES

O pensamento ético contemporâneo tem como características principais a fragmentação e o pluralismo ético, além das críticas ao formalismo e ao universalismo abstrato, ao racionalismo absoluto e à metafísica como fundamento da Ética. Desta forma, após o sistema hegeliano houve o abandono da tradição da Ética da Razão universal e a reflexão ética caminhou por três grandes direções: o niilismo, o pragmatismo e o relativismo. Tem grande destaque neste período os "*mestres da suspeita*", com os seus questionamentos à cultura ocidental.

O final do século XX, período que foi denominado de pós-modernidade, representa um desafio à Ética, pois dá sinais da extinção de alguns ideais morais modernos e questiona a situação e o valor da Ética. É um período marcado pela multiplicidade e pela chamada Ética Aplicada, que busca aplicar os princípios éticos aos mais diferentes âmbitos da vida social, como a medicina, os meios de comunicação, as empresas e a ecologia, sempre levando em consideração a especificidade moral de cada tipo de atividade; é, pois, uma ética fundamentalmente interdisciplinar.

²⁰⁵ SILVA, Fernanda Duarte Lopes Lucas da; IORIO FILHO, Rafael Mario; SILVA, Ronaldo Lucas da. *Direitos humanos*. Rio de Janeiro: SESES, 2016, p. 48-49.

REFERÊNCIAS

BENTHAM, Jeremy. *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os Pensadores).

CAMPS, Victoria. *Breve historia de la ética*. Barcelona: RBA Libros, 2013.

CANTO-SPERBER, Monique. *Dicionário de ética e filosofia moral*. v. 2. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

COMTE-SPONVILLE, A. *Pequeno tratado das grandes virtudes*. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

CORTINA, Adela; MARTÍNEZ, Emilio. *Ética*. São Paulo: Loyola, 2005.

DALL'AGNOL, Darlei. *Bioética*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2015. (Coleção Filosofia Passo-a-Passo, v. 55).

FARIAS, Paulo José Leite. *Ética ambiental contemporânea: a necessária evolução da visão antropocêntrica do homo faber para a ecocêntrica integral*. Belo Horizonte: Dialética, 2020.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970*. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. Poder e Saber. In: MARÇAL, Jairo (org.). *Antologia de textos filosóficos*. Curitiba: SEED – PR, 2009.

HABERMAS, Jürgen. *Modernidade versus Pós-modernidade*. Disponível em: <http://www.consciencia.org/modernidade-versus-pos-modernidade-jurgen-habermas>. Acesso em: 27 jan. 21.

JIMÉNEZ SERRANO, Pablo. *Ética, Bioética e Biodireito*. Volta Redonda: Jurimestre, 2021.

JIMÉNEZ SERRANO, Pablo. *Doutrina dos direitos humanos*. Rio de Janeiro: Jurimestre, 2016.

LALANDE, André. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LYON, David. *Pós-modernidade*. São Paulo: Paulus, 1998.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

LYOTARD, Jean-François. *Moralidades pós-modernas*. Campinas: Papirus, 1996.

MOREIRA, Rodrigo Pereira (Org.); et al. *Estudos sobre os direitos da pessoa humana: direitos humanos, fundamentais e de personalidade*. Uberlândia: LAECC, 2020.

FRANCISCO. *Carta Encíclica Laudato si: sobre o cuidado da casa comum*. São Paulo: Paulinas, 2015.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco. Direitos Humanos. In: *Dicionário de políticas públicas*. 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp; Fundap, 2015.

RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ROCHA, Adriana Magalhães. *Pós-modernidade: ruptura ou revisão?*. São Paulo: Cidade Nova, 1998.

RUSS, Jacqueline. *Pensamento ético contemporâneo*. São Paulo: Paulus, 1999.

SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo. *Ética*. 38. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

SILVA, Fernanda Duarte Lopes Lucas da; IORIO FILHO, Rafael Mario; SILVA, Ronaldo Lucas da. *Direitos humanos*. Rio de Janeiro: SESES, 2016.

VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica* 1. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2015.

ISBN 978-659930419-4



FASBAM